

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**  
**ATA N.º 04/2023**  
**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO**

<b>Presidente:</b>	- <i>Francisco José Esteves</i>
<b>1.ª Secretária:</b>	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
<b>2.ª Secretário</b>	- <i>José António Costa Ferreira</i>
<b>Hora de Abertura:</b>	- <b>09.30 Horas</b>
<b>Ata da Sessão Solene do 25 de Abril de 2023</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Ata da 2.ª Sessão Ordinária 28 de abril de 2023</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Outras presenças:</b>	- <b>A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores:</b>  - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
<b>Local da Reunião:</b>	- <b>Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela</b>

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

**Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, vamos dar início a esta 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho, gostaria de cumprimentar o Executivo camarário na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimentar os Senhores Deputados das nossas Bancadas municipais, cumprimentar o público aqui presente, comunicação social e saudar as pessoas que nos acompanham através da transmissão em direto *online* desta Assembleia.

Desejar a todos um excelente dia, muito produtivo de trabalhos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito obrigada Senhor Presidente, reitero as saudações, muito bom dia a todos.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *António Manuel Neto Gouveia* é substituído pelo Senhor Deputado *Bruno Leonel da Cruz Morais*;

A Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* é substituída pela Senhora Deputada *Maria Manuela Gonçalves Fernandes*;

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bouça *Duarte José Ruivo* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *Ricardo Miguel Bravo Taberneiro*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela **Luís Carlos Fontoura Soares** é substituído pelo Senhor Tesoureiro **Víctor Manuel Fernandes Pratas**.

### **Registo de Faltas.**

*António Manuel Neto Gouveia, Rita Bárbara Pires Messias, Camila Padrão Fraga, Duarte José Ruivo, Luís Carlos Fontoura Soares, Rui António Assis Melo.*

### **Apresentaram justificação de Faltas:**

- *António Manuel Neto Gouveia:* Sessão de 30 de junho de 2023.
- *Rita Bárbara Pires Messias:* Sessão de 30 de junho de 2023.
- *Camila Padrão Fraga:* Sessão de 30 de junho de 2023.
- *Duarte José Ruivo:* Sessão de 30 de junho de 2023.
- *Luís Carlos Fontoura Soares:* Sessão de 30 de junho de 2023.
- *Rui António Assis Melo:* Sessão de 30 de junho de 2023.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

### **1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da Sessão Solene do 25 de Abril de 2023 e Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 28 de abril de 2023.**

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Sessão Solene do 25 de Abril de 2023.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 28 de abril de 2023.

## **1.º Período de Intervenção do Público**

### **2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal **JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA** disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir não autoriza a transmissão da sua intervenção, nesse sentido solicitamos aos serviços de transmissão a interrupção temporária da intervenção do munícipe **Manuel Brízido**.

----- O Senhor Município **MANUEL BRÍZIDO** de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Quero fazer um pedido de desculpas à Mesa, aos Senhores Vereadores do PSD, público, Senhores Deputados e Presidentes de Junta, já chega, já cansa, já satura, até usaria quase outro nome em relação ao parque do bairro Tua Sol, mas não é o parque do bairro Tua Sol, é a tirolesa, mas a Senhora Presidente já nos habituou a todos a não falar verdades e fala o que quer e o que lhe interessa e faz passar uma mensagem muito negativa para a rua em relação a nós.

Senhor Presidente para quê ir a uma reunião, pensava que com uma varinha mágica estava mais o resultado resolvido, eu era para não ter ido, mas vou-lhe dizer na presença de todos, nunca mais irei a qualquer reunião, chega.

Senhor Presidente, vou-me dirigir à sua Mesa, gostava de perguntar aos presentes, quem gostava de ter a tirolesa em frente à sua porta que ponha o dedo no ar.

Senhor Presidente no dia 24 de maio, foi feita uma reunião em frente ao parque a denegrir a nossa imagem, se voltar a acontecer, a informação que tenho da Polícia da Segurança Pública de Mirandela, é chamá-los para identificar os mesmos. Se não têm que fazer que vão aos talhos, ou que vão ao matadouro e que lhe arranjem alguma coisa para se entreterem, se não devem ter coisas em casa para se entreterem com aquilo que têm em casa.

Senhor Presidente, quero um esclarecimento, só se pode fazer barulho às 08.00 horas, porque é que o parque está regulamentado a partir das 07.00 horas? Se eu não posso fazer barulho para os vizinhos, porque é que o parque tem de fazer barulho para mim próprio, para a minha casa, para os meus amigos, para os meus familiares? Também tenho o direito de estar em paz e sossego um domingo com a minha família.

Senhor Presidente, a Senhora Presidente, na última Assembleia Municipal, estava muito incomodada com um Senhor Deputado que se encontra nesta Assembleia, porque as verdades doem muito e à Senhora Presidente as verdades incomodam-na muito.

Senhor Presidente, uma coisa que me chocou, embora eu não estivesse presente, mas alguém me fez chegar esta notícia, quando se toca o Hino Nacional, ou quando se canta, tem que haver o máximo de respeito pelo mesmo, pergunto à Senhora Presidente, no Dia da Cidade onde é que estava quando iniciaram a tocar o Hino, apareceu mais tarde, colocou-se ao lado do Senhor Presidente, quem é que automaticamente furou o Protocolo?

Senhor Presidente, não tenho nada contra as pessoas que vêm de outros concelhos trabalhar para Mirandela, mas pergunto aqui, quem é que colocou a Senhora Presidente no lugar onde é que se encontra? Devem ter sido os mirandelenses supostamente. Ou então quer dizer, a Senhora Presidente gosta de ficar bem é nas fotografias, eu compreendo que sim.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor *Manuel Brízido*, eu vou por o seu tempo em pausa, para lhe pedir o favor, à luz da lei e do Regimento, que se expresse apenas pelo problema que o incomoda, porque a lei não lhe permite e proíbe e tem sanções, se fizer intervenções políticas, é uma competência do público que não dispõe à luz da lei.

Muito obrigado pela sua compreensão.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, não se compreende o comportamento deste Executivo, marcam algo por mensagens a dizer, que segunda-feira alguém se iria encontrar comigo, marcaram e exigiram às 22.00 horas, eu não estou de plantão às 22.00 horas à minha porta. Quem quiser ir ter comigo tem que tocar à campainha e falar comigo.

Senhor Presidente, para aqueles que estão aqui e para os que estão lá em casa, vou deixar aqui o que eu fiz e o que eu fiz foi, escrevi ao Ministério Público, contei tudo ao Ministério Público, já há algum procedimento da parte do Ministério Público, a Senhora Presidente revelou no dia da reunião, quinta-feira passada, que se o Ministério Público se pronunciar em tirar a tirolesa terá que a tirar, mas assim os moradores já não caem sobre a Senhora Presidente. Então quer dizer que a Senhora Presidente tem medo é dos moradores.

A todos aqueles que estão connosco, tanto aqui como lá em casa, o nosso muito obrigado, mais uma vez o nosso muito obrigado.

Quería perguntar se realmente não há dinheiro para comprar placas de sinalização vertical no cruzamento, se não há exatamente dinheiro para mandar fazer uma grade nova para a ponte do Cobre? Se não há dinheiro deixo uma sugestão, coloque Senhora Presidente, alguém da Câmara de Mirandela à entrada de qualquer das pontes a fazer um peditório, para mandarem fazer essas obras, ou só há dinheiro exatamente Senhora Presidente, para mandar exatamente para Serralves? E então os mirandelenses não merecem?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

A intervenção do município Senhor *Manuel Brízido* relativamente ao parque do bairro Tua Sol, fazer só um esclarecimento relativamente às questões levantadas.

Não vou fazer qualquer comentário sobre os possíveis encontros, ou visitas, disso não tenho conhecimento, de qualquer forma a Câmara Municipal, eu própria já respondi ao Ministério Público e portanto, aguardaremos a resposta.

Relativamente às verbas, obviamente que as verbas estão orçamentadas, estão em projetos, toda a intervenção será feita de acordo também com aquilo que são as orientações das próprias Juntas de Freguesia e portanto, em relação ao Plano de Investimentos, e está tudo organizado de acordo com o planeado.

## Antes da Ordem do Dia

### 3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

“Junho chegou e com o findar deste mês, fecha-se mais um ciclo escolar da nossa comunidade.

Um ano letivo marcado por desafios enormes...

Sáímos de uma pandemia em que foi necessária a adaptação e flexibilidade a novas formas de ensino e a estruturação do Ensino à distância.

Depois de anos em que os equipamentos de proteção individual e as medidas de sanidade afastaram alunos dos seus pares, dos seus professores, de toda a comunidade educativa.

Temos um ano de greves e de contestação. Um ano de rankings e de polémicas...

Mas também um ano em que a Educação se tornou mais municipal, com a descentralização de competências.

Mirandela é palco municipal de oferta escolar desde o berçário à faculdade.

Podemos afirmar com orgulho que existem respostas educativas diversas.

Mirandela é bom exemplo de como o Ensino em termos holísticos, e o Ensino Profissional e o Ensino Superior Politécnico, de forma particular, se constituem em polos de desenvolvimento local: o A. E. Mirandela – um dos maiores do país, EPA Carvalhais – um marco nas áreas da agricultura e turismo, ESPROARTE – na Música, e a ESACT em matérias de Administração e Turismo.

E porque a educação deveria continuar a ser uma paixão de todos os políticos, mas sobretudo dos que se pautam pela matriz socialista, questiono qual o balanço que se faz deste ano letivo? De que forma estão já a preparar o ano letivo 2023-24? Há novidades quanto a projetos ou respostas educativas para apoiar mais aqueles que demonstram mais dificuldades de aprendizagem?

Parafraseando *Paulo Freire*, a “*Educação não transforma o mundo. A Educação muda as pessoas. As Pessoas transformam o mundo*”, contamos com o Executivo para darem um contributo decisivo neste pilar tão importante da nossa sociedade.”

----- O Senhor Deputado Municipal *EMANUEL BATISTA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui são três preocupações, em que gostava que a nossa Presidente nos dissesse a nós e a quem nos está a ouvir, o que é que sente destas três preocupações por mim aqui trazidas.

A primeira, as três são ligadas ao setor agrícola e tem a ver com as Zonas Vulneráveis, temos aqui muitos agricultores e não sabem o que são Zonas Vulneráveis, nem sabem se estão classificados nessas Zonas Vulneráveis da sua Freguesia ou da sua aldeia.

Eu queria sugerir aqui que, o nosso Município fizesse força para que todo o concelho ficasse dentro das Zonas Vulneráveis, isto porque nós estamos a entrar num novo Quadro Comunitário e esse novo Quadro Comunitário traz vantagens aos agricultores que se enquadram nas Zonas Vulneráveis, vantagens essas que nas ajudas podem ter cerca de uma majoração de 20 %. Isto, 20 % aqui na nossa região é muito dinheiro.

A segunda, tem a ver com a presença da nossa Ministra da Agricultura há cerca de 15 dias, um mês, em Mirandela e a nossa Ministra esteve cá relacionada com a criação de um Livro Branco do Regadio e aqui pergunto o seguinte: Nós mirandelenses, nós transmontanos, não conseguimos por em prática um projeto que estava financiado e hoje vem aqui a Ministra, ou ontem veio aqui a Ministra, dizer que vamos fazer um plano de regadio para Trás-os-Montes.

Se nós não tivermos coragem, se nós não tivermos capacidade, entre os organismos que existem, Ministério da Agricultura, Câmara Municipal, de colocar o ramal de Vale do Pereiro a funcionar quando existia fundo disponível, o que vamos fazer no futuro?

A terceira, tem a ver com o apoio sanitário aos produtores pecuários, acontece que tem-se feito alguma publicidade, tem-se feito algum *glamour* desta situação e eu pergunto: Em 362 explorações pecuárias, apenas 18 têm concorrido aos apoios em 2021 e 2022. Dentro destas 18, há sete explorações que são de duas famílias, o que quer dizer que, só 11 produtores individuais, que não estão agregados numa família estão a aderir, o que quer dizer que cerca de 4 % é que estão a aderir. Automaticamente, ou o apoio não é rentável, ou há aqui qualquer coisa que não está a funcionar.

Eu gostaria que o nosso Município seguisse o exemplo dos Municípios vizinhos, em que não existisse tanta burocracia para o agricultor, ou para o pastor que não tem disponibilidade, porque anda com o seu rebanho e ao mesmo tempo não tem capacidade de se deslocar à cidade, que facilitasse, como facilita o Município de Valpaços, o de Macedo de forma diferente e ao mesmo tempo, evitarmos que os nossos produtores pecuários abandonassem a atividade.

Hoje, tenho-vos a dizer que abandonaram a atividade três, na última semana abandonaram três, quer dizer, os produtores pecuários fazem falta, mas vocês dizem, ele está a pedir subsídios, eu não estou a pedir subsídios nenhuns, eu estou a dizer que existe um regulamento, o regulamento tem uma determinada ajuda, eu gostava era que fosse mais simples, para que as pessoas aderissem e para que quantos mais animais tivermos no campo, menos incêndios temos no verão. Enquanto não se convencerem disso, a nossa agricultura tem tendência a diminuir e a desertificação a aproximar-se.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Inicio a minha intervenção com a referência à abertura da variante do Pombal, ou do Goiano, como lhe chamam, bem como a abertura da Rotunda do Hospital. Duas obras recentemente colocadas ao serviço de todos os que precisam de as usar. Duas obras que me levam a felicitar o Executivo por tê-las levado a cabo. Parabéns por isso.

Porém, como sabe, Senhor Presidente, Senhora Presidente, há muitas outras obras que deveriam estar já realizadas umas, outras em andamento e, outras ainda, mais leves que deveriam estar devidamente arranjadas para bem da segurança e bem-estar de toda a população.

Por isso, nunca é demais aqui lembrar o que está menos bem, ou aquilo que faz falta e, assim, lembrar as necessidades mais prioritárias que se devem seguir. Ou seja, lembrar ao Executivo que isto que foi feito é muito pouco para o que já deveria estar feito. Mas, que fique claro, não queremos com isto tirar a importância e o valor das obras referidas e que os mirandelenses e demais pessoas já podem usufruir.

Nesse sentido, gostaria de abordar, desde já, o problema que o cidadão *Manuel Brízido* vem trazendo a esta Assembleia: o Parque Infantil Tua Sol e os problemas inerentes que colocam em causa o sossego, o descanso, a paz que os moradores mais próximos desejam.

Faço-o porque já nos choca a todos o demasiado tempo que esta Câmara demora a resolver assuntos tão fáceis de solucionar. O que nos leva a concluir que, se o Executivo quisesse, já estava resolvido, de tão simples que é. Não vemos razões para justificar esta demora, este impasse. Vemos sim, à medida que deixam passar mais tempo, aumentar a tensão, o fosso entre os que estão a favor e os que estão contra a tirolesa, e não só.

Essa paciência posta à prova instante a instante, dia a dia, essa espera, essa tensão, até essa angústia para alguns, pode levar ao desespero e a situações que ninguém deseja. A continuar este arrastamento por tempo que ninguém sabe, é dar condições a que fiquem mirandenses contra mirandenses, o que não é nada saudável, nem desejável.

Senhor Presidente da Assembleia, permita-me que questione a Senhora Presidente da Câmara e respetivo executivo: querem resolver o problema rapidamente? Mandem tirar a tirolesa do Parque Infantil Tua Sol e coloquem-na noutra local onde não esteja tão perto dos moradores, das residências. Até dou uma sugestão: coloquem-na algures, num local da área do antigo Ribeiras Café, junto à Ribeira de Carvalhais.

E sabem que vantagens trará? Já lá existe uma. Mas o espaço envolvente comporta outra, pois tem uma dimensão bastante aceitável para estes casos. Era única em Mirandela antes deste Parque Tua Sol ter esta da polémica. Por isso, as pessoas de toda a cidade, de todo o concelho, que quisessem ir com as crianças a andar na tirolesa, tinham de se deslocar lá. E nunca ouvi alguém, algum morador da zona a queixar-se do seu uso e respetivo barulho.

Por outro lado, como aquela do Parque do Ribeiras Café está frequentemente avariada, a tirolesa do parque Tua Sol iria servir as crianças enquanto não arranjassem a avariada.

Penso que, a seguir, com ponderação e reuniões adequadas, seriam resolvidas as restantes situações sobre o Parque Tua Sol. E com isso, viria a paz entre todos, Câmara, Senhor *Manuel Brízido* e restantes moradores. E também, nós nesta Assembleia ficaríamos contentes de o assunto finalmente ser resolvido.

O que falta, Senhora Presidente, para esta situação estar resolvida? Responda diretamente, se faz favor. Não deixe, Senhora Presidente, de nos brindar com a resolução desta questão, já na próxima reunião desta Assembleia Municipal.

- Lembro também, Senhora Presidente, que ainda se encontra por resolver o problema das redes da vedação do campo polivalente da Zona Verde, que se encontram com os arames vivos á mostra, esburacados, á espera que algum jovem seja ferido por elas... Lembro ainda os passeios irregulares na zona do Cocheira, autênticas rasteiras para os mais velhos...

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara:

- Outra situação caricata é a seguinte: tendo Mirandela, no seu território, um Canil intermunicipal da Terra Quente Transmontana desde maio de 2005, e um outro em São Salvador nas imediações da cidade, aberto já durante os seus anos de mandato, verifica-se que cada vez há mais cães vadios nas ruas da cidade e de algumas das nossas aldeias. O que acarreta vários problemas de saúde para a população assim como a nível de segurança. Que "lindo" cartaz para quem nos visita! Esses animais podem ser perigosos.

No dia 26 deste mês, ao início da tarde, pude tirar uma foto que registou 6 cães juntos, soltos, de grande porte, ali nas imediações do Parque Infantil da Zona Verde. Um deles refilando e ameaçando o fotógrafo que, sem medo, mas com respeito e falando-lhe, registava a situação. A pergunta que se coloca é a seguinte: Sr.ª Presidente, tem havido cuidados com estas situações? Tem havido recolha destes animais à solta pela cidade e pelas aldeias? Não me parece. Já que ainda há uns quinze dias atrás, eram três que andavam nos jardins da Senhora do Amparo e na zona da esplanada Sacor, e, agora, já são seis!

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara:

- Quero trazer-lhes aqui a esta Assembleia mais um assunto de capital importância para Mirandela: a falta de condições para a prática desportiva de algumas associações relevantes do concelho, e também a falta de espaço para feiras/exposições que já se sente em Mirandela.

Comecemos pelo Sport Clube de Mirandela-Campo de futebol e respetivas estruturas na Reginorde.

Há uma petição no *Facebook* sobre este assunto.

Trata-se de dar dignidade e condições para a prática de futebol, nomeadamente treinos e torneios das camadas jovens naquele espaço.

Os balneários são improvisados e estão em contentores, junto do acesso para pessoas com dificuldade de mobilidade, ao piso superior da Feira, lado nascente. Não têm condições para receber os que nos visitam. Para além de serem um custo desnecessário, se houvesse outros balneários fixos melhores. As condições gerais envolventes são péssimas. As estruturas restantes de apoio, nomeadamente o pavilhão adstrito está num estado bastante degradado.

Lê-se na referida petição: *"as condições de envolvimento do campo são extremamente precárias, sendo mesmo as piores da região. Pensamos merecer melhores condições para a nossa terra e para receber tantos dirigentes desportivos, técnicos, familiares e acompanhantes que vêm a Mirandela e deparam-se com estas faltas de condições para os receber."* Fim de citação.

As bancadas não existem. É sobre os muros que envolvem esse campo, nos passeios, que o público assiste a treinos e a competições. Desviando-se a cada minuto das árvores que ali estão entre os passeios e o campo.

A Senhora Presidente tem conhecimento dessa petição? Já a recebeu ou não? Caso tenha conhecimento dela, e/ou já a tenha recebido, perguntamos: o que já foi feito para resolver essa questão? Como e quando pensa resolver esse problema? Já vai com 6 anos de seus mandatos, nada foi feito até aqui, está consciente da importância que têm uns bons balneários e uma boa bancada para a prática desportiva e para os jovens das camadas em formação do Sport Clube de Mirandela, mas também de S. Pedro Vale do Conde ou do Cachão?

Ao nível de estruturas desportivas, Mirandela, uma cidade com mais de 12 000 habitantes, está a deixar ultrapassar-se por outras localidades mais pequenas, como o caso de Arronches, vila alentejana do distrito de Portalegre, com cerca de 1500 habitantes (o concelho tem cerca 2790 habitantes). Na verdade, as estruturas que esta Vila tem neste momento são melhores que as do campo da Reginorde e têm um projeto para começar já em que o estádio vai ser renovado. Vão ter novos balneários e colocar bancadas.

Ora, Senhor Presidente, Senhora Presidente, não é uma vergonha para Mirandela este atraso em que está a ficar? Estas condições péssimas para receber os atletas de fora?

- Ainda no desporto, desta vez sobre a falta de condições que a AMAO, Associação Mirandense de Artes Orientais, possui neste momento, para treinar os seus atletas para as competições. *Tiago Morais*, em formato digital, dizia em 22/6, que era *"vergonhoso termos uma Associação em Mirandela a preparar-se para competições nacionais e internacionais nestas condições..."* Artes



*Marciais que envolvem quedas a serem treinadas em relva, terra e terrenos duros... (via-se a imagem e treinar em frente à sede, ao Pavilhão do CTM no terreno de terra batida usado para a feira de Mirandela.*

A Associação Mirandelense De Artes Orientais dizia: *“É assim que nos tentamos preparar para o próximo desafio “Campeonato Ibérico de Shual Jiao (Luta Chinesa) em Espanha. Dia 8 de Julho de 2023.”*

Nós constatamos esta triste e lamentável realidade dia 27 do corrente pelas 18h 45m, quando os atletas da AMAO estavam a puxar os tapetes de esponja para fora do Pavilhão onde costumavam treinar. Qual a razão porque vão para a rua treinar? O seu espaço foi invadido pelas águas pluviais do início deste mês de Junho, e o interior do pavilhão está todo virado do avesso. Porque isso aconteceu? Porque não foi feita a reparação, a revisão do telhado e dos tubos de escoamento das águas pluviais... que já há vários anos deveriam ter tido mais atenção...

Não é vergonhoso, Senhora Presidente!? Algo vai mal por Mirandela a este nível!

Que vai fazer a Câmara neste caso para ajudar a ultrapassar este problema da AMAO, Senhora Presidente?

Ainda havia outro ponto para eu tratar, mas não quero abusar e deixo-o para a próxima vez.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Como temos ouvido, visto nestes dias e como ficou claro para quem ainda tinha dúvidas, o grande capital tira partido da maioria absoluta do Partido Socialista, cuja política está ao serviço dos seus interesses, e promove projetos e forcas reacionárias e antidemocráticas. Prossegue, com consequências negativas na vida dos trabalhadores e do país, uma política que invoca falsos pretextos, - como a guerra ou a pandemia para justificar a ausência de resposta aos problemas, o agravamento da exploração e uma cada vez mais injusta da distribuição da riqueza.

Os “casos” e contradições em que o Governo PS mergulhou nos últimos meses são, antes de mais, reflexo de uma política contrária aos interesses dos trabalhadores e do povo que, no último ano, degradou as suas condições de vida e agravou todos os problemas nacionais. As opções do Governo do Partido Socialista não descolam das que são partilhadas pelo PSD, pelo CDS, pelo Chega e pela Iniciativa Liberal, independente de fabricadas polémicas e confrontos verbais nos quais se preocupam construir elementos distintivos entre si, para disfarçar a comunhão de orientações. Uma realidade que se pode comprovar pela sistemática convergência de objetivos políticos e em votações e discussões na Assembleia da República, onde se insere o processo de Revisão Constitucional desencadeado com indisfarçáveis objetivos antidemocráticos a que o PS deu abrigo.

O conjunto de impasses, défices e estrangulamentos que atingem a vida nacional são inseparáveis da natureza do capitalismo, das imposições da União Europeia e do euro, das políticas de privatização, liberalização, desregulamentação, financeirização e outros instrumentos das opções neoliberais.

Assinalam-se riscos de abrandamento económico no país, na União Europeia e noutros países, decorrentes das opções políticas de resposta a situação inflacionária, centrada na subida das taxas de juro, na redução do valor real dos salários e na restrição da despesa pública, que caminham a par do aumento desmesurado dos lucros dos grupos económicos.

O poder monopolista dos mercados de bens e serviços essenciais, como a energia e os alimentos, revela-se, a coberto da guerra e das sanções, na especulação e crescente apropriação do poder de compra da população e do rendimento dos pequenos produtores e das micro, pequenas e médias empresas (MPME). Um poder que contrasta com a redução da capacidade de intervenção dos Estados, que perderam na voragem das políticas neoliberais, o comando de empresas estratégicas da Banca, energia, transportes, comunicações e alimentares, a que acresce a perda de soberania sobre outros instrumentos de política económica, como a monetária e a orçamental. Aprofundam-se as desigualdades, pela desvalorização dos salários e pensões e por uma cada vez maior acumulação de lucros pelos grupos económicos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os lucros líquidos de 24 dos principais grupos económicos em Portugal situaram-se em 2022, em cerca de 7,6 mil milhões de euros, valor que não envolve as empresas estrangeiras, num crescimento de cerca de 45 % em relação a 2021 (cerca de 2,3 mil milhões de euros a mais).

Os preços dos alimentos, da energia, da habitação, da saúde, das comunicações, das taxas de juro, comissões bancárias, entre outros, continuam a subir. A vida de milhões de portugueses degradou-se visivelmente no último ano. Assiste-se a uma profunda regressão social, expressa numa rápida perda de poder de compra (mais de 8% de inflação em 2022) por parte da generalidade da população, no aumento da pobreza (atingindo mais de 2 milhões de pessoas) e das situações de privação de acesso a bens e serviços essenciais. O acesso a cuidados de saúde, claramente posto em causa com a política de subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e de desvio de recursos para os grupos privados, atinge duramente o povo português. Um subfinanciamento e desinvestimento que marca igualmente a situação na escola pública, na ciência e investigação, na cultura, na proteção civil, na justiça, nas forças e serviços de segurança, nas Forças Armadas, ou na proteção ambiental. Em vez do urgente aumento dos salários, reformas e pensões para recuperar o poder de compra perdido, da redução e fixação de preços, da justa tributação do capital, do reforço dos serviços públicos, da resposta a problemas inadiáveis que se colocam ao povo português, como o direito à habitação, à saúde ou à educação, o Governo, constituindo-se como um instrumento ao serviço dos grandes grupos económicos, insiste em medidas pontuais, limitadas e de carácter assistencialista, trava o aumento dos salários e pensões, degrada os serviços públicos, promove a liberalização dos mercados, não combate a especulação e protege os lucros do capital. Em vez de eliminar as normas gravosas da legislação laboral, o Governo do Partido Socialista, promoveu na Assembleia da República a aprovação de alterações que mantem uma contra os direitos dos trabalhadores, nomeadamente a caducidade da contratação coletiva e a não reposição do princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores. Em vez do combate ao poder dos grupos monopolistas, do incremento do investimento público em meios e redes de transporte, habitação, creches, lares ou outros equipamentos sociais, do controlo público dos setores estratégicos, do apoio às MPME, da promoção da produção nacional (opção fundamental, incluindo para defender o país face a surtos inflacionários como o atual), do reforço do sistema científico nacional, o Governo acelera novas privatizações, a - TAP e a EFACEC – e Parcerias Público-privadas (designadamente na saúde e na ferrovia), desvia recursos

AA  
1/15  
7-1-23

públicos, designadamente fundos comunitários, para o grande capital e aprofunda a dependência e exposição do país face a interesses estrangeiros.

Destaca-se ainda uma profunda operação ideológica que, a partir de ausência de resposta a problemas reais, visa: promover conceções liberais de ataque a tudo quanto é público, para abrir caminho a novas privatizações; apresentar a guerra como a raiz de todos os problemas para branquear e aprofundar a política de direita e, por outro lado, incentivar a sua continuação; promover o medo, o isolamento e o individualismo; erigir as chamadas "contas certas", seja com base do défice, na dívida ou nos excedentes orçamentais, como bitola para a compressão de salários, investimento e direitos; apresentar a valorização dos salários ou pensões como fator inflacionista, ao mesmo tempo que se omite e justifica a escandalosa acumulação de lucros pelos grupos económicos; atacar os impostos, em abstrato, para justificar a redução da tributação sobre o capital e uma ainda maior acumulação de lucros; esconder as reais causas da corrupção, que decorre da submissão do poder político ao poder económico; mistificar a ação do Governo, identificando-a com o "socialismo", quando na verdade toda a política desenvolvida é expressão da natureza do capitalismo.

Estes são exemplos de um caminho que, a partir da ação do Governo e das forças reacionárias, promove e concretiza uma agenda determinada pelos grupos económicos, esses sim, o real centro de poder e de comando da vida política, económica e social. O grande capital procura, através de poderosos meios de condicionalismo ideológico e desinformação, empurrar o povo português para falsas escolhas entre a política de direita do PS ou das forças reacionárias.

Perante estes projetos e a realidade social e económica que os trabalhadores e o povo enfrentam, impõe-se romper com esta política de direita, travar os projetos em preparação para o seu aprofundamento e afirmar uma política alternativa cada vez mais urgente e necessária.

O PCP é a verdadeira oposição ao Governo do Partido Socialista e à sua política, a força que faz frente aos projetos reacionários e antidemocráticos do PSD, do CDS, do Chega e da Iniciativa Liberal, a força portadora das soluções e das respostas necessárias ao país, à política patriótica e de esquerda.

É a construção desta política alternativa de Esquerda que está colocada a todos os que são alvo das injustiças e que exige a ampliação da luta dos trabalhadores e do povo, a convergência dos democratas e dos patriotas."

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo a Assembleia Municipal que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, solicitou à Mesa a exibição de quatro imagens na sua intervenção, como prática habitual, a Mesa concedeu a exibição das mesmas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu tenho aqui uma questão que já vai sendo repetitiva, mas não me vou cansar de lhe perguntar, relativamente ao Carro da Saúde, a Senhora Presidente diz que não tem dados, disse que me iria fazer chegar essa informação, o facto é que essa informação ainda não chegou, não sei se é por falta de tempo, se é por falta de dados. Vou continuar a aguardar que me envie esses dados se faz o favor.

Relativamente às obras da praia fluvial de Frechas, também não podia deixar de mostrar aqui a minha indignação, relativamente à forma como este Executivo tem conduzido os trabalhos, é de lamentar que uma obra tenha começado em novembro de 2022, estamos na época balnear e a obra ainda não está concluída. Uma obra que tinha 60 dias de período de execução e mais grave, na semana passada, dia 21, tivemos uma reunião, eu diria de emergência, de urgência, porque o Senhor Vereador fez questão de me ligar só no dia anterior e eu disponibilizei-me em estar presente porque é do interesse da Freguesia, onde foi assumido pela empresa e pelo Senhor Vereador, que tudo o que estava em falta iria ser concluído até ao dia de hoje, por minha exigência, ficaria em falta o módulo do wc que só iria vir daqui a 50 dias, quando viesse para a Ponte da Pedra, eu até sugeri que nem valeria a pena colocá-lo, pois daqui a 50 dias acaba a época balnear, pelo menos não teríamos o risco que o rio o iria levar de inverno e ficaria para o ano seguinte.

O facto é que até à data de hoje ninguém apareceu, é de lamentar inclusivamente que esteja lá um monte de sucata, que era do estaleiro do empreiteiro e nem isso se dignam tirar. Eu acho que a Câmara Municipal tinha que tomar medidas com caráter de urgência.

Tenho aqui outro assunto, eu como gosto de pedir pouco, mas há um ano atrás sensivelmente, fiz um pedido ao Senhor Vereador *Vitor Correia*, eu faço questão de falar no nome que assim se quiserem e se entenderem tem a oportunidade de fazer defesa da honra, o Senhor Vereador *Vitor Correia* é uma pessoa que eu já conhecia antes de andar aqui nestes auditórios e no corredor do Palácio dos Távoras, que tenho muita estima e admiração, o meu pedido foi muito simples, foram quatro bancos usados, daqueles que foram retirados do Parque Império e a resposta do Senhor Vereador foi muito clara, lamentava mas já tinham sido distribuídos para outros Presidentes de Junta.

Bem e eu tive que me culpar a mim próprio, fiz uma reflexão, a cor do meu *flyer* de campanha era verde e branco, também não ando muito pelos corredores do Palácio dos Távoras, a culpa é minha, andei distraído, quando cheguei já não havia nada para mim.

Mas passado meio ano, há pessoas que gostam de visitar os museus, eu gosto de visitar o estaleiro da Câmara Municipal, passado meio ano e trouxe este assunto aqui, se bem se lembram, os bancos continuavam no mesmo sítio e a Senhora Presidente respondeu-me que os Senhores Presidentes de Junta a quem os bancos tinham sido atribuídos ainda não tiveram tempo de os ir buscar.

Bem, um ano depois eu continuo a visitar o estaleiro da Câmara Municipal, gosto, é um hábito, há pessoas que visitam os museus, eu gosto de visitar o estaleiro da Câmara Municipal e depois daquilo que vi esta semana, fiquei chocado e não podia deixar de partilhar com vocês, pedia ao Senhor Secretário que passasse a primeira foto, isto, eu digo, eram os bancos, porque isto já nunca mais voltam a ser bancos, a segunda foto por favor, isto é o estado em que se encontram os bancos atualmente, a terceira foto se faz o favor, isto são ainda alguns restos de algum mobiliário e isto é um amontoado de material, patela, cimento e lancil usado descarregado ali, não faço ideia do que foi, eu só visito, não estou lá a controlar.

Posto isto, leva-me a concluir o seguinte, este Executivo prefere destruir o património, do que dar à Junta de Freguesia de Frechas, eu diria mesmo que, não me vou exceder na palavra, mas que separassem as águas, porque a Junta de Freguesia não ter um Presidente com capacidade para ser Presidente, que não penalizassem a Freguesia, porque este Presidente daqui a dois anos sai e a Freguesia vai continuar.

Tive a oportunidade de estar presente na última Comissão Permanente, onde se falou da Ponte Eng.º *Machado Vaz*, onde estive um engenheiro via *online* da empresa que fez o estudo e supostamente uma empresa conceituada, que foi até referenciada pela I.P. à Câmara Municipal. O estudo diz pouco ou nada, daquilo que eu percebi diz que o betão e o aço que foi usado há 50 anos não tinham qualidade. Há 50 anos acho que só as pessoas é que tinham qualidade, de resto naquela altura não me admira e diz mais, que em alguns sítios da Ponte está mesmo em risco de ruir, que a segurança é zero, mas não diz o que é preciso fazer, nem quanto custa fazer. Eu pergunto se isto vai ficar assim muito tempo? Ou seja, não vai haver mais bombos em cima da Ponte? O estudo só diz que não podem passar mais do que 30 toneladas, puseram a sinalética, aquilo vale o que vale, para mim não vale nada, porque se vier um camião com 30 toneladas no sentido Valpaços/Mirandela e outro no sentido Mirandela/Valpaços, cruzam-se em cima da Ponte e dá 60 toneladas, não há nada que impeça o cruzamento dos dois, ou que informe o outro condutor que está a entrar um camião pesado em cima da Ponte.

Quanto a mim o estudo devia ser completo, eu vou falar aqui um bocadinho na linguagem dos médicos, se me doer uma perna, ou se a perna me estiver a cair, eu vou ao médico, ele faz um exame e faz um estudo, depois do estudo feito, ele vai-me dizer e eu pergunto, então agora a perna vai-me cair? Ele responde, não e eu pergunto, o que é preciso fazer? Ele responde, vai ter que levar aqui um parafuso, mais uma rótula e eu pergunto, e quanto custa? Era isto que o estudo devia dizer, eu acho que o Executivo não devia deixar o custo a meio, porque fez um custo para o estudo e agora o estudo está inconclusivo.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

De facto levamos sete anos de mandato da Dr.ª *Júlia*, se bem que a Dr.ª *Júlia* em 2017, ganhou muitos dos votos que teve à custa de erros de gestão de um Executivo PSD, constatamos hoje, passados sete anos que os mesmos problemas continuam por resolver e já tem outros e já tem outros, que certamente num debate da nação, ou do Estado, ou do concelho, teremos oportunidade de referir.

Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, tem gosto pela educação, acho muito bem, e bem verdade que ao longo dos tempos o tema da educação tem sido tema tabu nesta Assembleia Municipal, mas relembro à Senhora Deputada que o Senhor Ministro recentemente viu reforçada a sua segurança e esteve em Mirandela, fico muito agradado com a sua posição, já vi que não é sectária política o suficiente para lhe permitir ter esta abrangência em nome da classe e sobretudo em nome dos alunos. É que o Senhor Ministro nesse dia que esteve cá foi fazer a instalação do Conservatório de Murça a Vila Real, foi inaugurar a escola pública, a requalificada em Vinhais e Mirandela, apesar de meio milhão de euros de investimento na educação últimos, que importa referir e elogiar a Câmara Municipal, mas temos muito para fazer e se calhar devemos abordar isto de forma bem diferente.

Senhora Presidente, lançou um repto político recentemente sobre aquilo que se está a passar em relação à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, sabemos que perdeu a sua Delegada Regional e com a nova Lei Orgânica, grande parte das suas competências vão passar para a CCDR-N. A Senhora Presidente da Câmara fez um manifesto público em nome de Mirandela e dos seus interesses, que quer ver instalada e fixada em Mirandela a sede da CCDR-N do Porto. Esta é uma primeira reivindicação, o PSD, o seu Presidente da Comissão Política, com quem reuni ontem, manifesta-lhe apoio incondicional nesta reivindicação.

A segunda, se porventura não tivermos a sede da CCDR-N, mas a Vice-Presidência da CCDR-N na área da agricultura ficar fixada em Mirandela, dizer-lhe também que a Comissão Política do PSD e a Assembleia Municipal apoiam-na incondicionalmente. Esperamos que a Senhora Presidente, a bem dos interesses superiores de Mirandela, da agricultura e dos seus agricultores, que estes seus dois desafios, se não forem os dois, pelo menos um, tenha sucesso nesta sua reivindicação. O PSD estará vigilante nesta sua luta, nesta sua encruzilhada, para novamente requalificar a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte com as competências que ela deve ter.

Depois, Senhora Presidente, falar-lhe também de um problema que estou a verificar algumas queixas, com este concurso da admissão de 12 Técnicos Superiores para o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mirandela, porquê mais 12, quando tem tantos Assistentes Técnicos já licenciados, porque se preocuparam ao longo da vida em obter mais qualificações, não lhes permitir aos próprios a sua mobilidade interna, intercarreiras, isto é, na instituição onde trabalham verem-se reconhecidos, sob pena de os que entram de novo terem a *agrément* política da Senhora Presidente da Câmara e os que já lá trabalham e prestaram serviços públicos, ao longo destes anos todos, aos olhos da Câmara Municipal, não veem a sua requalificação, sob pena da maior parte deles até terem classificações honrosas ao nível da sua avaliação de desempenho. Estes já têm avaliações honrosas ao nível da sua avaliação de desempenho, os outros que vão vir ainda não se sabe absolutamente de nada.

Senhora Presidente da Câmara, eu vou-lhe tocar aqui num assunto sem nomes e valores, mas parece-me que não é correto, ainda que seja legal, eu recebi a queixa de uma empresa que está instalada em Mirandela, constituiu empregos, paga aqui os seus impostos, que trabalha na área da desbaratização e da desratização da cidade de Mirandela e não só, na região, cada vez que há uma consulta prévia de preços essa empresa não é consultada.

Há concursos que, é uma empresa de Mirandela, uma de Lisboa e uma de Coimbra, a lei permite isso? Permite. É ético? Não sei. Mas é completamente desrespeitoso para uma empresa de Mirandela, que se instalou no Nordeste Transmontano, quando sabemos que o negócio já é tão curto, o seu Município não a considera. Eu não sei se esta empresa, os seus proprietários são sócios ou não da ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mirandela, mas devem procurar na ACIM este apoio jurídico e sei lá que tipo de apoio e poder vir aqui também ver na sua terra a possibilidade de poder concorrer, emitir a sua opinião, apresentar os seus preços e apresentar as suas competências. Não basta só Senhora Presidente, ir a uma Gala do Empresário no final do ano, dizer que são todos muito importantes, mas que há um setor deles que não consegue tão pouco, estar para consulta prévia e prestar serviços à Câmara Municipal e à cidade.

Senhora Presidente, a ponte Eng.º *Machado Vaz*, este homem de Mirandela agora, que de vez em quando, este homem ou esta mulher de Mirandela, que há dias ora é de papel, porque é assim que se sente em cima da “Ponte Nova”, outros dias é um pouco de



borracha, porque a ponte de facto treme e que garantias que a Senhora Presidente tem, uma ponte que tem classificação de nível 3 a nível de segurança, que foi pedido nesta Assembleia Municipal que nos uníssemos todos, poder Executivo mais a Oposição, eu até pensei que iam roubar a ponte, mas que agora depois desta união o Executivo não apresenta soluções para este tipo de problema. É que este problema está a criar outro tipo de problema Senhora Presidente, é que com a sobrecarga de trânsito da Ponte Açude, o seu asfalto está numa miséria e ora inaugura troços de mobilidade em Mirandela, que aproveitamos para a felicitar, porque teve realmente essa capacidade e essa opção política, ora depois vemos estruturas rodoviárias onde os mirandenses, especialmente a “Ponte Nova”, que até vem nos postais ilustrados de Mirandela, onde faz sentir mirandenses de diferentes idades, um dia de papel e outro dia de borracha.

Senhora Presidente da Câmara, está em condições de dizer à população de Mirandela que a ponte não cai? Ou o projeto que pretende executar, ou foi apresentada a indicação à Câmara Municipal, se é uma ponte requalificada? Se é uma ponte nova? E quais os seus valores?

Senhora Presidente, eu vou tocar noutro assunto e vou terminar, porque tinha aqui mais sete ou oito assuntos, porque de facto estamos numa altura crucial do mandato do Executivo PS, Senhora Presidente eu ouvi que o edifício dos CTT não é legal?! Continuo a não conseguir entender esta obra, porque eu sei aquilo que me vai acontecer e à maioria de vós que aqui estão, se porventura nos colocarmos numa situação ilegal, seja ela enfim, de diferentes níveis, teremos problemas com o tribunal, penso eu, seremos todos tratados de igual forma ao abrigo da lei, continuo a não entender como é que esta obra não está legalizada, não tem licença de utilização e os projetos ainda não foram analisados, nem aprovados.

Senhora Presidente não consigo explicar a pessoas que já me confrontaram com esta situação, não tenho informação suficiente, a Bancada do PSD não tem informação suficiente, sob pena de não entendermos aquilo que se passa, como não entendemos também ao nível do PDM, sempre ouvi dizer que até daria perdas de mandato e depois vemos PDM's suspensos, para resolver situações pontuais e branquear situações porventura até ilegais praticadas por outros.

E mais não digo Senhora Presidente, tinha aqui três páginas, teremos oportunidade, eu nem falo do Livro Branco da Agricultura de Regadio, volvidos 50 anos pós 25 de Abril, ficará para uma próxima oportunidade.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Antes de mais queria pedir desculpa por na última Sessão não ter justificado, nem comunicado que ia faltar, queria pedir desculpa ao Senhor Presidente da Mesa por esse facto.

O assunto que aqui me traz é sobre a saúde mental, porque infelizmente muitas das vezes é nas redes sociais que determinados assuntos são abordados e assumem uma proporção maior e com informação não correta e portanto, creio que aqui será o melhor sítio para falar sobre esse assunto, refiro-me especificamente a um rapaz da minha Freguesia, que infelizmente é um moço que precisa de tratamento psiquiátrico, mas não está mal o suficiente para ser determinado o internamento permanente, nem está bem o suficiente para o tornar autonomamente e portanto, precisa de supervisão, precisa de vigilância, mas não vivemos num estado eugénico, felizmente, há direitos, liberdades e garantias e portanto, não se pode pura e simplesmente agarrar numa pessoa com problemas e forçá-lo e dizer ficas aqui, ou vais tomar isto. Ele pode andar livremente, por muito que choque quem vê um moço dormir num espaço de ATM, que vê dormir em frente à Câmara Municipal, causa estranheza, causa perplexidade, tem-se pena, mas ele é livre.

Desde que não represente perigo para ninguém, desde que não cometa crimes, não há ninguém que o possa internar. Quando se diz que ninguém fez nada por aquele caso, é absolutamente falso, o Município de Mirandela, a Freguesia de Alvites, a Segurança Social, as próprias Unidades Hospitalares, proporciona-se-lhe a medicação, existe um processo de maior acompanhamento, em que ele tem alguém que se responsabiliza por ele, mas como disse, ele não é nenhum incapaz, não é um objeto, é um cidadão com problemas e portanto, não há como lidar com este assunto, a não ser que o acompanhante consiga em tribunal, demonstrar que ele tem é que estar internado. Se o tribunal não considerar isso como necessário, o rapaz e outros rapazes como ele podem andar livremente e ainda bem, porque a mim também me custa vê-lo, mas antes de termos direitos, liberdades e garantias reconhecidas a todos e uma pessoa como ele, embora custe e se tenha pena, possa andar livremente, andar a vaguear do que dizermos, esta pessoa tem problemas vamos institucionalizá-la, felizmente o Estado ainda não tem esse poder.

Os pais são os acompanhantes do rapaz e são os pais que, em tribunal, têm de conseguir fazer esse pedido e se o tribunal considerar que não há motivo para ele estar internado, não vai estar internado.

Eu só queria aqui deixar bem claro que, desde o apoio do Presidente de Junta, da Junta, da Assembleia da Junta, desde o apoio da população da Freguesia, convém não esquecer que foi uma pessoa que causou um incêndio que queimou cerca de 1/5 da área Freguesia e mesmo assim as pessoas lidam com ele, embora com algum receio, mas apoio da Junta de Freguesia e da população, apoio do Município, apoio da Segurança Social, apoio das Unidades Hospitalares, faz-se tudo, agora ninguém pode agarrar e dizer “abre a boca, toma a medicação”, isto não se pode fazer. É um caso muito difícil de gerir, é bom e espero que a pessoa que fez essa publicação no *Facebook*, se por acaso vir esta intervenção e quiser mais algum esclarecimento, tenho todo o gosto em dar, mas não é nem de longe, nem de perto uma pessoa desamparada. É uma pessoa fortemente amparada, só não tem o amparo que mais precisa, que é o dele mesmo. Ele não se consegue amparar a si mesmo, é esse o problema.

Senhora Presidente só ia aproveitar para perguntar aqui uma questão, estamos a chegar à época de incêndios, nas faixas de gestão de combustível tem-se mais a preocupação com o perímetro urbano, com o aglomerado populacional, mas talvez não fosse mau pensar numa espécie de um protocolo que pudesse ser criado entre Freguesias, Município, proprietários, no sentido de determinadas, nas áreas críticas como é óbvio, eleger áreas por Freguesia onde pudessem os proprietários ceder as propriedades por forma a que nelas se pudesse fazer algum tipo de intervenção, por forma a diminuir o perigo de incêndio. Eu penso na minha Freguesia, até para a caça dava jeito, se em vez de montes tivéssemos searas. Penso que podia ser uma coisa a estudar.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“A minha intervenção hoje será um resumo do semestre que termina agora, no que se fez, ou passa na Saúde no nosso concelho. Tenho boas notícias e algumas preocupações que passo a partilhar convosco.

Vou começar pelas boas, que são concretas:

- Temos as obras estruturais da Unidade Hospitalar de Mirandela, que estão em curso há algum tempo, e esperamos que terminem brevemente, até pelos constrangimentos que trazem sempre a todos (utentes e profissionais).

Uma obra de 3,5 milhões de euros na beneficiação do edifício, ao nível do conforto térmico.

Obras de manutenção e melhoria das suas condições assistenciais, que já trazem outra dignidade a todos os utentes que recorrem ao nosso Hospital, além da melhoria da eficiência energética de que foi alvo, que em termos ambientais é uma boa notícia neste planeta em modo suicídio.

Na área da Saúde Mental foi criada uma equipa Comunitária de Saúde Mental para a população Adulta do Tua e Sabor, constituída por profissionais de diferentes áreas, 2 médicos especialistas em psiquiatria, 2 enfermeiros (1 especialista em saúde mental), 1 psicólogo, 1 técnico superior de serviço social, 1 técnico superior de terapia ocupacional e 1 assistente técnico.

Esta equipa multidisciplinar ficou sediada no nosso concelho, nas antigas instalações da SIV/INEM, no Centro de Saúde II de Mirandela.

Vai focar a sua atividade no concelho de Mirandela, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta.

Esta equipa assegura o seguimento prioritário a pessoas com doença mental grave e realiza acompanhamento psicológico individual, na comunidade, visando identificar precocemente situações de agravamento da doença, evitando sempre que possível o internamento.

Ao nível hospitalar, foi requalificada a Unidade de Endoscopia da Unidade Local de Saúde, localizada também na Unidade Hospitalar de Mirandela.

Foi alvo de um investimento superior a 500 mil euros, quer em trabalhos de requalificação do espaço, quer na aquisição de equipamentos para as técnicas de diagnóstico e tratamento de patologias do foro digestivo.

Nesta nova Unidade são realizados a maior parte dos procedimentos de endoscopia geral a todos os utentes do distrito, deixando de ser necessário a deslocação dos doentes para a realização destes mesmos procedimentos para outras Unidades Hospitalares fora do distrito.

Saliento que toda a endoscopia necessária é feita aos doentes com sedação, com equipa de médico anestesiolologista e enfermeiro.

E não fugindo ao tema, parabéns ao Executivo pelo investimento de mais de 1 milhão de euros na requalificação da zona envolvente da entrada do Hospital de Mirandela, com a construção da nova rotunda, trazendo mais mobilidade e rapidez de acesso ao mesmo.

Agora as preocupações, que apesar de não serem concretas, devem preocupar todos nós:

Temos uma Urgência Médico-cirúrgica especial, e com o especial quero dizer que não tem a maior parte das valências necessárias para ser assim designada, mas devido a particularidades como as assimétricas existentes entre a zona litoral e o interior, não foi ainda desclassificada, mas mesmo assim com poucos ganhos para a nossa região.

Dos 3 serviços que ainda têm 24 horas de urgência assegurada, Medicina, Cirurgia e Pediatria, constato com preocupação o reduzido corpo clínico nesses serviços, e passo a enumerar:

Serviço de Medicina: - 5 médicos internistas, 3 têm mais de 60 anos, 2 já não asseguram urgência, e 1 médica está grávida, para assegurar um serviço de urgência, consulta externa e internamento com 40 camas.

Serviço de Cirurgia: - 4 cirurgiões, 3 têm mais de 60 anos, 2 já podem pedir a aposentação e todos podem pedir isenção de horário noturno, para um serviço de urgência, consulta externa, bloco e internamento com 25 camas (já foi de 36 camas e com bloco 24 horas).

Serviço de Pediatria: - 3 Pediatras, 2 com mais de 60 anos, para um serviço de urgência, consulta externa e internamento com 6 camas.

Esta é a realidade que temos e não é preciso fazer muitas contas para reparar na situação precária em que se encontram os nossos serviços, podendo de um dia para o outro sermos confrontados com o fecho de serviços por falta de técnicos altamente qualificados.

Ainda esta semana circulava nos corredores a indicação que se iria reduzir camas (8 camas) no internamento de Medicina pela falta de capacidade de resposta dos mesmos, desviando os doentes para a Unidade de Bragança com a abertura de mais um serviço de Medicina, passando de 3 para 4 serviços.

São sinais contraditórios, por um lado, um investimento elevado nas infraestruturas, por outro um completo desinvestimento nos quadros profissionais.

Perante este cenário negro que se perspectiva Senhora Presidente, e antes que seja tarde e irreversível, que tomada de posição poderá ser tomada pelo seu Executivo?

Com isto, e como a saúde não tem Partido, o que todos nós poderemos fazer para afastarmos este pesadelo iminente, é o repto que lanço a todos os Partidos com assento nesta Assembleia.”

----- O Senhor Deputado Municipal **LUÍS MOSQUEIRO** (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Plano Integrado Inovador Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE)”

Fazer aqui o enquadramento deste Projeto:

Projeto com financiamento do Portugal 2020;

Promotores são o Município e a CIM-TTM;

Duas vertentes com os nomes:

“Hoje Há Escola/Retorno à Aprendizagem”

E

“Um Outro Olhar para o Conhecimento/Aprendizagem”

Um excelente projeto de intervenção que se situava no intermédio da dimensão aluno, contexto escola e dimensão família, contexto Encarregado Educação. Posicionava-se no hiato entre aluno, escola e família.

A missão do projeto era, vou só elencar alguns objetivos:

1. Promover o sucesso escolar e intervir no abandono precoce e insucesso escolar, acionando metodologias e respostas orientadas para a integração socioeducativa, igualdade de oportunidades nos processos de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças e jovens;
2. Envolver pais e Encarregados de Educação (EE) na vida escolar dos educandos;
3. Capacitar os EE/pais para percursos educativos de sucesso;
4. Diminuir casos de indisciplina em contexto escolar;
5. Promover atividades relacionadas com a inovação pedagógica em ambiente de aprendizagem e aprendizagens formais e não formais;
6. ...

Assevero que este projeto de intervenção (PIICIE) foi bem desenhado dando algumas respostas que o sistema educativo, conforme se encontra, não consegue dar. Respostas essas no âmbito da assistência social, quer na intervenção junto dos pais EE, quer na intervenção do aluno e articulação aluno/ambiente escolar/pais.

É óbvio que o sucesso dos projetos, está na dependência direta das pessoas que o integram, na persistência e na resiliência das mesmas.

E, nesta sequência, deixo uma palavra de apreço e simpatia a todas as pessoas, técnicos, que se envolveram no projeto, em particular à Educadora Social que interveio na parte da família, Dr.<sup>a</sup> *Susana Freitas* e ao Psicólogo dos alunos e da família, Dr. *Vitor Carmo*. Duas pessoas incansáveis na intervenção com a família e com os alunos de abandono precoce. Pessoas incansáveis na ajuda aos Diretores de Turma e na comunicação com as famílias. A maior parte, ou todos os Diretores de Turma solicitaram intervenção da equipa PIICIE. A maior parte das turmas teriam alunos que estavam a ser intervencionados pelo PIICIE. São dignas de registo as seguintes práticas de intervenção pelos técnicos dos projetos:

- Apoio à gestão doméstica;
- Apoio ao estudo em casa dos aprendentes;
- Visitas regulares ao domicílio;
- Capacitação dos pais/EE, como por exemplo "tirar as senhas da refeição";
- Planos de estudo combinados com os pais e EE;
- Atividades extracurriculares e lúdicas, nos intervalos, para diminuir a violência e a indisciplina escolar;
- Celeridade da resposta aos problemas sinalizados;
- Etc.

Na minha opinião, como pontos fracos, o projeto pecou:

- Pelo término em março de 2023, a meio do ano letivo, abandonando cerca de 300 alunos que estavam a ter sucesso como consequência da intervenção;
- Algum défice de técnicos para um mega Agrupamento da dimensão com o nosso e as suas problemáticas em redor da violência, da indisciplina, do insucesso e do abandono.

É do conhecimento público que algumas Câmaras seguraram o projeto PICCIE até ao término do ano letivo, custeando os mesmos. Este, em Mirandela, com o elenco que tinha de provas dadas poderia ser subsidiado pela autarquia até ao término do ano letivo, em minha opinião.

Questiono:

1. Porque é que a autarquia fez a opção de não dar continuidade, uma vez que o custo da continuidade era 2, 3 técnicos fora do quadro de pessoal da autarquia? Mesmo não querendo ter custos o projeto poderia continuar só com os técnicos da autarquia?
2. Está previsto algum projeto desta envergadura no âmbito de algum quadro comunitário?

Estando na calha outro projeto com a mesma missão, lembrar que a vivência e a experiência de todos estes técnicos que se envolveram, com certeza, será uma mais-valia.”

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“O assunto que hoje me traz aqui merece a maior atenção de todos nós!

Trata-se da proposta de localização em Mirandela da sede do novo Instituto Público criado pelo Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, denominado *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.*

Apoiamos esta ousadia e coragem política da Sr.ª Presidente da Câmara desde o primeiro momento... e continuaremos a apoiar...!

Vejamus que não há político nenhum que não lamente o despovoamento do interior e que não defenda a adoção de medidas para inverter o processo...!

Esta poderá ser uma dessas grandes medidas !!!

Aquilo que podia parecer uma ideia peregrina há uns tempos atrás, afinal, parece que já ganhou corpo e granjeou apoios...

Notícias recentes dizem-nos que a Presidente da Câmara de Mirandela “*ganhou uma aliada na sua reivindicação...*” – nada mais nada menos que a Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Prof.ª *Isabel Ferreira*, que se pronunciou advertindo que a decisão deverá ser consensual na Região...

Penso já ser plenamente assumido que a integração da Direção Regional de Agricultura neste Instituto Público é um processo irreversível e, nesse sentido, a meu ver, temos de entender e aceitar as dinâmicas e transformações organizacionais nos Serviços periféricos da Administração... assisti a outras ao longo da carreira profissional de 36 anos de serviço, precisamente neste organismo do Ministério da Agricultura...

A Direção Regional de Agricultura existe em Mirandela desde finais do séc. XIX, (1886) com outras designações, outra missão e outras competências e atribuições, conforme os contextos temporais. Por isso, esta é mais uma reorganização desta entidade com mais de um século de existência...

E o que menos nos deve preocupar, neste momento, é que o novo organismo seja um Instituto Público. Muitos dos Serviços do Estado, no seu papel regulador e fiscalizador, funcionam sob essa figura e resultaram da fusão de uma ou mais organizações estatais, p.ex.: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP; Agência Portuguesa do Ambiente, IP; Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP e muitos mais...

[*Os institutos públicos são entes autónomos do Estado e, por isso, dispõem de personalidade jurídica, ou seja, são pessoas coletivas com autonomia administrativa e financeira, capacidade negocial, património próprio, etc., o que não acontecia com a DRAPN*]

Por outro lado, contrariando algumas afirmações recentemente proferidas por alguns “fazedores de opinião” que, com pensamentos redutores, apoucavam a ex-Direção Regional, cumpre esclarecer que, além de muitas mais competências do que as que referiram, esta organização tem, ainda hoje, nos seus quadros quase 600 trabalhadores, distribuídos por oito distritos do território da sua área de atuação, que – lembro – são todos os concelhos situados a norte do Douro e mais alguns da margem sul, integrados na Região Demarcada...

Passo a explicar melhor: no Distrito de Bragança – 158 trabalhadores (o que inclui 110 em Mirandela); no de Vila Real – 127; Braga – 122; Porto – 118; Viana do Castelo – 34; Viseu – 19; e na Guarda – 5 | TOTAL – 593

Ora, se estes 593 trabalhadores irão integrar os mapas de pessoal da extinta CCDRN, que tem pouco mais de 200 trabalhadores, quase todos concentrados no Porto, é caso para questionar quem é que “absorve” quem...!?, ou melhor, qual é o organismo que é integrado e qual é o que integra...!?

Senhor Presidente,

Senhores Deputados, Caros concidadãos mirandelenses,

O período de 60 dias úteis, para elaboração dos Estatutos deste Instituto Público e localização da sede, está a decorrer até ao dia 28 de agosto.

É agora o momento de cerrar fileiras e exercer a magistratura de influência junto de quem decide... de cada partido político, com assento nesta Assembleia e não só..., usar todas as formas de diplomacia junto das suas estruturas superiores...

Não é a Senhora Presidente da Câmara de Mirandela sozinha que vai conseguir vencer esta luta...!!! E, mal seria que a Assembleia Municipal não se aliasse também na prossecução deste desiderato!

Esta decisão não depende do Governo, nem de nenhum Ministro, está nas mãos de alguém que foi eleito, também pelos membros desta AM, em 13 de outubro de 2020 – o Senhor Presidente da CCDRN, o distinto Prof. *António Cunha* – cargo que será novamente sujeito a escrutínio eleitoral, nos termos previstos no DL n.º 36/2023, que converte as CCDR’s em Institutos Públicos.

Se, perante esta situação, nada fizermos, se baixarmos os braços, as gerações vindouras nunca nos perdoarão, tal como nós não devemos perdoar a quem, num passado de má memória, rejeitou liminarmente a possibilidade de instalação do Ensino Superior Agrícola na Escola de Carvalhais...

Senhor Presidente,

Com o devido respeito, permita-me que lhe sugira uma visita ao edifício dos Serviços Agrícolas na R. da República, acompanhado dos membros da Comissão Permanente... penso que muitos nunca entraram lá e, por isso, desconhecem a dimensão e até a dignidade das instalações...

Poderá confirmar que temos espaço condigno para acolher a Presidência deste novo Instituto, como foram acolhidos, durante os últimos 45 anos, os diferentes Diretores Regionais de Agricultura...

E poderão também visitar a Quinta do Valongo, património imóvel que, por força do disposto no art.º 3.º do já referido Decreto-Lei, será transferido para a CCDRN... incluindo os Edifícios Públicos lá existentes...

Fica a proposta!

E, por último, não resisto a partilhar um episódio da memória coletiva de Mirandela e do qual poucos dos presentes se recordarão – até porque muitos nem seriam nascidos ainda – mas faço questão que este registo fique em ata, para a posteridade...

Corria o ano de 1977, quando, num ato de rebelião popular ou desobediência civil, as forças vivas de Mirandela – comerciantes, industriais, empresários, agricultores, técnicos, operários e outros cidadãos – se mobilizaram e, com “firmeza”, invadiram as

instalações e retiveram o Diretor Regional de então (Eng.º Teles Grilo), com o intuito de impedir que a sede da Direção Regional de Agricultura fosse deslocizada para Vila Real. E, como sabemos, permaneceu em Mirandela até agora...!

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Aqui chegados, este é talvez o apelo mais importante e forte da nossa política local atual...!

Esta decisão de instalar a sede da CCDRN, IP em Mirandela – profundamente determinante para o futuro e desenvolvimento do Concelho e de toda a região – está agora a ser preparada... Impõe-se, por isso, uma mudança de paradigma...!

O apelo é dirigido ao setor empresarial, associativo e cooperativo, aos autarcas, aos decisores e a todas as forças políticas, para que se concretize este reforço de coesão social, económica e territorial, cumprindo Recomendações da Assembleia da República.

E termino, fazendo minhas as palavras da Senhora Presidente, proferidas no passado dia 2 de junho:

*“Por mais que me esforce, já não consigo entender porque insistem os decisores em concentrar tudo nos grandes centros, contrariando todos os princípios da Coesão Territorial... nem porque teimam em deslocar “Serviços” que suportam o frágil tecido social e económico do interior...”*

*A meu ver, é o momento de estancar a hemorragia demográfica destas terras, e considero que estamos perante a grande oportunidade de, neste caso, o Governo mostrar ao país e ao mundo que está verdadeiramente empenhado na Coesão Territorial.”*

Bem-haja Senhora Presidente, por esta sua determinação em defesa da Nossa Terra...!!!”

----- O Senhor Deputado Municipal RUI PACHECO (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Temos uma definição de economia, como a ciência que estuda a forma como as sociedades utilizam bens escassos para produção de serviços ou de valor, ou seja, os bens escassos, bens finitos. Nós todos e a vantagem de falar em último é que sei o que é que foi dito anteriormente e eu não posso deixar de fazer aqui um apanhado e uma lembrança para iniciar a minha intervenção.

Nós temos neste momento na cidade de Mirandela e refiro-me só à cidade de Mirandela, de uma forma muito resumida, umas sete ou oito obras grandes em curso, algumas terminadas, outras para serem inauguradas, mas o que é certo é que nestes quase seis anos e não sete, como foi dito anteriormente, muito foi feito e muito foi conseguido nesta cidade.

Eu digo porque todos nós temos ideias sobre o que queremos, sabemos as prioridades que cada um de nós elenca para a sua cidade, para as suas necessidades e aquilo que julgamos, cada um de nós ser a prioridade para o que deve ser feito. E é isso que nós estamos aqui a falar e por isso temos a criação, a ser inaugurada em breve, da Zona Industrial, um polo importante que vem com 15 ou 20 anos de atraso, que permitiu a falta da Zona Industrial, ou de uma nova Zona Industrial, permitiu a outras zonas industriais limítrofes à nossa cidade, que fossem expandidas e que fossem aumentadas e criassem riqueza e emprego. Neste momento temos uma Zona Industrial a ser terminada para colmatar o défice de duas décadas, no mínimo, a que fomos deixados.

Temos depois as outras coisas, obras de mobilidade, há pouco o professor Virgílio Tavares falou e o Paulo Pinto também, sobre algumas obras importantes de mobilidade interna dentro da nossa cidade, seja a rotunda do hospital, seja a ligação da zona dos Salesianos e Escola Secundária à Ponte Europa, outra obra que vem com 20 anos de atraso. A rotunda do hospital que é uma obra importante para a mobilidade interna da cidade, outra obra que vem com 20, ou 25 anos de atraso. A remodelação da Escola Luciano Cordeiro foram feitas as remodelações e bem das outras escolas, faltava a Escola Luciano Cordeiro, eu tive oportunidade de ir à Escola Luciano Cordeiro ver as notas do meu filho e foi com agrado que vi que aquela Escola que eu conheci, onde eu estudei há 30 anos, estava melhor, estava muito melhor do que o que estava à data e todas estas obras vieram colmatar esse défice terrível a que nós estivemos sujeitos durante muito tempo. E aqui sim importa esta prioridade e esta seriação, do que é que é importante para Mirandela.

Todos nós sabemos e mal seria se disséssemos de forma contrária, que não havia nada que fosse preciso elencar para o futuro, todos nós sabemos da necessidade e do défice que temos a nível desportivo, todos nós sabemos o défice que temos, por exemplo, a nível de um pavilhão para a prática de desporto, mas também lembro que nesta mesma Assembleia há mais ou menos um ano e meio, foi aprovado na altura, uma intervenção que teria ainda de ser protocolada com o Instituto Inatel, se não me falha a memória, por causa da Remodelação do Pavilhão da Inatel e nós todos sabemos que precisamos de remodelar Pavilhão da Inatel, mas também sabemos que o pavilhão da Escola Secundária está hoje muito melhor, do que o que estava, o Paulo Pinto sabe disso porque trabalha lá todos os dias e também sabe que de uma forma, a meu ver, algo difícil de compreender, uma escola que foi remodelada, não tinha nessa mesma remodelação, a remodelação do teto de um pavilhão desportivo, que é uma coisa que a mim me mete algum tipo de confusão.

Todos nós sabemos que há uma série de problemas e há uma série de situações que têm de ser resolvidas no futuro e algumas, obviamente que todas nos preocupam, a nós também enquanto Grupo Municipal e sobretudo enquanto mirandelenses e é isso que nós estamos aqui todos a fazer. É que nós todos aqui, nesta Casa, além de sermos eleitos do PS, eleitos do PSD, eleitos do CDS, eleitos do pelo PCP e eleitos independentes, estamos aqui porque alguém confiou em nós para defendermos as pessoas, alguém confiou como que nós eramos os melhores para a defesa de Mirandela e para a defesa dos mirandelenses e é isso que todos nós aqui temos de fazer como esse maior desígnio, é preocuparmos, nós preocupamos muitas vezes com o micro e esquecemo-nos do macro, mas ao mesmo tempo o macro, se tivéssemos todos fundos ilimitados obviamente que os problemas não existiam, ou os problemas estavam todos solucionados, mas sabemos à partida que é essa a nossa função, é elencarmos e priorizarmos em função de um orçamento que temos, de uma situação que temos de garantir sustentabilidade e de uma responsabilidade pessoal e política.

É essa que é a nossa função.

----- A Senhora Presidente JÚLIA RODRIGUES disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a oportunidade para esclarecimento das questões que foram colocadas, vou tentar ser o mais objetiva possível, para responder a todos.



Vou começar pela Senhora Deputada Patrícia Bernardo, que nos falou no encerramento do ano escolar, do ensino à distância e também das respostas educativas diversas que felizmente Mirandela oferece e até acolhe alunos de outros concelhos para além obviamente do Agrupamento de Escolas de Mirandela e do ensino profissional, quer da Escola Agrícola, da Esproarte e também do Ensino Superior, a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo no Instituto Politécnico de Bragança.

Nós fazemos um balanço deste ano letivo com muitos percalços, inclusivamente com greves nacionais e que causaram impacto direto na vida escolar, mas que, pela resiliência de todos, também dos encarregados de educação e dos pais, conseguiram certamente ultrapassar as maiores dificuldades, sei que foi um esforço coletivo da parte de todos para que obtivéssemos níveis de sucesso escolar importantes, também dos professores.

Relativamente às dificuldades na aprendizagem e também vou responder depois mais tarde ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, que falou no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, que vai ser substituído pelo Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar, quando a mim mais feliz na abrangência, porque nós promovemos o sucesso escolar e portanto, já estamos há alguns meses a preparar o próximo ano letivo, desde redes de transportes escolares, refeições escolares, com procedimentos de contratação pública, temos tudo preparado para que possa correr com a normalidade que a Câmara Municipal é responsável, nomeadamente pelas Infraestruturas e também o corpo de assistentes auxiliares e assistentes técnicos que trabalham nas escolas. Como sabem o corpo docente depende diretamente o Ministério da Educação e por isso, a nossa responsabilidade é Infraestruturas e como sabem nós temos um Parque Escolar, neste momento, praticamente requalificado e portanto, temos neste momento que fazer planos de manutenção e planos de acompanhamento a cada uma das escolas.

Relativamente ao Senhor Deputado *Emanuel Batista*, três preocupações da área agrícola, a relativamente às zonas vulneráveis, que são classificadas no concelho de Mirandela e o quadro comunitário, trazendo vantagens aos próprios agricultores, com uma majoração 20%, como sabe as zonas vulneráveis, são áreas que drenam para águas identificadas, onde se praticam atividades agrícolas susceptíveis de contribuir para a poluição dessas mesmas águas, o Decreto-Lei 16/2022, de 14 de janeiro, com os critérios do artigo 2 e não está ao nosso alcance fazer essa classificação. A definição de territórios vulneráveis foi efetuada pela Direção Geral do Território e é feita no âmbito de Programas de Ordenamento e Gestão da Paisagem. A Portaria 301/2020, de 24 de dezembro, explica bem toda a metodologia dos territórios vulneráveis e proponho uma consulta na página 26, onde consta toda esta metodologia.

Quanto à presença da Senhora Ministra da Agricultura, de salientar que houve sessões em todas as regiões, optou por Mirandela para apresentar e discutir o Livro Branco do Regadio, obter propostas, falou numa questão importante que é, o alargamento da rede rega de Vale de Madeiro, efetivamente era um projeto financiado no entanto, a Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte ficou limitada pela caução que ascendia a alguns milhões de euros, que a Infraestruturas de Portugal pediu para a construção de um ramal que teria obrigatoriamente que passar na Autoestrada A4. Sei que foi esse o motivo exclusivo porque não foi executada a obra, porque não havia forma da Direção Regional Agricultura e Pescas do Norte pedir um empréstimo de alguns milhões de euros para acautelar o pagamento da caução e portanto, lamentamos profundamente que isso tivesse acontecido, vamos ver, o projeto está pronto, estava até pronto para ser lançado, mas infelizmente existindo a obrigação de uma caução, obstaculizou esta execução que, lamentamos obviamente e vamos tentar contornar.

A Câmara Municipal quando soube já tinha havido a descativação da verba, a verdade é que as Direções Regionais também têm autonomia administrativa e portanto, quando tivemos conhecimento já tinha havido a descativação dessa mesma verba.

Relativamente ao apoio pecuário, nós temos efetivamente que melhorar todos a apresentação dos documentos, as associações que apoiam os agricultores e os produtores pecuários são fundamentais para a organização dos processos, há determinados documentos que são obrigatórios para todos aqueles que recebem verbas do Estado, nomeadamente as declarações de não dívidas à Segurança Social e às Finanças e ao próprio Município e por isso, como já temos pedido no Conselho Municipal de Agricultura, pedimos a todos aqueles que contactam diretamente inclusivamente os Agrupamento de Defesa Sanitários, Associações de Agricultores que também ajudam e apoiam os agricultores na elaboração dos apoios, dos subsídios portanto, julgo que é por aí que temos uma melhor comunicação, uma melhor articulação, porque há determinadas burocracias, como disse, que não podemos de facto ultrapassar, por questões legais e por isso, quem trata deste processos internamente são os Serviços Veterinários. Eu tive a semana passada uma reunião com os Serviços Veterinários, no sentido de informar melhor as associações e fazer chegar o necessário àquilo que é atividade das associações.

Julgo que vai ser facilmente ultrapassável, para podermos chegar a mais criadores de pequenos ruminantes e bovinos e sabemos bem as dificuldades porque estão a passar inclusivamente, os períodos de seca e em relação à alimentação animal, as dificuldades que estão a passar e por isso, qualquer apoio extraordinário é bom à própria atividade.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, falou-nos da Variante do Pombal e da Rotunda do Hospital. Relativamente à questão do parque infantil do bairro Tua Sol dizer que, o parque infantil foi um pedido de todos os moradores do bairro, fizeram um abaixo-assinado à Câmara Municipal e a Câmara Municipal fez um investimento de milhares de euros naquele parque, para poder ficar disponível para as famílias com crianças e por isso, a demora que justificou a construção do parque foi efetivamente a elaboração do projeto e a necessidade de fazer um parque que se adequasse àquele local. Efetivamente esta questão foi respondida, como disse no Período de Intervenção do Público, ao Ministério Público e portanto a Câmara Municipal como sempre acatará todas as decisões que forem tomadas sendo que, obviamente que nós vivemos numa liberdade de expressão, vivemos numa democracia e portanto, nós, Câmara Municipal não podemos fazer só aquilo que parece mais fácil, devemos fazer aquilo que somos responsáveis para fazer face à realidade e ao contexto que vivemos e por isso, aquilo que lhe digo é que eu também tento falar daquilo que conheço bem, acredito que as vozes que mais chegam aqui é uma voz, mas há mais vozes e por isso, acho que devemos-nos reservar o conhecimento desta situação e do seu todo face ao contexto do próprio bairro, evitando obviamente, conflitos pessoais, evitando obviamente, ofensas pessoais, onde quer que elas sejam ditas, até aqui na Assembleia Municipal

Relativamente à rede de campo da Zona Verde, é uma situação que está tipificada, os passeios irregulares da Cocheira evidentemente que temos o problema das raízes das árvores, que conhecemos, é uma situação acompanhada pela Divisão de ambiente Serviços Operacionais. Relativamente aos cães vadios, é efetivamente um problema no concelho de Mirandela e em todo o país, nós temos neste momento no Centro de Acolhimento de São Salvador 170 cães, que alimentamos e tratamos, estamos com um projeto para melhorar as condições do Centro de Acolhimento, porque tivemos um projeto aprovado para aquele Centro, não é

um canil, vai ser um Centro de Acolhimento ligado ao Centro de Recolha Oficial, se tiver a curiosidade em todas as Informações que vêm aqui a esta Assembleia Municipal, tem a informação de quantos cães foram capturados, em abril tivemos seis cães, em maio 12 e em junho 4 cães e um gato, ou seja, a questão está na captura mas o verdadeiro problema está no abandono animal por parte das famílias e que é muito, muito difícil nós conseguirmos dar resposta atempada a todas as solicitações, porque também nas Freguesias têm estes problemas e o Centro de Recolha Oficial já não tem capacidade de acolher mais cães, o que causa naturalmente problemas.

Relativamente às associações desportivas, eu quero partilhar convosco uma reflexão que tenho feito sobre as práticas desportivas. Nós iniciamos as requalificações porque achamos que era necessário nos pavilhões escolares, até porque são todos da Câmara Municipal e tínhamos uma fonte de financiamento que nos apoiava nesta concretização e começamos com o pavilhão da Escola Secundária e com o pavilhão da Escola Luciano Cordeiro, porque efetivamente não tinham condições acústicas, entrava água portanto, estamos a falar numa obrigação da Câmara Municipal, a qualificação destes pavilhões desportivos. Depois dizer que e esta reflexão que quero partilhar convosco porque, nós ao longo dos últimos e só falo nos últimos 6 anos, para não estar a falar em anteriores apoios, a Câmara Municipal de Mirandela atribuiu a 27 entidades, obviamente com valores muitos distintos e apesar de termos baixado, 4,2 milhões de euros de apoio à atividade, se todo este montante tivesse sido vocacionado para a melhoria das instalações desportivas, não estávamos com instalações desportivas, não tínhamos era clubes provavelmente, porque os clubes, como sabem, não têm empresas que garantam o seu financiamento e portanto, estão dependentes dos apoios e dos Contratos Programa que têm com a Câmara Municipal e portanto, uma opção que fizemos logo em 2018, no Orçamento, foi tentar equilibrar entre aquilo que recebiam antes e também as necessidades de cada um, mas o que é certo é que, todas as associações desportivas e clubes, foram ao longo dos anos criando despesas mensais, naturalmente legítimas, mas que nos tiram capacidade de intervenção nas Infraestruturas enorme, porque os recursos são sempre finitos e portanto, se reparar estes cerca de 4, 2 milhões de euros, dariam para fazermos muito daquilo que precisamos nos pavilhões, mas essa decisão que já falamos aqui noutras ocasiões, é uma decisão e uma cultura que foi feita ao longo dos anos e que tem sido, para não criar rotura na própria gestão dos clubes e das associações desportivas e para mantermos o seu funcionamento e portanto, quando se critica de forma positiva, como o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* disse, eu até compreendo, nós queremos o melhor dos dois mundos, queremos por um lado o apoio à atividade e à formação dos nossos jovens, mas queremos por outro uma intervenção nos equipamentos desportivos, que não é possível fazer face às despesas que as associações têm e mantêm e face àquilo que a Câmara dispõe para apoiar os clubes e associações desportivas.

Podemos dizer que esta opção foi a opção correta? Bem, nós neste momento temos instalações desportivas com muitas dificuldades, efetivamente a carga de água que caiu naquela altura teve muitos prejuízos em muitas aldeias, em muitos locais e portanto, não foi uma carga de água normal, agora dizer que, as associações desportivas estão todas em locais insalubres, sim, têm dificuldades é verdade, têm dificuldades, mas esta é uma reflexão que nós temos que fazer, porque não se consegue ter o melhor dos dois mundos, nós temos que optar efetivamente entre aquilo que é o investimento e aquilo que são os apoios e os Contratos Programa e estamos a falar de muito dinheiro, estamos a falar de milhões de euros ao longo dos anos obviamente, sem deixar de dar a importância aquilo que referiu, nomeadamente o campo de futebol da Reginorde, da AMAO, o próprio Inatel, são problemas de infraestruturas que podem ser resolvidos com a descida dos apoios monetários que a Câmara aos vários clubes, porque isto entra dentro da despesas e não tem apoios comunitários.

Nós temos feito as obras com base em projetos financiados, para conseguirmos que a nossa comparticipação baixe e por isso, eu quero partilhar convosco para que vocês conheçam bem esta realidade, porque efetivamente é uma realidade preocupante e se por um lado nós decidirmos tirar apoios, como é que vivem as associações? Se nós só investirmos em infraestruturas como é que vivem as associações? Porque todas elas, com maior ou menos frequência, usufruímos de equipamentos municipais sem pagar despesas correntes e portanto, isso já é um custo para o Município. Eu bem sei que não têm sustentabilidade, nem autonomia financeira, mas o que é certo é que o Município faz aquilo que pode para manter as instalações, mas neste momento só com base em projetos financiados é que nós vamos conseguir fazer obras estruturais.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, falou-nos na parte da política nacional, em todas as questões relacionadas também com o processo de Revisão Constitucional, agradeço a partilha de opinião e de que forma é que nós, autarquias, temos esta influência do Governo e daquilo que é Lei das Finanças Locais. Tivemos uma reunião da Associação Nacional de Municípios em que a nova Lei das Finanças Locais com impostos diretos, que vinham para a esfera municipal nomeadamente, para obras nas vias, nas Estradas Municipais como sabem, têm sido feitas através de Orçamento Municipal nomeadamente, do imposto sobre produtos petrolíferos que era uma taxa de 5%, que não ia resolver o problema, mas ajudava de forma de substancial e outras medidas que estão a ser estudadas, foram debatidas na reunião, em Plenário da Associação Nacional de Municípios e vamos ver a resolução, porque efetivamente o problema que temos é partilhado por muitos dos Municípios, face à escalada de preços que tivemos.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, aproveito para lhe dar nota daquilo que foi o investimento no Carro da Saúde no ano 2022, despesa de 32.596,00 €, com serviços de enfermagem 25.800,00 €, material clínico 5.850,00 €, telecomunicações 22,51 €, seguro da viatura 889,00 € e a inspeção da viatura 31,80 €, para já são os dados disponíveis. Relativamente à praia de Frechas, efetivamente temos um problema, um problema muito complicado da parte do empreiteiro, tivemos um contrato de 61.302,00 €, o início da obra foi a 4 de novembro de 2022, a fiscalização está cargo da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, a empresa Beira e o prazo de 120 dias portanto, até 4 de março 2023, os autos até maio 2023, temos seis autos 49.760,00 € e prorrogação de prazo e trabalhos a mais até 4 de junho 2023 por 90 dias e os 7.000,00 €, o segundo prazo até final de agosto de 2023, isto por causa das casas de banho como referiu. O empreiteiro da obra física comprometeu-se a terminar os trabalhos até o dia 7 de julho de 2023, mas efetivamente é um problema, todos conhecemos nas obras, até particulares, os problemas que muitas vezes temos com as empreitadas e portanto, a Câmara Municipal através da fiscalização e através da Divisão de Obras Municipais Urbanismo tratará de verificar a situação em termos contratuais e as impossíveis penalizações que estiverem previstas. Relativamente aos bancos, aquilo que me é dito pela Divisão de Ambiente é que de facto o arranjo de alguns bancos, de algum equipamento público, fica mais caro do comprar bancos novos e portanto, foi esse o esclarecimento que me deram Não é piada e por isso até agradecemos que vá visitar a Câmara Municipal, o estaleiro e todas as instalações, quando o Senhor Presidente quiser.

Relativamente ao estudo das pontes, nós temos uma nota técnica e foi outra questão que foi levantado aqui, esteve a empresa Betar através dos especialistas engenheiros na Comissão Permanente, dando nota à Comissão Permanente, a todos os elementos, o que é que estava em causa e aquilo que a Câmara e bem, julgo eu, julgamos nós, estará a fazer.

*Handwritten signature and initials.*

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que eu não consigo visualizar quando diz que temos os mesmos problemas que continuam por resolver e temos outros, os mesmos problemas não, alguns foram resolvidos, até porque alguns dos que falou foram resolvidos, ainda há pouco falamos dos pavilhões das escolas, esses foram resolvidos e outros que foram resolvidos. Quando fala em erros na gestão pública, nós tentamos fazer o melhor pela gestão pública, contamos com colaboração de todos os trabalhadores da Câmara Municipal e temos feito aquilo que podemos, porque a gestão pública de hoje, também é influenciada pela gestão pública de há 10 anos, de há 15 anos, é impossível não olhar para o passado e por isso, aquilo que lhe quero dizer é que, temos feito um esforço muito grande para equilibrar as contas, mas sem deixar de investir e portanto, estarmos a trabalhar só pelo serviço da dívida julgo que era mau e é mau para Mirandela e a opção estratégica foi resolver problemas, alguns deles muito antigos, outros mais recentes e obviamente, quem faz também erra e os erros fazem parte da nossa aprendizagem e por isso só não erra quem não faz! É assim que diz o ditado popular, mas de qualquer forma tentamos melhorar a nossa atuação e tentamos responder com o apoio trabalhadores da Câmara e de todo o Executivo e dos Senhores Presidentes de Juntas e Uniãos de Freguesias.

Quanto à visita do Senhor Ministro da Educação, julgo que é público que esteve numa ação partidária e portanto, não vou fazer qualquer referência.

Relativamente à sede da CCDDR-N, a sede da CCDDR-N não é do Porto, é do norte e por ser do norte nós julgamos que era uma oportunidade, como também referiu o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, que depois falei, nós precisamos muito mais que vigilância, porque a decisão será do Conselho Regional do Norte e o Conselho Regional são todas as Câmaras do norte do país e, como sabem, se há conflito entre a sede ficar num local ou noutro, normalmente fica no mesmo local, é assim que se decidem os problemas, mas contamos com o vosso apoio e, mais do que vigilância a vossa atuação junto das vossas estruturas, dos Deputados e todos aqueles que conseguirmos influenciar. Portanto, acho que era importante enviarmos esta documentação, este argumentário político para o nosso Presidente da República, o nosso Primeiro-Ministro, tudo aquilo que a Assembleia Municipal conseguir fazer em termos de Moção, ou outro tipo de documento.

Quanto às queixas com os concursos, há efetivamente muitos Assistentes Técnicos e outros Assistentes Operacionais que estão com pedidos de mobilidade, os concursos dos Técnicos Superiores foram perante as necessidades óbvias que temos a nível das Divisões, temos também muitos Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos que trabalham nas escolas, que querem pedir transferências para outras áreas, aqui temos um pequeno problema, pequeno problema que não é problema, mas o Agrupamento de Escolas, a Direção da Escola tem sempre de ser ouvida, ou seja, enquanto não forem substituídos é muito difícil retirá-los das suas funções e portanto, estamos a alinhar uma estratégia de forma a que possamos, por um lado ter a mobilidade para os nossos trabalhadores e por outro, cobrir áreas que temos necessidade. Nos próximos três anos vão-se reformar mais de 80 pessoas do quadro de pessoal e portanto, nós temos que aproveitar o processo e a experiência de muitos Técnicos da Câmara para transmitir o saber e o conhecimento e, também temos que adequar as competências das pessoas àquilo que são as necessidades da própria Câmara.

Acredito que há um subaproveitamento, não sei se se refere às escolas, mas efetivamente nas escolas os Técnicos Superiores são só os professores, na carreira que eles tinham no Ministério da Educação não tinham possibilidade de ter mobilidade. Ao integrarem os quadros da Câmara, podem ter essa mobilidade no entanto, temos que acautelar e cuidar entre todos os trabalhadores e por outro lado, avaliar qual é a substituição que vai ter e também avaliar a disponibilidade do quadro de pessoal.

Relativamente à contratação pública, dizer que os serviços têm a orientação, até escrita, para consultar todas as empresas de Mirandela portanto, nas consultas prévias a orientação é que consultem todas as empresas e por isso, relativamente à desbaratização a questão que vamos verificar mas, tentamos sempre consultar, há listagens para que sejam consultados todos, até porque é benéfico para a Câmara Municipal, a concorrência é benéfica e a transparência também e portanto, vamos verificar esta questão da desbaratização.

Relativamente à Ponte Eng.º Machado Vaz, eu julgo que o Senhor Deputado esteve numa Comissão Permanente em que os Técnicos, não percebeu, nós também estávamos lá, é uma questão muito técnica e é uma questão de engenharia e aquilo que eu pude perceber é que eles consideram que deve haver intervenção obviamente e o estudo está praticamente pronto, no entanto, eles não põem em causa a segurança de passagem, porque se fosse assim teríamos que interditar a ponte e não é isso que dizem os relatórios técnicos.

Quanto ao edifício dos CTT, efetivamente o edifício, não tem informação suficiente Senhor Deputado, esta é uma questão que tem sido mais que explicada, efetivamente o edifício não está licenciado, é passível de ser licenciado caso haja este acordo no entanto, só se houver concordância de todos os limítrofes. Esta questão do PDM ser suspenso para legalizar situações ilegais Senhor Deputado, sinceramente acho que todos sabemos que houve uma suspensão do PDM para resolver problemas de construções indevidas há muitos anos em Mirandela.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, eu agradeço muito esta explicação que fez, porque efetivamente tem estado na memória um processo da população, como é natural, e também é o choque que referiu e a estranheza e a perplexidade do jovem de Alvites, que nos traz a todos algum mal-estar relativamente a esta questão e portanto, agradeço mesmo muito, porque se calhar é a pessoa, dentro dos que estamos aqui, é a pessoa que melhor conhece esta situação, porque já a acompanha há muitos anos, pelo menos há seis anos, que acompanha esta família, conhece a família, conhece os tutores e conhece o processo em tribunal e portanto, agradeço mesmo esta intervenção que fez.

Relativamente à questão das faixas de gestão dos combustíveis, é uma questão que tenho que ver com o Serviço Municipal de Proteção Civil, nós estamos a substituir-nos aos proprietários e estamos a trabalhar em conjunto com as autoridades, no sentido de termos todas as faixas controladas através da Proteção Civil.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, agradeço também a intervenção e digo-lhe que relativamente à Medicina Interna, a Câmara Municipal de Mirandela enviou também uma mensagem em contacto direto com o Senhor Presidente do Conselho de Administração, solicitando informação e questionando as medidas de resolução implementadas sobre as dificuldades da ULSNE no Serviço de Medicina Interna da Unidade Hospitalar de Mirandela. O possível encerramento de camas de internamento é um problema grave, na resposta às necessidades evidentes da população, o Executivo deste Município agradece o agendamento de reunião urgente com o Conselho de Administração, de forma a conhecer os problemas e soluções que preconizam na Prestação de cuidados de saúde hospitalares na Unidade de Mirandela e portanto julgo que era importante nós



fazermos chegar a resposta a esta mensagem do Senhor Presidente do Conselho Administração, julgo que o nosso Presidente da Assembleia Municipal também pode fazer esta diplomacia e julgo que temos que lutar juntos por causa destas questões, porque o que à saúde diz respeito, diz respeito a todos nós e a saúde é o bem mais importante.

Relativamente ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, agradeço ter falado neste projeto, como já disse anteriormente este Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar, está a ser já preparado, já houve reuniões com a CIM-TTM e portanto, apesar de lamentavelmente termos que interromper, porque efetivamente os contratos que tínhamos estavam balizados até esta data, julgo que rapidamente podemos resolver esta questão e ter um Programa na Escola e um Plano na Escola e lembro que foi um Projeto que foi acolhido com alguma resistência por parte da comunidade escolar, mas às vezes há projetos que fazem a diferença e portanto, ainda bem que este Projeto correu bem, vai continuar e estes três pilares, o aluno na escola e a família, às vezes esta capacitação familiar é muito importante também para a tarefa dos professores e para aquilo que é o dia-a-dia no relacionamento com o aluno.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, julgo que esta intervenção poderia servir de mote para o envio de uma comunicação da Assembleia Municipal até aos Grupos Parlamentares, ao Senhor Presidente da República, a todos aqueles que considerarem importante, acho que era importante nós estarmos unidos nesta luta que é de todos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco* e em função das prioridades, julgo que estamos alinhados numa estratégia todos, de desenvolvimento do concelho, da coesão entre a cidade, a vila e as aldeias, também com a colaboração, sempre do apoio das Presidentes e dos Presidentes de Juntas e União de Freguesia, no sentido também de termos as contas, como vamos ver aqui consolidadas, mas também não perder o foco no investimento e no desenvolvimento.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, de facto agora os bancos ficarão muito mais caros do que o valor comercial deles, da forma que estão, a minha questão é, se efetivamente tinha essa boa intenção de os dar, porque é que não disseram, “sobraram, se os pretenderem nas condições em que eles se encontram, venha-os buscar”, este é o meu entendimento, porque tem a base em granito, aquilo não apodrece nem estava danificada, a estrutura é em ferro, era só pintar, apenas tinha de ser substituída a madeira, com uma vantagem, a Freguesia de Frechas iria ficar com uma recordação do Parque Império. Assim, quem vai ficar com uma recordação do Parque Império é a sucata.

Relativamente à praia fluvial de Frechas, ainda bem que fiz a intervenção porque dois minutos depois cai no *e-mail* da Junta o pedido de desculpa do atraso, porque é que a empresa não pode vir fazer o serviço. De facto é triste, só depois de passados dois minutos da minha intervenção aparecer a desculpa, porque é que não aparece a desculpa a dizer ao Presidente da Junta que efetivamente as obras não se vão realizar até ao dia 30?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só fazer a referência que relativamente ao pedido de desculpas, se foi um pedido desculpa da Câmara não fui eu com toda a certeza, se foi do empreiteiro eu não recebi nenhum pedido de desculpa, mas provavelmente eu não falei com o empreiteiro nem conheço o empreiteiro, e portanto não lhe sei dizer se foi dele o pedido de desculpa, mas também não vejo qual é o mal do Senhor Presidente receber um *e-mail*, de qualquer forma acho que quando se quer complicar e não ver soluções, vê-se sempre o problema e nunca se vê a solução e portanto, tratar a política desta forma efetivamente, quando as questões são pessoais, ou são de alguma angústia pessoal, eu acho que devemos resolvê-las antecipadamente, para não estar aqui a ocupar, investir o tempo de todos, a falar nos *e-mails* e tudo aquilo que recebemos.

O pedido desculpas faz parte da boa educação, quando as pessoas não cumprem aquilo que está comprometido, educadamente pedem desculpas, infelizmente nem todas as pessoas têm essa boa educação, mas acolho bem as palavras do Senhor Presidente da Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*, certamente que vamos conseguir resolver a questão da praia fluvial de Frechas, é sempre mais fácil não fazer, é sempre mais fácil não fazer do que fazer, mesmo que fazendo não fazendo no tempo certo, mas é sempre mais fácil não fazer com algumas pessoas efetivamente, que não representam a população representam-se a eles próprios, mas a nível de representatividade realmente há pessoas que veem sempre um problema e nunca veem a solução. Efetivamente a política e bem, acolhe estes espaços de reflexão e de crítica, mas efetivamente é sempre difícil de gerir as emoções, quando há uma revolta relativamente a coisas que desconhecemos e que têm que ser naturalmente resolvidas.

## Ordem do Dia

### 4 - Período da Ordem do Dia.

#### 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, nesta sua Informação aos munícipes de Mirandela, vários pontos que vêm sublinhados na sua Informação, há aqui algumas dúvidas que resultam exatamente da informação que é dada e no Ponto 4.1 na sua informação nós não obtivemos, aliás, já foi aqui realçado aquilo que tem sido o apoio dado aos produtores de animais, a questão da agropecuária, estamos a falar no apoio da sanidade animal, fiquei a saber, não por intermédio da Senhora Presidente, ou do seu Executivo, mas pelo Senhor



Deputado Municipal *Emanuel Batista*, que foram dados cerca de 11 apoios, e desses 11 apoios, quatro pertenciam à mesma família e na sua explicação ficamos também a saber que, há aqui também um problema grave de comunicação e o problema grave de comunicação que é aquela que é prestada pelo Município e que provavelmente as associações de produtores, ou não têm essa informação, ou também essa associação de produtores não sabe dar informação aos seus associados.

E aquilo que lhe pergunto Senhora Presidente e pergunto-lhe muito diretamente, era exatamente saber quantos apoios é que foram dados? Porque aqui na sua Informação não vem nada, quantos apoios é que foram dados, ou foram, atribuídos aos produtores na questão da sanidade animal? Gostaria de obter da sua parte uma resposta que fosse cabal, pelo menos aquela que disse o Senhor Deputado *Emanuel Batista*.

Em relação à página n.º 7 da mesma Informação, nós tivemos conhecimento há relativamente pouco tempo e estamos a falar ainda no tempo em que chovia e chovia com alguma dimensão e com alguma intensidade, de um ajuntamento da população na aldeia de Vale de Juncal. E aqui na sua Informação a Senhora Presidente diz que: “Neste momento, já se encontra em funcionamento o reservatório de Vale de Juncal.” Sabendo que este é um problema que subsiste há muitos e muitos anos, aquilo que eu gostava de saber da parte da Senhora Presidente, era se realmente com a instalação deste reservatório, a população da aldeia de Vale de Juncal e alguma parte da aldeia de Contins, vai ficar resolvido este verão? Ou se será mais uma medida paliativa para resolver um pequeno problema que surge e que não vá ter solução, pelo menos nos anos que nos antecederam.

Aquilo que eu gostaria de saber da sua parte, é se realmente com este reservatório o problema fica resolvido e não iremos ter mais problemas com a população de Vale de Juncal, com a falta de água, não só na época alta de verão, quando chegam os emigrantes, mas também durante o ano.

Senhora Presidente, também na página 11, no Ponto 3.5, em que a Senhora Presidente fala em que o património cultural e passo a citar mais uma vez: “Tratamento da informação da base de dados do património imaterial.” E aquilo que eu gostava de saber também da Senhora Presidente, era exatamente em que ponto é que está, visto que nós, a CDU e o PCP tiveram uma reunião com a Divisão, onde esteve também o Senhor Vereador e pudemos concluir que havia algumas dificuldades na conclusão desta informação, da base de dados de património imaterial e aproveitando também a deixa e também porque essa reunião foi feita num local aqui bem ao lado, tivemos o conhecimento de que estavam em curso obras de melhoramento no Arquivo Municipal do Património e também gostaríamos de saber, porque essa reunião já foi há algum tempo, gostaria também de saber da sua parte em que ponto é que estão as obras e quando é que pensa a Câmara Municipal concluir as ditas obras?

E por fim Senhora Presidente e esta é uma pergunta que faz sentido, porque apesar de nós sabermos que houve aquela alteração no início do ano, acerca do tarifário da água e sabendo nós que o Município tem agora um Gabinete para o qual são reportadas as reclamações, gostaria de saber da parte da Senhora Presidente, se já nos pode fornecer o número de quantas reclamações teve o Município de Mirandela em relação à questão da atualização dos preços dos consumos de água por parte da população. Era importante nós também termos a perceção de que este sistema que foi implementado de uma forma, eu não vou dizer abrupta, mas com muito pouca informação dada aos municípios, se também tem o reporte, daquilo que têm sido as reclamações da parte da população acerca do aumento do custo do preço da água.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas, relativamente ao Regulamento de Concessão de Apoios Financeiros destinado ao Fomento da Produção Pecuária no Município de Mirandela, dizer que efetivamente está o Regulamento disponível na página da Câmara Municipal, que está acessível a todos quantos queiram candidatar-se, em particular, como eu disse de manhã, seria importante que as associações de defesa da sanidade e também as associações de apoio aos agricultores ajudassem nestes documentos que estão a ser exigidos, até porque alguns são obrigatórios para pagamento dos apoios.

No ano de 2022, foram 12 apoios deferidos, uma candidatura não entregou os documentos completos e temos mais 31 em candidatura neste momento, ou seja estamos a amentar o número de candidaturas aos apoios e por isso, neste momento estão em análise nos Serviços Veterinários e aquilo que propus aos Serviços, foi que houvesse um contacto direto com as associações para que pudessemos ultrapassar os documentos necessários.

Relativamente à água de Contins e água de Vale de Juncal, efetivamente este reservatório não tem a ver com a conduta de abastecimento de água, que está a ser realizada pelo Município, passará na Quinta do Valongo, já obtivemos a autorização da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte para que a conduta pudesse passar por ali e julgamos que estaremos em condições de ter duas vias de abastecimento a Constins, ficando dois sistemas de abastecimento e não só um como existe atualmente.


Relativamente ao património, houve efetivamente um pedido da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, da Equipa do PDM, por causa da atualização patrimonial, relativamente às obras do Arquivo e da Biblioteca estão a decorrer com normalidade e relativamente ao Programa de Cumprimento Normativo, na Informação à qual estamos em debate, na última página tem o Ponto 11 que diz: “Programa de Cumprimento Normativo e tem no período em apreciação, foram rececionadas 12 denúncias ou alertas das categorias de urbanismo, duas, proteção do ambiente, duas, saúde e bem-estar animal, três saúde pública, duas e outras categorias três, que tiveram resposta no tempo exigido, ou seja, sete dias. Encontrando-se na fase preliminar de apuramento da credibilidade das suspeitas denunciadas, serão objeto de oportuno e devido seguimento, entretanto do total, 18 casos abertos até ao momento, foram arquivados dois, em virtude de terem sido concluídos os respetivos procedimentos.” Consta da Informação na última página.

Da água não temos reporte neste programa de cumprimento normativo.

#### **4.2 - Proposta de Extinção da Comissão de Acompanhamento da Covid-19.**

----- Foi presente uma Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela *Francisco Esteves* em 19 de junho de 2023, com o seguinte teor:





**“PROPOSTA**

**Assunto:** Extinção da Comissão de Acompanhamento da Covid-19

A Comissão de Acompanhamento da Covid-19 da Assembleia Municipal de Mirandela, composta por representação direta das respetivas Bancadas Municipais, foi criada por sua deliberação em 06 de junho de 2020, visando o acompanhamento e monitorização, no âmbito do Plano de Implementação de Medidas Excepcionais, aprovado em Reunião do Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, do dia 23 de abril de 2020.

A evolução da situação epidemiológica da doença Covid-19, o nível de conhecimento adquirido pela população sobre medidas da saúde pública, permitiram reduzir a letalidade e mortalidade, a incidência da doença, o impacto nos serviços de saúde e retomar a atividade económica e social.

Por sua vez, a Organização Mundial de Saúde, declarou, oficialmente, o fim da pandemia Covid-19 em 05 de maio de 2023.

Importa agora, considerando o contexto e evolução epidemiológica referida, adequar ao momento atual, o propósito e ação da Comissão de Acompanhamento Covid-19 da Assembleia Municipal de Mirandela.

Assim, pelas razões descritas, esgotada a sua ação e papel para a qual foi criada, propõe-se à Assembleia Municipal de Mirandela a extinção formal da Comissão de Acompanhamento da Covid-19, face à realidade atual.”

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Neste ponto dos nossos trabalhos, encerramos formalmente a Comissão municipal de acompanhamento ao Impacto da Covid. Em 2023, depois de anos atípicos e difíceis, e pelos dados que nos são dados a conhecer, é possível encerrarmos este capítulo, mas sem esquecer que dele temos que tirar as maiores lições.

Entre 2020-2023, esta Comissão reuniu por diversas vezes, num total de 6 vezes, e quase sempre, o que a norteou foi a vontade de compreender como estávamos a responder à crise e impacto da Covid19 e deixar alguns alertas para melhorias contínuas, constituiu-se como um espaço de partilha e de questionamento, para acompanhar a implementação das políticas concelhias, os investimentos e as prioridades.

Recordo como em tempos aqui também disse, que no nosso concelho, foi possível perceber, quer da parte da autarquia quer da sociedade civil, que foram acionados os meios possíveis para minimizar impactos pessoais, escolares, profissionais, empresariais e sociais aos municípios de Mirandela.

Contamos com apoio ao ensino à distância, iniciativas Mirandela&agricultura, Cartão Comércio Mirandela, assistência às variadas feiras do concelho, apoio às IPSS's, criação de linhas de apoio psicológico, novas formas de pagamentos de pensões, animação à distância, solidariedade com as famílias com contributos como cabazes solidários, kits de emergência alimentar e de higiene, moratória de vencimento das faturas e ajudas para medicação, espaços e meios de testagem, reabertura das escolas em segurança, reorganização dos transportes escolares, sessões de formação/sensibilização de higiene e limpeza, planos de contingência, difusão de mensagens sonoras pela Proteção Civil, apoio especial e urgente às freguesias onde a pandemia mais grassou, contactos constantes com as autoridades de saúde, forças de segurança, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários... distribuição de equipamentos de proteção individual, reforço do grupo de voluntários, apoio a pessoas em isolamento, apoio logístico a alunos deslocados, apoio às unidades locais de saúde, centros I e II e extensão da Torre de Dona Chama – nos transportes para vacinação e/ou testagem, e preparação e dinamização do processo eleitoral legislativo – antecipado, e regular.

Foram tempos difíceis e que não imaginávamos sequer que pudessem aparecer e persistir... Mas pudemos contar com o município, com a proteção civil e demais equipas, que em harmonia com os demais intervenientes sociais, e face às necessidades sinalizadas por todos, tomaram medidas eficazes na contenção pandémica.

Mas hoje quero aqui destacar de forma particular também as corporações de Bombeiros locais, de Mirandela e Torre de Dona Chama pelo dinamismo no apoio às populações em risco. Nem sempre as suas ações são vistas e conhecidas, mas devem ser por todos reconhecidas, bem-hajam pelo tempo e dedicação à causa pública em matéria de socorro e saúde, tão necessários em zonas envelhecidas e de baixa densidade demográfica como as nossas, especialmente em tempos de confinamento.

E não poderia deixar de destacar, aqueles que estão sempre lá para tudo, os nossos Presidentes de Junta, a todos uma saudação muito especial pelo vosso papel na ultrapassagem da crise da Covid, porque foram sempre além das vossas funções e desempenharam exemplarmente o papel de assistentes sociais, atentos às necessidades de todos os fregueses e enveredando esforços para minimizar impactos do isolamento e da falta de sociabilidade que a pandemia nos trouxe – sois merecedores dos maiores louvores e aqui presto o meu grandioso reconhecimento.

E porque iniciei esta intervenção reitero que devemos tirar as devidas lições deste período menos bom das nossas vidas...

O que é que ainda nos falta fazer em matéria de prevenção, socorro e saúde para estarmos melhor preparados para situações futuras?

Como dizia o Prof. *António Arnaut* – “não é justo que a saúde seja um privilégio de quem a pode pagar, e não um direito de todos”, faço votos para que o Serviço Nacional de Saúde, que é o garante da proteção de todos os Portugueses, continue a promover um reforço da saúde dos municípios de Mirandela.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não posso deixar de felicitar a intervenção da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, comungo perfeitamente daquilo que foi o papel dos Municípios, dos Senhores Presidentes de Junta, de todos os serviços públicos, desde os Bombeiros, ao Serviço Nacional de Saúde e quando falamos no Serviço Nacional de Saúde falamos num serviço prestado pelos médicos, pelos assistentes e pelos

enfermeiros e também aproveito para parafrasear aquilo que disse a Senhora Deputada, não podemos ter memória curta e perante uma situação que foi a pandemia, nós olhamos hoje para trás e conseguimos ter a perceção e se algumas dúvidas houvesse, daquilo que foi o papel do Serviço Nacional de Saúde.

O papel do SNS, não foi um papel menos válido do que muitos que ainda hoje continuam a partilhar, de que a saúde privada é que é o futuro e é com essa que nós temos que contar. E ficou patente claro, sobre esta pandemia, exatamente o comportamento que foi feito pelo SNS e o papel que foi prestado pelos serviços privados de saúde e perante os apoios económicos que foram atribuídos pelo Orçamento de Estado, pelos nossos impostos a todos os profissionais de saúde e aqui quando eu digo, todos os profissionais de saúde, englobo também os serviços privados de saúde, porque também receberam apoios financeiros, mesmo assim cobrando às populações aquilo que era um teste à Covid-19, porque éramos obrigados a fazer se nos quiséssemos deslocar no país e para fora do país, recebendo subsídios do Estado ainda cobravam esse dinheiro à população.

Obviamente que os apoios que vieram do Orçamento de Estado, para todas as Câmaras Municipais, para todos os Municípios, há aqui duas perguntas que eu tenho que fazer à Senhora Presidente da Câmara de Mirandela e a primeira Senhora Presidente, era exatamente saber hoje, porque acredito que fazendo a extinção desta Comissão, qual foi o valor gasto pela Câmara Municipal no apoio que deu, não só às populações, mas também às instituições privadas e de cariz social?

Perguntando-lhe também diretamente Senhora Presidente e sabendo nós que uma das bandeiras do Governo do seu Partido, que na altura de emergência nacional, declarou que as Câmaras Municipais que não tivessem problemas em avançar com estes apoios financeiros e não só e havendo da parte do Governo, várias vezes e da próprio Ministro da Saúde que, o compromisso que o Estado português iria ter em relação aquilo que seriam os gastos das Câmaras Municipais nacionais, do país no apoio às populações, gostava de saber também Senhora Presidente, qual foi o valor reembolsável que a Câmara Municipal de Mirandela recebeu do Ministério, para fazer face exatamente a esse Plano de Emergência Nacional e se realmente já houve esse reembolso, gostaria de saber se já foi pago na totalidade, as transferências que foram prometidas pelo Governo e pelo seu Ministro.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer antes de mais que a Comissão de Acompanhamento da Covid-19, que em boa hora foi constituída, que foi criada por deliberação no dia 06 de junho de 2020 e na qual tivemos sempre gosto de participar em várias reuniões, julgo que o papel desta Comissão foi cumprido no seu todo. O Serviço Municipal de Proteção Civil, onde nós concentramos toda a resposta relativamente à pandemia, monitorizou junto da Comissão todo o trabalho que estava a ser feito, por variadas equipas da Câmara Municipal, mas também e como bem disseram os Senhores Deputados Municipais, as Juntas e Uniãos de Freguesia que estiveram sempre ao lado das populações, sem os Presidentes não era possível fazer o trabalho que foi feito.

Partilho do elogio ao Serviço Nacional de Saúde, a todos aqueles que estiveram nas IPSS's, na linha da frente, foi uma época muito difícil para todos, mas obviamente que o papel e a ação desta Comissão no concelho de Mirandela foi importante para todos nós e é importante a prestação das contas daquilo que foi feito nesta Comissão.

Relativamente aos apoios, como sabem, houve uma Comissão Permanente em que foi proposta esta extinção da Comissão de Acompanhamento e nessa Comissão o valor global de apoios diretos e daquilo que o Município deixou de receber, o valor é de 2,2 milhões de euros. Relativamente ao reembolso que houve da parte do Governo foi aproximadamente de 67 mil euros, que foram praticamente dos equipamentos de proteção individual, que houve o registo de uma candidatura e fomos reembolsados.

É isto tudo o que tenho a informar, na Comissão Permanente foram ditos estes valores de uma forma mais concreta, de variados apoios que foram dados, Cartão Comércio, isenção de pagamento de água, aquisição de equipamentos de proteção individual, computadores para as escolas, tudo aquilo que foi feito no âmbito das medidas de combate à Covid-19 nas suas várias vertentes.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu venho perguntar isto porque não sei se ouvi muito bem, o valor global de apoio direto foram 2,2 milhões de euros que a Câmara Municipal gastou do seu orçamento? E que o Governo fez uma transferência de 67 mil euros? Aquilo que perguntei foi, o que é que ficou contratualizado entre a Câmara Municipal e o Governo, na ajuda que o Governo aí dar à Câmara Municipal com a questão da Covid-19? Porque nós temos ouvido a nível nacional, vários Municípios no país a dizerem que havia uma contratualização, ou uma promessa do Governo em termos contratualizados, daquilo que iriam ser as transferências do Ministério da Saúde para os Municípios, para ajudar na tarefa árdua que tiveram os Municípios em gastos que deviam ser suportados pelo poder central e foram suportados pelos Municípios.

Aquilo que eu lhe queira perguntar e para saber, se houve alguma contratualização entre o Município de Mirandela e o Ministério da Saúde, ou a Direção Regional de Saúde, de qual seria o valor retribuído pelo Ministério da Saúde à Câmara Municipal de Mirandela, era só isto que eu queria saber, os 67 mil euros foi aquilo que o Governo quis dar de boa vontade, se quisesse dar só cinco mil, dava só cinco mil. Era só isto que eu queria saber.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a questão, efetivamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses à data, muitos dos Municípios reportaram as suas contas, o seu investimento naquilo que foi o combate à pandemia e há realmente Municípios que investiram também conforme o orçamento de cada um e as questões sanitárias de cada um.

Efetivamente os dados que lhe dei foram, grosso modo, os 2,2 milhões de euros e 67 mil euros, são estes os valores que nos temos registados nas nossas contas. Os 2,2 milhões de euros são os valores da despesa e aquilo que deixamos de registar em receita, ou seja, estacionamento tarifado, todas as medidas que foram implementadas ao longo dos meses da pandemia Covid-19.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Antes de passarmos ao Ponto seguinte e para encerrarmos este Ponto já discutido, deixo aqui a minha homenagem ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, pela iniciativa que teve na criação desta Comissão, papel justíssimo, uma iniciativa que teve um trabalho extraordinário.

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Extinção da Comissão de Acompanhamento da Covid-19.

**4.3 - Prestação de Contas Consolidada – 2022 – Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A e Resíduos do Nordeste EIM, S.A.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/06/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos Membros do PS e três abstenções dos Membros do PSD, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2022 – Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos em condições de passar ao Ponto 4.3 – “*Prestação de Contas Consolidada – 2022 – Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.*”, relativamente a este Ponto foi-nos solicitado pela Senhora Presidente de Câmara, a possibilidade de intervenção por parte do Dr. *Fernando Peixinho*, que se encontra aqui presente para nos prestar algumas informações e esclarecimentos relativamente a este Ponto, à semelhança de dições anteriores a Mesa não vê qualquer constrangimento neste pedido, contudo pergunto à Assembleia Municipal se alguém se opõe à intervenção do Dr. *Fernando Peixinho*?

Não havendo oposição a que isso aconteça, convido o Dr. *Fernando Peixinho*, para intervir neste Ponto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu posso fazer aqui uma pequena introdução, o Dr. *Fernando Peixinho* é o nosso Revisor Oficial de Contas, nas outras Sessões em que fizemos a Prestação de Contas, houve muitos Senhores Deputados que questionaram a presença do nosso Revisor Oficial de Contas, para todas as questões que forem levantadas, mas de qualquer forma convidava-o a vir até nós fazer-nos a apresentação do trabalho que faz com a Câmara Municipal de Mirandela dado que é o nosso Revisor e por isso, agradecemos a presença e a disponibilidade para estar entre nós.

----- O Senhor Revisor Oficial de Contas Dr. *FERNANDO PEIXINHO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu, de acordo com aquilo que está normalizado em termos de apresentação de Contas, as Câmaras Municipais que tenham intervenção direta ou indireta em outras entidades, têm de apresentar contas consolidadas e portanto, essas Contas Consolidadas resultam, de forma simples, da agregação das Contas das empresas ou entidades onde têm participações qualificadas, com as Contas do Município.

As Contas do Município já aqui foram apresentadas, já aqui foram discutidas, seguramente votadas e portanto, hoje é a apresentação das Contas Consolidadas, que envolve para além das Contas do Município, a agregação das sociedades AIN – Agro-Industrial do Nordeste EIM, S.A., que tem uma participação de 100 % no MIC – Matadouro Industrial do Cachão e portanto, por via indireta, também as Contas do Matadouro Industrial do Cachão se encontram refletidas nas Contas Consolidadas e o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, que também se encontra integrado neste universo de demonstrações financeiras consolidadas.

O que é que eu lhes posso dizer, aliás, eu estarei mais se calhar até para depois responder a questões que me queiram colocar, do que propriamente fazer aqui uma grande explanação.

Em primeiro lugar eu gostaria de fazer aqui uma declaração que é a seguinte, eu não sou Revisor Oficial de Contas, nem da AIN – Agro-Industrial do Nordeste EIM S.A., nem do MIC – Matadouro Industrial do Cachão, nem do Metropolitano Ligeiro de Superfície, sou somente Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal de Mirandela e do outro sócio também da AIN que é a Câmara Municipal de Vila Flor e é nessa qualidade que eu posso responder, questões que estejam relacionadas intrinsecamente com as Contas da AIN, com as Contas do MLM, ou do MIC, eu terei alguma dificuldade porque, como compreenderão elas foram auditadas por outros Revisores e até nem seria da minha parte de bom-tom, estar a fazer algum tipo de considerações sobre trabalhos que foram feitos por colegas.

O que é que eu lhes posso dizer? Relativamente às Contas individuais que foram aqui apresentadas do Município de Mirandela, aquilo que a Certificação Legal das Contas Consolidadas transmite, evidência, é que da nossa parte transpusemos da Certificação Legal de Contas da AIN, uma reserva e uma reserva a umas Contas, é algo que o Auditor não teve condições para obter a evidência necessária para poder formar uma opinião sobre a adequabilidade dos saldos evidenciados e transpusemos portanto uma reserva, pelo seu efeito material para a Certificação Consolidada, que tem a ver essencialmente com empréstimos que a AIN e o MIC tinham ao Novo Banco, primeiro ao BES, depois ao Novo Banco. E de acordo com aquilo que consta dessa reserva, esses

empréstimos no quadro de limpeza de balanço que o Novo Banco fez, foram cedidos a uma entidade que os comprou, que comprou esses créditos e que passaram a ser geridos, para efeitos de cobrança, por uma sociedade de nome *Hipogesibéria, S.A.* Portanto, quer dizer que a AIN e o MIC, na sua dívida que tinham ao Novo Banco, deixaram de ser devedoras do Novo Banco e passaram a ser devedoras dessa entidade que comprou os créditos. Que é um Fundo que deu a gestão da cobrança desses créditos à *Hipogesibéria, S.A.*

Essa é, se quiserem, a reserva que nós tivemos que transpor para a Certificação Legal de Contas Consolidada, porque ela já constava das Contas de Certificação Legal de Contas da AIN e do MIC e de acordo com a sua expressão material, ela teve de ser considerada na Certificação Legal das Contas Consolidadas do Município de Mirandela.

Depois, colocamos também uma ênfase e suponho que as ênfases já não têm a ver com a opinião do Auditor, têm a ver com chamadas de atenção, com situações que porventura estejam divulgadas, mas que deverão ser reforçadas, para conhecimento perfeito dos utentes da Informação Financeira e colocamos uma ênfase relacionada com a questão da fusão entre a AIN e o MIC, foi já discutida aqui na Assembleia Municipal, foi aprovada na Assembleia Municipal que carecia de Visto Prévio do Tribunal de Contas, para poder ser concretizada, mas por não ter havido coordenação, suponho, que entre os sócios e não ter sido feito esse pedido em tempo útil, caducou, portanto, as deliberações que foram tomadas que tinham em vista a concretização da fusão da AIN e do MIC, caducaram essas deliberações e portanto, quer isto dizer que, tudo aquilo que tinha sido feito no sentido de poder vir a concretizar-se uma fusão da AIN com o MIC, deixou nesta altura de ter condições do ponto de vista legal, para que seja feita, a não ser que o processo seja de novo reiniciado.

Nós chamamos a atenção para isso através de uma ênfase e estas são as matérias que para além da Certificação Legal das Contas do Município, já aqui trazida, já aqui discutida e já aqui votada, são as matérias que nós achamos por bem aqui esclarecer e dar conta, uma vez que vão estar em discussão as Contas Consolidadas do Município e portanto, a apreciação também do Relatório de Auditoria e da Certificação Legal de Contas que eu subscrevi.

A partir de agora estarei disponível para todo o tipo de esclarecimentos que me queiram fazer sobre estas matérias e sobre isto também, para já não tenho nada mais a acrescentar.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto estamos aqui neste Ponto importantíssimo para o Município, que são as Contas Consolidadas das empresas, da área empresarial da Câmara e de facto relembro-me da Assembleia Municipal de há um ano atrás, onde a Senhora Presidente disse que de facto havia um problema na gestão, porque era um encargo, apesar dos investimentos, dos empregos ali criados, as Contas Consolidadas do Município de Mirandela, nomeadamente nestas empresas, havia problemas graves por resolver.

Já percebi que a fusão não vai ser possível, ela foi votada em tempos aqui, nesta Assembleia Municipal, portanto a fusão não se vai fazer, mas, a primeira pergunta era, mas quando as empresas dão prejuízo, salvo erro por dois ou três anos, elas necessariamente tinham de ser vendidas, ou extintas, ao abrigo dos documentos legislativos, isso não acontece porque não é denunciado? As entidades reguladoras, ou entidades proprietárias, ou acionistas não querem, não denunciaram, não o fizeram, as instituições não funcionam. Isto é verdade ou não é verdade?

É que perante tal eminência que nos foi apresentada aqui em Assembleias anteriores, havendo vários exercícios negativos, esta empresa teria de ser vendida ou extinta. Porque as Câmaras Municipais não estão nada vocacionadas para este tipo de gestão.

Eu agradeço aqui a explicação, o documento está excelentemente elaborado, pese embora que o Complexo Agro-Industrial do Cachão tenha um novo Administrador. E de facto um Administrador que, pessoa que eu estimo e considero, já trabalhei com ela noutros âmbitos, mas eu aqui politicamente vou ter que a confrontar com aquilo que penso, para bem da minha Bancada, do meu Partido e até pelo próprio Administrador. O tal Administrador que assina um dos Relatórios, criou conjuntamente, ele enquanto Presidente da Câmara de Miranda do Douro e conjuntamente com o Município de Vimioso, criaram um Matadouro concorrente do Matadouro Industrial do Cachão, como é que é possível? Quer dizer, é possível no futebol, é possível um jogador jogar numa equipa e depois vir jogar para a equipa adversária e cumpre de forma zelosa as funções e até marcam golos, a grande questão aqui é, porque é que um ex Presidente de Câmara que faz o Matadouro que entendeu, teve fundos comunitários conjuntamente com a Câmara vizinha, o próprio agora vem administrar um Matadouro concorrente àquele que criou?!


Cria-me alguma confusão, mas sei da nobreza e da lealdade e das qualidades pessoais que o Administrador em causa, o Dr. *Artur Nunes* normalmente coloca no seu desempenho.

Portanto, a fusão não é possível, o Matadouro, apesar das Contas serem favoráveis, haver um aumento de prestação de serviços, mas continua com défice, está aqui num dos Relatórios: “As suas dívidas acumuladas a longo prazo e também a fornecedores conferem o passivo financeiro acumulado que o prejudica, nomeadamente nos exercícios positivos e também o prejudica com os equipamentos que têm necessidade de investimento e por conta dessa dificuldade, não se fazem os investimentos necessários naquele equipamento.” Isto em relação ao Matadouro, que tanto quanto sei, Senhora Presidente, o Matadouro, o Matadouro, o Complexo Agro-Industrial do Cachão, ele é constituído também por pequenos acionistas, porque as duas Câmaras não conseguem a maioria, a sua atividade principal é o comércio por grosso de outros produtos alimentares. E como uma atividade secundária, a exploração e o arrendamento de espaços e unidades fabris, procurando potenciar o desenvolvimento de atividades comerciais, industriais e o abate de gado.

Estas atividades, quer a principal, quer a secundária, não permitem que a AIN tenha exercícios positivos? Porque tanto quanto sei, também o seu património imobiliário continua estagnado.

Eu digo isto pela seguinte razão, é que eu tenho aqui o estudo, mais um estudo, pensei que era desta, porque assim o diz aqui, tenho aqui um Plano Estratégico de Revitalização do Complexo Agro-Industrial do Cachão, feito pela empresa Quaternaire Portugal, é de 2019, eu não sei se vai ser preciso outro estudo, mais tarde foi feito também um Plano de Revitalização do Cachão, através da CIM-TTM, portanto que é este também, houve um Plano Estratégico desenvolvido pela empresa do Dr. *Fernando Peixinho*, isto para dizer que, o que é que nos falta para que estes equipamentos sejam de facto investimentos seguros, claros, produtores de riqueza, além do emprego que criam, produzem também riqueza nesta região e onde a Câmara Municipal se apressou a libertar-se





de ações noutros equipamentos, como no caso do Hospital Terra Quente, nesta situação não se consegue livrar de maneira nenhuma.

Quer este Plano Estratégico da empresa Quaternaire, onde diz taxativamente que, avança com a identificação de pistas, para o estabelecimento de alternativas de revitalização do CAICA, a revitalização não pode ser entendida como mais um projeto a contribuir para um discurso menos retórico e mais concreto, sobre a dinamização económica do interior norte, particularmente nos territórios das Terras de Trás-os-Montes, é necessário que as políticas públicas tuteladas pelo Ministério da Agricultura, seja pelo Ministério da Economia e pela própria CCDR-N, validem a intenção de abordar a revitalização do CAICA como um projeto estruturante nos termos assinados. Esta pretensão coincide com a preparação de um novo período de programação 2021/2027, pelo que surge no momento certo.

Senhora Presidente, o que é que está a faltar, depois de tantos estudos e gente tão bem preparada e de provas dadas na área, para que estas empresas do Município passem de facto a ter lucro. Também não sei porque é que há relativamente pouco tempo o Matadouro encerrou 15 dias, porque assim também não vamos lá, já tem a ver com a gestão, muito para lá das contas, se elas estão certas ou erradas, já tem muito a ver com a gestão.

Depois, fala-se que há problemas estruturais no equipamento, este problema último surgido com a poluição para o rio Tua, pelos vistos continua, se é que o problema já está resolvido, dizem que era uma avaria, o que é certo é que todos os dias vão resíduos para o rio Tua.

Senhora Presidente, além dos Planos Estratégicos traçados, empresas de renome que aqui estão envolvidas, a troca de administradores por outros até já experimentados na área. Senhora Presidente, quanto é que isto nos custa e quando é que estes estudos aqui apresentados vão de facto dar lucro, ou não vão deixar de ser um prejuízo para a Câmara Municipal de Mirandela?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois desta explicação do Revisor Oficial de Contas, não vou dizer que fico com mais dúvidas, porque provavelmente já todos conseguimos perceber, ao longo destes anos todos, que a única dúvida que subsiste neste problema é, qual é a vontade política que nós temos, ou que o Poder Central tem para resolver o problema do Complexo Agro-Industrial do Cachão? Não só o Complexo Agro-Industrial do Cachão, como também o MIC e eu agora fiquei surpreendido quando vi este Relatório, eu pensei que aqui também vinha plasmado nesta Prestação de Contas, qual foi o motivo do Tribunal de Contas ter inviabilizado a fusão. Não está cá explicado. Eu peço desculpa se estou a cometer algum erro de avaliação, mas era importante nós também termos o conhecimento. Ah, não chegou a ser pedido. Então as coisas ainda se põem de uma maneira mais caricata.

Sabendo nós que e pelo menos é o conhecimento que eu tenho e peço desculpa se estiver enganado, a Câmara Municipal de Mirandela acionista da AIN juntamente com a Câmara Municipal de Vila Flor, fazem uma injeção de capital todos os anos na ordem dos 350 mil euros, ou seja, 150 mil euros cada Câmara, sabendo nós também que aqui há a instalação de empresas que compraram já património que pertence à AIN e que também alugaram à Câmara Municipal de Vila Flor e de Mirandela esse património, sabendo nós e agora reportando-me só aquilo que é a questão do Matadouro do Cachão, aquilo que nós sabemos concretamente à gestão do Matadouro do Cachão, que aqui vem também dito neste Relatório, que tem a ver com um pequeno aumento da receita pelo facto de ter havido uma procura maior dos abates do Matadouro, também sabendo nós que existe uma dívida de grande peso que eu gostava de saber qual é concretamente ao *Pedro Barradas*, porque também não vem aqui.

O que nós sabemos concretamente é que o Matadouro do Cachão e isto é importante que eu diga aqui, tem 26 trabalhadores, destes 26 trabalhadores, a grande maioria deles faz mais de oito horas de trabalho por dia, apesar de que, dizendo aqui, o Matadouro tem pouca procura e daí estar-se a deficiência naquilo que é a sua rentabilização, mas uma coisa contradiz a outra, aquilo que nós temos e eu digo porque estive no Matadouro e falei com muitos trabalhadores do Matadouro do Cachão, é que a grande maioria destes 26 trabalhadores têm muitas horas extraordinárias, que para além de não serem pagas, nem entram para um banco de Horas, porque não existe um Banco de Horas. Isto é gravíssimo, sabendo nós hoje, qual é a agenda política do Partido Socialista quando fala na agenda para um trabalho com dignidade. Isto é grave e está-se a passar.

Também sabemos que o aumento dos abates do Matadouro, em relação ao ano de 2020 e 2021, teve um aumento de cerca de 45 % de abates, quando falo em abates falo em animais de grande porte, os bovinos, havendo também relativamente aos borregos e há uma pequena diminuição no abate dos suínos e dos leitões, mas que no global, houve um aumento de cerca de 45 % do número de abates.

Se o ordenado base destes 26 trabalhadores é o Ordenado Mínimo Nacional, se as condições de trabalho que estes trabalhadores têm no Cachão, eu quando digo condições de trabalho, é aquilo que é a entidade empregadora oferece aos seus trabalhadores, condições de salubridade péssimas, falta de equipamentos, neste caso estamos a falar de empilhadores, o Matadouro do Cachão tem um empilhador que não funciona há anos, porta paletes não existem, ou seja, digamos que, só há dois veículos de entrega de carcaças naquele Matadouro, um veículo pesado e um veículo ligeiro, em que a maioria dos transportes feitos para a entrega aos clientes é feita no veículo ligeiro, estamos a falar numa carrinha de frio até aos 3.500 kg, que para levar carcaças a Macedo de Cavaleiros tem que fazer quatro viagens, leva cinco carcaças vem ao Matadouro carrega mais cinco, vai a Macedo de Cavaleiros levar mais cinco, ou seja, vemos perfeitamente que aquilo, eu não quero entrar na questão política Senhora Presidente, como fez o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, na questão do Administrador que veio e essas coisas todas, porque isso acho que fica claro, pelo menos para quem anda aqui há um bocadinho, eu não sou muito velho mas ando aqui há um bocadinho de tempo e percebemos como é que isto é de certa maneira arranjado e propagandeado naquilo que são as fusões e aquilo que me deixa demasiadamente preocupado, é que continuamos a falar num Plano de Revitalização do Cachão e obviamente que o que este país tem mais e aliás, nós provavelmente dentro da nossa comunidade económica, dos nossos parceiros europeus devemos ser o país que tem mais planos de desenvolvimento, mas já não falo só nos planos de desenvolvimento regional, na nossa região temos N planos regionais de desenvolvimento, para a saúde, para a educação, para a habitação, o dinheiro que se gastam nestes planos, a estas empresas que eu acredito que sejam de credibilidade e que tenham pessoas sérias, mas que depois o poder político faz aquilo que é o mais difícil, que é não executar estes planos e não executa porque todos chegamos à conclusão, à triste conclusão que somos um país de subsidiodependência da Comunidade Económica Europeia.



Isto é que é grave, um país tem uma riqueza e falando da nossa região, somos a região da Europa que temos mais produtos de diferenciação positiva, chamados produtos IGP – Indicação Geográfica Protegida, temos o mel, temos a carne, temos o azeite, ou seja, somos a região da Europa que tem mais produtos com Identificação Geográfica Protegida, aquilo que falta exatamente a esta região, é aquilo que o meu Partido disse sempre, que é a questão da regionalização e obviamente que, o processo de revitalização do Cachão, por mais planos de revitalização que tenha, por mais planos que tenha de desenvolvimento, só há uma forma de o fazer, é nós entregarmos a AIN ao Ministério da Economia e ao Ministério da Agricultura e que sejam eles a desenvolver a AIN da forma como bem entendam.

Aquilo que nós percebemos é que o Complexo Agro-Industrial do Cachão é um sugadouro de fundos municipais, que podiam estar a ser empregues noutro tipo de investimentos de desenvolvimento municipal e não está a ser, porque nem oito, nem oitenta, aquilo serve só para mantermos alguns postos de trabalho, alguns postos de trabalho com valores de remuneração acima da maioria daqueles que lá trabalham, que é o Ordenado Mínimo, aquilo que eu gostava de perceber, é concretamente qual é a intenção do Município de Mirandela juntamente com o Município de Vila Flor, para a resolução daquele problema, nós já o dissemos, tem de ser o Estado diretamente a fazer a intervenção. Se for o Município tanto o de Mirandela como o de Vila Flor, do qual sobrevive e sobrevivemos todos aquilo que são os Avisos que vêm da Comunidade Económica Europeia e como nós sabemos, a Comunidade Económica Europeia, os Avisos que manda para que nós possamos candidatar não é do interesse daquilo que é o desenvolvimento da nossa região, é do interesse daquilo que é o diretório burocrático e provavelmente, neoliberal que tem a Comissão Europeia, isto é que é grave, ou seja, temos apoios financeiros para o desenvolvimento da nossa região, mas que não estão ao serviço da nossa região, porque não são direcionados para aquilo que tem de ser o desenvolvimento da nossa região.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pelas questões que foram colocadas, de facto a Consolidação de Contas de 2022, tem os grandes números, que constam do Relatório, foram auditados, estão acessíveis a todos, tivemos um resultado líquido positivo de cerca de 1,9 milhões de euros e tivemos um resultado do património líquido um aumento de 7,18 %.

Dizer-vos que esta Consolidação de Contas, conta, como teve oportunidade de explicar o nosso Revisor Oficial de Contas, com as empresas participadas e por isso gostaria de responder de forma muito objetiva às questões e de forma, politicamente obviamente, daquilo que foi dito pelos Senhores Deputados, começando pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto*, parece-me a mim que não tem estado ao corrente daquilo que são as últimas décadas da política municipal e daquilo que se passou ao longo dos anos no Matadouro Industrial do Cachão e no Complexo Agro-Industrial do Nordeste, ou seja, quando antes estava tudo a correr bem, acontece que em 2017, começou a correr mal! Isso quer dizer que até aí, o Matadouro Industrial do Cachão funcionava sem dívida, porque o empréstimo a que o Dr. *Fernando Peixinho* se referiu é de maio de 2008, e portanto, este empréstimo é anterior a 2017, se eu faço bem as contas! E foi em 2006, que os Municípios de Mirandela e de Vila Flor adquiriram o Matadouro Industrial do Cachão à PEC Nordeste, numa altura em que o Estado procurou transferir todo o setor das carnes para outras entidades, como sabem, o Matadouro foi construído em 1972, com algumas interrupções e começou a laborar em 1985. Ora, 2006 foi muito antes de 2017, é visível de que já na época, não sei se o Senhor Deputado *Paulo Pinto* já era Deputado Municipal, mas ao longo destas décadas, a verdade é que todos conhecemos este problema e é um problema que ficou, sob o ponto de vista da sustentabilidade, com graves problemas infraestruturais e todos sabemos o esforço que foi feito pelo Município de Mirandela e pelo Município de Vila Flor, para resolver um problema de depósito de resíduos plásticos, que causaram dois incêndios.

Não ia obviamente voltar a esta questão, mas é bom que as pessoas tenham memória e a política partidária não serve para justificar tudo aquilo que queremos utilizando situações, na maioria da responsabilidade de um determinado Partido, para depois vir esconder aquilo que foi feito, responsabilizando este Executivo e esta Câmara pela situação catastrófica que existe no Matadouro Industrial do Cachão e na AIN.

A verdade é que a maioria é capital das Câmaras e portanto o Senhor Deputado *Paulo Pinto* está enganado, a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor cada uma tem 49,10 % e o Senhor Deputado referia-se a: “ façamos investimentos seguros”, ora, investimentos seguros em 2006, não sei onde é que o Senhor Deputado estaria, de qualquer forma falar, a este propósito e vir fazer uma referência ao Hospital Terra Quente, então estamos a falar de coisas diametralmente diferentes, estamos a falar de uma empresa privada, por um lado, o Hospital Terra Quente, em que a Câmara Municipal teria que vender as ações por estar em incumprimento e relativamente à AIN e ao MIC, também devo referir que são empresas intermunicipais, obviamente obrigadas a não conter dívidas por isso é que a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor fizeram no anterior mandato um Contrato Programa para pagamento à AIN para que não tivéssemos que pagar os prejuízos. Por isso, aquilo que lhe posso dizer é que essa regra foi suspensa durante a pandemia e portanto, mesmos as Câmaras Municipais não tinham a obrigatoriedade e as empresas não tinham essa questão sob a sua gestão.

Quando me pergunta e quando fala nos gestores públicos, a verdade é que foi consensual entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor, que tinha que haver uma gestão dedicada, o enriquecimento, ou os valores pagos aos administradores não estiveram na nossa tutela, porque tanto a Câmara Municipal de Mirandela como a Câmara Municipal de Vila Flor, os seus Presidentes nunca receberam nada relativamente ao Conselho de Administração e por isso, houve um esforço enorme sob o ponto de vista económico e sob o ponto de vista político, para que o Fundo Ambiental pudesse financiar a retirada de alguns resíduos tóxicos, que havia no Complexo, permitindo que aquela população tivesse saúde e por isso, perguntar: “o que está a faltar para a gestão pública?” O que está a faltar para a gestão pública Senhor Deputado, então o Senhor Deputado não sabe que o Complexo Agro-Industrial do Cachão tem efetivamente um Plano de Revitalização, que é obrigatório apresentarmos para nos podermos candidatar a fundos comunitários, que efetivamente esta dívida teve como consequência a penhora de alguns bens da AIN. Que há no Relatório que foi agora apresentado, património imobiliário que foi cedido, em contratos de compra e venda foi vendido a outras empresas, não sei qual foi o critério para vender uns e não vender outros, mas o que é certo é que há património que foi vendido.

Perguntar quanto é que isto nos custa, sempre houve da parte da Câmara Municipal de Mirandela, pelo menos desde que é nossa responsabilidade, a preocupação com a manutenção dos postos de trabalho e a tentativa de que haja um financiamento do Quadro

Comunitário de Apoio a esta iniciativa e julgo que é esse o espírito que a Câmara Municipal de Vila Flor também tem, que por maioria de razão não está no seu território e portanto, a Câmara Municipal de Mirandela também tem outros custos acrescidos, nomeadamente as questões do saneamento, as questões relacionadas com tudo aquilo que é o impacto ambiental que o Complexo poderá ter no nosso concelho. Mas a verdade é que a maior parte dos trabalhadores também são do concelho de Mirandela e por isso, tanto Mirandela como Vila Flor desde 2006, que são solidários em patrocinar uma herança difícil, muito difícil que é o setor das carnes.

Em relação aos matadouros, todos nós sabemos que o Matadouro do Cachão tem a possibilidade de abater todas as reses do distrito e que não eram precisos mais matadouros, mas todos os outros matadouros têm problemas de viabilidade económica, tanto que estão a ser integrados nas Câmaras Municipais. É má opção o Presidente da Câmara querer construir um matadouro? Obviamente que sim, mas o Presidente da Câmara de Mirandela, ou a Presidente da Câmara de Mirandela não pode interferir na gestão da Câmara de Mogadouro, que insiste em fazer um matadouro, porque foi um compromisso eleitoral. E portanto, as Câmaras têm a sua autonomia e têm as suas decisões políticas. Obviamente que no sentido da solidariedade e da responsabilidade, cada Município define as suas estratégias de investimento, mas sabemos que é um investimento que também é um serviço público, que estamos a prestar aos nossos produtores.

Recordo-me bem quando a ASAE encerrou o Matadouro para obras, lembro-me perfeitamente que a maior parte dos nossos produtores que iam abater ao Cachão não tinham serviço de abate na região. Porque nem o Matadouro de Vinhais, nem o Matadouro de Bragança, tinham capacidade de abate que satisfizesse as suas necessidades e por isso, nessa altura soubemos bem aquilo que dizia respeito, à importância para o setor, quando ainda hoje de manhã falávamos nos apoios pecuários e na agricultura, um dos apoios que nós damos à agricultura, é precisamente o funcionamento do abate no nosso concelho, porque tendo que os transportar para o litoral, vão ter custos acrescidos no transporte e também na qualidade das carnes. Ou seja, é uma questão que é preciso entrar na equação de quando se decide o que fazer relativamente aquelas empresas intermunicipais, tanto à AIN, como ao MIC.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, efetivamente a AIN teve um prejuízo menor que o ano passado, aliás, nós em 2020 tivemos a pandemia e também tivemos quebras como todas as empresas desta área, julgo, nós tivemos em 2021 um prejuízo de 216 mil euros, em 2022 um prejuízo de 118 mil euros na AIN e relativamente à agenda política do Partido Socialista, acho que os trabalhadores e a agenda política daquilo que é a governação autárquica, que é diferente da agenda política do Partido Socialista, como é óbvio, mas relativamente aos trabalhadores, quero dizer-lhe Senhor Deputado *Jorge Humberto* que, todos os trabalhadores têm, nós temos abate à segunda-feira e à quarta-feira e a distribuição das carnes é feita nos outros dias, naturalmente que à sexta-feira a maior parte dos trabalhadores não tem trabalho efetivo no Matadouro. Eu não sei que Matadouro é que o Senhor Deputado visitou, mas certamente não terá sido o Matadouro do Cachão, porque efetivamente o trabalho digno, agora se me vem referir as infraestruturas, obviamente que o Matadouro do Cachão, é um Matadouro que começou a laborar em 1985 e isso tem implicações diretas na qualidade das infraestruturas, na modernização, já teve muitas intervenções, já houve investimento sim, mas tem problemas estruturais complicados.

Relativamente à salubridade, o Senhor Deputado fala em condições de salubridade péssimas, repare, é verdade que o Matadouro tem problemas infraestruturais, tem problemas de circuitos, é uma infraestrutura antiga, mas não quer dizer que as casas antigas sejam menos salubres que as modernas, mantemos as condições de saúde pública, obviamente com necessárias obras de adaptação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente da Câmara, estas são as dores da governação, não me peça que eu venha fazer aqui outro papel, se não o da Oposição. Pelo que eu entendi com a sua eleição em 2017, foi que ia haver de facto uma mudança de paradigma, não está a haver, porque eu sei as dificuldades também, mas não me peça que venha aqui corroborar, há um documento da Quaternaire Portugal que custou 51 mil euros mais IVA, quer dizer, nós queremos é que as coisas funcionem Senhora Presidente.

Se a partir de 2017 eu passei a ser uma pessoa diferente, eu aprendi isso com o PEC1, com o PEC2, com o PEC3 e PEC 4 de *José Sócrates*, que governou um plano de arresto para Portugal, que teve que o executar *Passos Coelho* e que o PS nacional o crucificou na praça pública. Senhora Presidente, isto é a vida política, são as dores da governação, se eu dou uma volta, dei a volta tão grande como vocês deram quando foi do plano de arresto, um plano de arresto negociado por *José Sócrates*, que teve *Passos Coelho* de executá-lo e que foi crucificado na praça pública.

E depois outra coisa Senhora Presidente, deixe-me perguntar só uma coisa, até porque estamos a falar de relatórios, ainda existe o Metropolitano Ligeiro de Mirandela? É que eu não o vejo! Se é que dantes era um Metro de Superfície, será que já é subterrâneo?!

Senhora Presidente, onde está o Metropolitano Ligeiro de Mirandela? Querem que eu venha aqui dizer que o vejo todos os dias?! Já deve estar subterrâneo, ou então foi o Plano de Mobilidade do Tua que deu cado do Metro, ou o Metro deu cabo do Plano de Mobilidade do Tua, ou então foi fechado e parado inadequadamente no tempo, ou se calhar até antecipadamente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que, não se trata de dor de governação, trata-se de dor da Oposição, ou seja, se virmos bem, estas dores, eu percebo a dificuldade de estar num papel em que as fragilidades das governações foram imensas e que grande parte dos problemas que assistimos hoje em dia, vêm de uma gestão pública pouco cuidada, e que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* foi acompanhando ao longo dos anos e não podia falar, ou seja, tinha algum compromisso e agora pode falar e bem, todos nós podemos falar e bem e portanto existem aqui determinadas situações que agora vêm com a transparência que nós queremos ter na vida política, vêm a ser do nosso conhecimento e portanto, do conhecimento de todos.

Relativamente ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela e ainda bem que tocou nesse aspeto, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela a dívida que tem ainda é das carruagens, que foram compradas já há décadas, por 3,5 milhões de euros e que portanto, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela não pode ser extinta porque tem dois processos a decorrer em Tribunal por causa dos acidentes que houve na linha.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, não queira que eu explique tudo, porque o Senhor Deputado também viveu como eu aqui em Mirandela e sabe perfeitamente aquilo que aconteceu durante estes anos todos e sabe perfeitamente aquilo que o Metropolitano Ligeiro de Mirandela tem como dívida à CP.

Relativamente ao Plano de Mobilidade do Tua, dizer que estamos, os cinco autarcas, quatro do Partido Social Democrata e uma do Partido Socialista, empenhados em ter resoluções, a verdade é que tem sido vergonhoso todo este processo. O processo começou mal, ou seja, começou no sistema multi operacional, com um investimento da EDP, à altura, para a aquisição de vários sistemas de transporte, ferrovia, barco e autocarro, na altura tinha um teleférico, mas depois essa ideia foi abandonada e, portanto, todos estes processos começaram mal porque o planeamento em si e ninguém tem de ser contra os planos, os planos devem existir para poderem ser implementados, mas tem que haver da parte de quem desenha o plano, e lembro-me bem quando foi da construção da barragem que o nosso Presidente de Câmara era contra a barragem e depois foi ele que desenhou o Plano na Agência e a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, tinha efetivamente um Plano que não era realista e não conseguia ter, da parte da tutela, a sua análise positiva e por isso estamos na situação em que estamos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu ouvi aqui a falar de dores da Oposição e de dores de governação, eu não sofro desse problema, não tenho dores nenhuma, a única dor que tenho, provavelmente é aquela que posso partilhar convosco é a dor de ver o meu concelho, o meu distrito e a minha região com dor se subdesenvolvimento, esse é que é um problema e obviamente que quando nós estamos aqui a falar de política e é disto que temos que falar, temos que olhar para nós próprios, ou então olhar para o espelho e o comportamento que está aqui hoje em cima da mesa é o que é que fez o PSD durante 40 anos e o que é que está a fazer o PS agora com seis anos e cada um que tire a sua avaliação, como é óbvio.

Agora, eu não posso é estar a branquear aquilo que fez o PSD, com muita responsabilidade, com aquilo que não fez o PSD, como também não posso branquear aquilo que faz o PS e muitas vezes ajudado pelo PSD aqui nesta Assembleia Municipal, votando os seus Orçamentos, como também não posso estar com esse tipo de dor. A minha dor é outra, é com essa que eu estou aqui e foi com essa que eu vim para aqui, eleito pela população do concelho de Mirandela.

Senhora Presidente, eu vou-lhe lembrar do seguinte, eu não vou falar da questão do Plano de Mobilidade do Tua, porque repare, provavelmente como isto está a ser transmitido *online*, poderá alguém tirar uma fotografia ou filmar isto e dizer, aqueles Deputados Municipais e a Câmara Municipal devem viver num mundo abstrato, não vivem neste mundo, quer dizer, isto foi uma brincadeira que aqui passou, foi um filme, não lhe vou chamar *Avatar*, mas foi do género, não foi na água, mas é na linha do comboio em que se desbaratam milhões de euros e que se entregam milhões de euros a uma pessoa que não está qualificada para tal, entrega-se, como disse a Senhora Presidente e bem, o Plano foi feito a transitar, depois foi o comboio, depois foi o barco, mas no meio desta gente toda pensante, que eu acredito que é sabedora, que tem sabedoria, nunca ninguém se lembrou que aquele Senhor que recebeu os 10 milhões de euros para por o comboio no Tua, tinha que ter uma coisa primeiro, que era ter licença, licenciamento para poder trabalhar com comboios, isto é o mais básico que pode haver, aliás, lá está, parece que estamos, eu não quero ofender os homens da República Central Africana, mas parece que estamos em África! Entregam-se assim os milhões e está o problema resolvido.

À pala de quem? E à custa de quem? Das pessoas que vivem nesta região, das pessoas que precisavam do comboio para vir das suas aldeias à cidade, isto é que está grave, isto é que foi grave e depois, vejamos os negócios que foram feitos com a barragem, 2 mil milhões de euros que a EDP vendeu à Engie, portanto, lá sabiam do que é que isto gasta, mas não é de agora, são de muitos anos deste modelo de desenvolvimento económico em que o Partido Socialista está empenhado, o PSD está empenhado com a ajuda do CDS/PP e agora com aquelas velhas ou novas forças políticas que, na Assembleia da República fazem este desenho com a ajuda e o patrocínio da nossa Comunidade Económica Europeia, que é Bruxelas. Por isso é que eu dizia há pouco, estamos a ser um país de subsidiodependência, nós só fazemos obra neste país quando há a abertura do Aviso X, ou a abertura do Aviso Y, e esses Avisos só abrem de acordo com os interesses de Bruxelas, não é do interesse da nossa região, nem do interesse do nosso país, mas isso fica para outras calendas.

Senhora Presidente, aquilo que eu lhe queria perguntar é o seguinte: A CDU como a Senhora Presidente deve-se lembrar e a Assembleia Municipal também, porque votou, nós fizemos uma Recomendação pela Integração dos Trabalhadores Temporários nos Quadros da Resíduos do Nordeste e que foi votada por esta Assembleia Municipal, por unanimidade e aquilo que eu lhe pergunto, estando agora implementada a agenda para o trabalho digno, eu volto a repetir, trabalho digno, e foi o Partido Socialista que a quis por na Ordem do Dia e na discussão política, eu gostava de saber qual é a posição do Município de Mirandela, que detém 16,92 % da participação do Capital Social da Resíduos do Nordeste.

Eu sei que houve, há relativamente pouco tempo, uma reunião da Assembleia Geral deste órgão e gostava de perceber, ou de entender, qual é a sensibilização que a Senhora Presidente transmitiu aos seus parceiros acionistas da Resíduos do Nordeste, para termos exatamente aqueles trabalhadores que hoje trabalham para a empresa A e daqui a dois anos trabalham para a empresa B, para não por nomes, que não têm direito aquilo que é o mais elementar, que é o subsídio de penosidade e insalubridade, nas suas vidas e não têm direito porque são empresas de trabalho temporário Senhora Presidente e nós que estamos aqui numa “casa” que hoje, felizmente podemos dizer assim, mais democrática do que era há uns tempos atrás e que podemos dizer também, com a pretensão do Partido Socialista, aquele que se diz de Esquerda e muito democrata, como é que podemos aceitar, na nossa, porque nas outras nós obviamente que não somos poder, como é que podemos aceitar que haja homens que trabalhem 10, 15, 20 anos, em situação precária, durante este tempo todo sem termos uma atitude para resolvermos este problema. Quer dizer, ficamos presos àquilo que é a narrativa política de uma Administração insensível aquelas pessoas que trabalham para o bem comunitário, que é a limpeza dos resíduos da nossa cidade, da nossa vila e das nossas aldeias, que continuam a trabalhar de forma precária sem qualquer tipo de direitos.

Como é que nós, no século XXI, por uma Câmara dita socialista, do Partido Socialista pode permitir que isto aconteça?! É isto que eu queria deixar aqui.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu concordo com algumas situações faladas pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, não posso discordar mais que estamos no concelho e no distrito e na região em subdesenvolvimento, ou seja, não me parece de todo que isso seja uma realidade, parece-me até óbvio que todas as empresas, as Câmaras queiram beneficiar dos apoios comunitários e portanto, não é um sinal de subdesenvolvimento a elaboração de candidaturas para o seu financiamento e apoio aos nossos Orçamentos Municipais, bem pelo contrário, é um sinal de termos empresas competitivas, é um sinal de termos uma agricultura competitiva, é um sinal de que temos capacidade de, sob pena de as nossas empresas, as nossas organizações oficiais ficarem aquém daquilo que fazem noutras regiões do país e portanto, não concordo em absoluto com essa situação e aquilo que fala em relação à agenda de trabalhos dignos da Resíduos do Nordeste, a Resíduos do Nordeste foi efetivamente uma questão que foi levantada na última reunião do Conselho, como sabem há um Conselho de Administração, foi rececionado um ofício da Assembleia Municipal, julgo que ainda não houve resposta porque a correspondência da Assembleia Municipal vai obviamente para o Senhor Presidente e portanto. É o Conselho de Administração que tem que levar à reunião do Conselho Diretivo a resolução relativamente a estes trabalhadores.

Relativamente à posição da Assembleia Municipal de Mirandela e também, julgo que posso falar da Câmara Municipal de Mirandela, pelo menos do Executivo em Permanência, nós somos favoráveis à integração dos trabalhadores, no entanto, a decisão não cabe a nós como acionistas minoritários e por isso é uma decisão que é do Conselho de Administração e obviamente depois em sede de concertação, até porque percebemos a problemática da questão dos trabalhadores.

#### **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### **4.4 - Proposta de Designação de Fiscal Único para o ano económico de 2023 – “Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.”.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/06/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apresentar à Assembleia Municipal de Mirandela, para sua votação, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por ser sua competência, a designação de *António Fernando Ledo de Matos*, com sede na Avenida D. Dinis, n.º 25, 2.º, 5000-600 Vila Real, como Fiscal Único para o ano económico de 2023 da “*Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA*” e de *José Alberto Figueira da Fonseca Lima*, com sede no Largo do Desterro, Bloco 1 Sobreloja Dta, Lamego, como Fiscal Único Suplente, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 44 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por ser sua competência, a designação de *António Fernando Ledo de Matos*, com sede na Avenida D. Dinis, n.º 25, 2.º, 5000-600 Vila Real, como Fiscal Único para o ano económico de 2023 da “*Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA*” e de *José Alberto Figueira da Fonseca Lima*, com sede no Largo do Desterro, Bloco 1 Sobreloja Dta, Lamego, como Fiscal Único Suplente.

#### **4.5 - Proposta de Regulamento do Prémio Municipal para Trabalhos de Investigação sobre o Património Cultural e Natural do Concelho de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/06/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento do Prémio Municipal para Trabalhos de Investigação sobre o Património Cultural e Natural do Concelho de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Não podia deixar de partilhar com a Assembleia Municipal, até porque da primeira vez que este Regulamento do Prémio Municipal para Trabalhos de Investigação sobre o Património Cultural e Natural do Concelho de Mirandela, foi submetido a esta Assembleia, no seguimento de uma intervenção da minha parte e do Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU, o mesmo, com sensibilidade acabou por ser retirado por parte do Executivo, para melhor avaliação e esclarecimento do seu conteúdo.

Pois bem, houve essa flexibilidade e esse acolhimento positivo por parte do Executivo, na pessoa do Senhor Vereador *Vitor Correia* e em sede de Comissão Permanente, com a presença também muito prestável por parte do Dr. *João Sequeira* e da Dr.ª *Joana Miranda*, dos Serviços Culturais, foi de facto possível chegar a uma redação do articulado que salvaguardasse todas as dúvidas que foram aqui colocadas no âmbito dessa Sessão da Assembleia Municipal, quando o documento veio aqui pela primeira vez, isto é, a preservação dos interesses e deveres e direitos de todas as partes, do Executivo, do seu Regulamento, mas também de todos os candidatos e autores a este prémio agora aqui estabelecido neste Regulamento.



Não posso pois de deixar de endereçar uma palavra de apreço ao Senhor Vereador *Vitor Correia*, pela disponibilidade que de facto acolheu as sugestões que foram dadas em sede de Comissão Permanente com todos os seus Membros, no seguimento daquilo que foram as nossas preocupações, da minha parte e do Senhor Deputado *Jorge Humberto* foram todas devidamente acolhidas e quero dizer que este Regulamento agora goza perfeitamente de um enquadramento legal, cultural a toda a prova e que merece a minha concordância na sua redação final.

----- Efetuada a votação e estando 44 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Prémio Municipal para Trabalhos de Investigação sobre o Património Cultural e Natural do Concelho de Mirandela.

#### 4.6 - Proposta de Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/06/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial do Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tinha aqui algumas pequenas dúvidas e antes de mais gostaria de relembrar à Senhora Presidente da Câmara, aquilo que foi a apresentação de uma Recomendação da CDU, estamos a falar numa Recomendação que foi apresentada no dia 30 de abril de 2021 e tinha a ver, eu vou só ler aqui alguns parágrafos, só para ficarmos situados, tinha a ver com:

“Recomendação “Pelo desenvolvimento da Zona Industrial de Mirandela”

A Zona Industrial de Mirandela é um importante polo de desenvolvimento do Concelho de Mirandela impulsionador da economia local e do emprego.

É do conhecimento público que existem há dezenas de anos cerca de 10 lotes de terreno sem qualquer tipo de construção.

Considerando que é essencial para o desenvolvimento local aproveitar a capacidade máxima instalada da Zona Industrial, isto é, colocar ao dispor dos empresários todos os seus lotes;

Considerando que alguns destes lotes encontram-se no mercado imobiliário com preços por m<sup>2</sup> nitidamente especulativos;

Considerando que é contrário ao interesse público os lotes comprados ao Município por um preço simbólico estarem agora a ser revendidos por preços inflacionados inibidores da instalação de novas empresas ou alargamento das já existentes;

Considerando que a Câmara Municipal enquanto responsável pública da Zona Industrial detém mecanismos ao seu dispor para travar esta especulação imobiliária e desbloquear estes lotes.

A Assembleia Municipal de Mirandela reunida no dia 30 de Abril de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal de Mirandela:

1. Utilizar os recursos legais ao seu dispor, nomeadamente o reconhecimento de interesse público municipal, para que estes lotes possam reverter para o Município de Mirandela e posteriormente vendidos a preços simbólicos às empresas que aqui se queiram instalar, ou as empresas já instaladas que queiram aumentar a sua capacidade.””

Senhora Presidente, esta Recomendação foi feita no dia 30 de abril de 2021, foi votada, por unanimidade, por esta Assembleia e aquela pergunta que eu lhe faço já diretamente, o que é que foi feito pela Câmara Municipal e por este Executivo em relação a esta questão? Se lhe tem dado andamento, se alguma vez lhe passou pela cabeça em fazer o reconhecimento de interesse público municipal, para que aqueles lotes que lá estão só a fazer especulação imobiliária, sejam revertidos para a Câmara Municipal e sejam postos ao serviço dos empresários que se queiram instalar em Mirandela? Esta era a pergunta que lhe deixava.

E agora em relação a este novo Regulamento, eu tinha aqui só duas pequenas dúvidas e gostaria que me esclarecesse. Quando a Senhora Presidente diz, ou o Regulamento diz, não vou personalizar isto na sua pessoa, mas vou personalizar no Executivo, quando o Executivo diz no artigo 8.º - “Programa do Procedimento:

1. O Programa do Procedimento é aprovado pela Câmara Municipal, onde constarão os seguintes elementos:
  - a. Forma e prazo de apresentação de candidaturas;
  - b. Preço por m<sup>2</sup> e respetivas condições de pagamento;
  - c. Descrição dos lotes disponíveis e suas características;
  - d. Possibilidade de candidatura à aquisição de lotes individuais ou múltiplos confinantes, quando o projeto de investimento o justifique;
  - e. Critérios de avaliação das candidaturas;
  - f. Outras condições específicas.
2. O procedimento inicia-se com a publicação do Aviso de Abertura, no portal do Município de Mirandela ([www.cm-mirandela.pt](http://www.cm-mirandela.pt)).
3. As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta por qualquer interessado nos serviços do Município e no sítio institucional deste.”



E passando para o artigo 11.º, Senhora Presidente, há aqui uma pequena incongruência e esta é que é aqui o ponto, diz assim o “artigo 11.º - Critérios de apreciação:

1. A análise das candidaturas para efeitos de hierarquização assenta, entre outros, nos seguintes critérios:
  - a. Criação de emprego e qualificação dos recursos humanos; (muito bem)
  - b. Fatores económicos; (muito bem)
  - c. Critérios ambientais; (muito bem)
  - d. Demonstração da capacidade financeira. (muito bem)
2. Cada critério será avaliado de acordo com a ponderação e parâmetros fixados no Programa do Procedimento.”

Senhora Presidente, o Programa de Procedimentos não diz nada disto, o que diz o Programa de Procedimentos é que é aprovado pela Câmara Municipal onde estarão os seus elementos, mas estes Procedimentos ainda não foram aprovados nem estão aqui plasmados, portanto, só depois de nós darmos o aval, através desta Assembleia Municipal, para que este Regulamento possa avançar, é que a Senhora Presidente vem-nos dizer quais são os critérios de procedimento.

Não acha que isto é uma incongruência? Não acha que isto é eu estar-lhe a passar um “cheque em branco”, para depois a Senhora Presidente vir apresentar uns procedimentos para os quais os critérios não serão aqueles que estão aqui plasmados?

Eu, Senhora Presidente, muito sinceramente gostava que isto fosse mais explícito, para não cairmos naquela questão, que eu sei que não vamos cair, mas podemos cair noutras, que tem exatamente a ver com aqueles lotes que lá estão, completamente, eu não vou dizer abandonados, mas com erva a sem serem utilizados e que muita falta faziam e que esta Câmara Municipal, ao abrigo daquilo que foi a Recomendação que foi aprovada aqui, por unanimidade, ainda não conseguiu reverter para a Câmara Municipal e aquilo que eu lhe perguntava é, o que é que falta?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estivemos a preparar muito bem este Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial do Município de Mirandela, porque muitas das questões com que nos deparamos no dia-a-dia na atual Zona Industrial também se prendem pelo Regulamento que havia já muito antigo da Zona Industrial e que portanto, tínhamos dificuldades em resolver algumas das questões, mesmo das reversões.

Neste momento temos dois terrenos que estão em reversão da antiga Zona Industrial, muitos dos terrenos que provavelmente o Senhor Deputado *Jorge Humberto* poderá estar a falar, ou são antigas situações que estão vendidos e estão na posse de associações, ou outras e que não são propriedade da Câmara Municipal, há até um lote que a única obrigação no contrato de compra e venda, ou na cedência, era a construção de um muro de suporte e, por isso, a Câmara Municipal não pode naturalmente ter nenhuma interferência nessas questões, podemos é sim, trabalhar no futuro e trabalhar neste Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial.

Nós fizemos um levantamento de tudo o que existe na caracterização da Zona Industrial do Município de Mirandela, isto é um documento que reporta a 2022, em que temos a caracterização, a distribuição dos postos de trabalho e esta análise foi importante, para também nos dar algumas orientações naquilo que poderia haver até na divulgação de Avisos, dando também um instrumento de apoio à Associação Comercial e Industrial de Mirandela, que tem sido uma parceira importante neste setor do investimento empresarial.

Este Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial, tem como lei habilitante a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e há aqui uma situação que eu julgo que o Senhor Deputado não percebeu, ou seja, nós temos por um lado os critérios de apreciação que vão constar num Aviso de Abertura de cada uma das Candidaturas, que está definido no artigo 8.º, ou seja, este Regulamento é de alguma forma abrangente, de forma a que seja aprovado e que nos permita depois fazer Avisos de Candidaturas com determinados procedimentos e vai ser publicado obviamente para consulta.

Nós neste momento já temos muitas pré Candidaturas, algumas delas formalizadas, com um investimento até já aprovado a nível de Fundos Comunitários e por isso, este Regulamento vem aqui hoje para que possamos depois, lançar um Aviso de Abertura no Programa de Procedimento, que será aprovado pela Câmara Municipal, onde constarão os elementos que fazem parte do Programa de Procedimento do artigo 8.º.

Relativamente ao n.º 4 do artigo 6.º nós temos uma Comissão de Análise de cinco pessoas, os critérios vão estar bem definidos de cada Aviso e por isso, obviamente que julgamos que será o melhor Regulamento para fazer face aos desafios do futuro, no acolhimento de empresas na nossa expansão da área industrial.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu não estou a por em causa a boa-fé que a Câmara Municipal tem acerca deste processo, não é isso que eu estou aqui a dizer Senhora Presidente, o que eu acho é que este artigo 8.º, quando diz: “*O Programa do Procedimento é aprovado pela Câmara Municipal, onde constarão os seguintes elementos*”, e depois passando para o artigo 11.º onde diz: “*Cada critério será avaliado de acordo com a ponderação e parâmetros fixados no Programa do Procedimento*”.

Senhora Presidente, eu não estou a falar da má-fé, ou de qualquer tipo intencional que a Câmara Municipal possa ter neste ponto, aquilo que eu lhe estava a pedir e era para tentar perceber, porque é que o artigo 8.º, onde diz: “*O Programa do Procedimento é aprovado pela Câmara Municipal, onde constarão os seguintes elementos*”. Porque é que não é mais claro? Porque é que não nos diz quais são os procedimentos? Porque é que não nos diz qual é o critério que vai estar, porque é que não nos pode dizer isso? Ou seja, a Câmara Municipal vai aprovar um Programa de Procedimentos e esse Programa de Procedimentos que a Câmara Municipal vai aprovar, que não será a Assembleia Municipal, será apenas a Câmara Municipal, porque a autorização é-lhe dada hoje, a Senhora Presidente diz depois que, cada critério será avaliado de acordo com a ponderação e parâmetros fixados no Programa de Procedimentos.

A minha dúvida é porque é que não está plasmado aqui num artigo qualquer, qual é o Programa de Procedimentos Senhora Presidente. Era só isto que eu lhe pedia, mais nada. Não estou a falar na má-fé que a Câmara Municipal possa estar a utilizar nisto, mas acho que era mais transparente, porque eu vou-lhe dar um voto para um Programa, que depois a Senhora Presidente em reunião com os Senhores Vereadores e que provavelmente os Senhores Vereadores da Oposição irão votar favoravelmente, não sei, penso eu, terão essa postura e eu vou-lhe dar um voto, que depois não sei quais são os critérios que a Senhora Presidente diz que vai ser aprovado em Reunião de Câmara. Era só isto, mais nada.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, o que é que a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e todos os mirandenses pretendem? É instrumentos que sejam rigorosos, mas flexíveis de Abertura de Candidaturas, certo? E portanto, os regulamentos municipais, por exemplo, o Regulamento Municipal do Mercado, o Regulamento Municipal do Mercado é a lei interna no concelho que nos obriga a tomar determinadas decisões relativamente, por exemplo, a um imóvel, é muito difícil à Câmara Municipal retirar um imóvel que esteja encerrado, porque tem uma série de situações que nos causam problemas na sua aplicação. Um regulamento municipal e como se costuma dizer, eu não sou jurista, tem que contribuir para que haja regras, mas que as regras possam ser definidas por Avisos de Abertura, por exemplo de Candidaturas, por exemplo, em relação ao Mercado Municipal e depois vem aqui criticar que há muitos lotes que estão entregues e que deviam ser por interesse público, o processo de determinação de interesse público não é assim tão simples, ou seja, há muitos regulamentos que dificultam a sua aplicação de tudo aquilo que está escrito no regulamento e depois criticam que há muitas lojas no Mercado fechadas, depois criticam que os lotes da Zona Industrial deviam ser mais ágeis de poderem ser revertidos a favor da Câmara Municipal.

Este Regulamento, podem até ter dúvidas, mas foi pensado, foi verificado, esteve em consulta pública e permitirá à Câmara Municipal ter um regulamento de atribuição de lotes, segundo os critérios que saírem nos Avisos de Abertura, não tem que constar neste Programa de Procedimento, porque este Regulamento vai servir nos próximos anos, ou seja, para áreas de acolhimento empresarial e vai servir também para a atual para resolvermos algumas situações relativamente à atual Zona Industrial.

O rigor estará com toda a certeza na Comissão de Análise e também no Aviso de Abertura do Concurso, mas também não é um regulamento fechado, com critérios impossíveis de cumprir para as restantes empresas que se querem candidatar, ou seja, que definirá obviamente, tudo o que está aqui no artigo 8.º que é o Programa de Procedimento.

Temos a Zona Industrial particularmente concluída, precisamos de um Regulamento, porque o que temos atualmente ainda tem o preço em escudos, este regulamento vai substituir o atual e o risco que temos é nulo, porque existirá sempre a responsabilidade de ter o Programa de Procedimento, porque o que estava até aqui era tão limitado, que havia muitos problemas na atribuição e na reversão dos lotes, ou seja, se querem que fique igual, então fica o que está, isto vai depender da Assembleia Municipal. E o que está servirá como serviu até aqui, com todos os problemas inerentes na sua aplicação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu não quero que me interprete mal, aliás, aquilo que eu lhe digo e volto a frisar não estou a dizer que a Câmara Municipal aqui está de má-fé, antes pelo contrário, eu dou-lhe os parabéns por este Documento, a si e ao seu Executivo dou-lhe os parabéns, só que para eu lhe dar nota 20, como diz o Professor *Marcelo Rebelo de Sousa*, faltava aqui o esclarecimento do que é este Programa de Procedimentos que vai ser aprovado pela Câmara Municipal, mas que eu vou dar autorização à Câmara Municipal para os fazer.

Eu não quero dizer que a Senhora Presidente, ou o seu Executivo irá fazer os procedimentos que ponham em causa todo este Documento, não é isso que eu estou a dizer, mas era de bom-tom que estivessem aqui plasmados esses procedimentos, era isso que eu lhe queria dizer.

Quanto à questão daquilo que foram os erros do passado, eu dou-lhe inteira razão e acho muito bem, aliás, lendo este Regulamento, para quem não teve oportunidade de o ler como eu tive, com muita dedicação, fica blindada a possibilidade que aconteceu com os lotes que lá estão, agora Senhora Presidente, não me venha dizer que é impossível fazer a reversão daqueles lotes que lá estão.

A Senhora Presidente passou dois documentos durante o seu mandato, de Interesse Relevante Municipal, um para um projeto em Barcel que não sabemos como é que está e como é que anda e se a Senhora Presidente não sabe, implica, essa passagem desse documento de Interesse Relevante Municipal, permite aos promotores desses projetos negociar com a Banca com outras formas de negociação e passou outro aquilo que há pouco acabamos de falar, que foi para a Quinta do Choupim. Senhora Presidente, portanto, estes documentos de Interesse Relevante Municipal passam a ser mais importantes do que os Pareceres da própria APA – Agência Portuguesa do Ambiente e do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Senhora Presidente.

Não diga que é uma coisa assim tão difícil de fazer a reversão, se a Câmara Municipal fizer a utilização do direito de interesse relevante para o desenvolvimento de Mirandela, daqueles terrenos que lá estão na Zona Industrial, Senhora Presidente, obviamente vai ter custos, a Câmara Municipal não pode chegar lá e fazer a expropriação, não é isso que eu estou a dizer, vai pagar é o preço do mercado, mas põe ao serviço da população sem preços especulativo. Era só isto que eu lhe queria dizer Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* nos referisse quais são os lotes a que se refere, é verdade, porque aqueles que estão em processo de reversão são dois lotes, temos vários lotes que, ou têm projetos aprovados e vão iniciar as obras, porque há um prazo para início das obras, ou então são lotes que já foram vendidos há muitos anos e que são propriedade não da Câmara Municipal, mas de outras entidades.

Quero só também fazer referência aqui ao artigo 8.º Programa do Procedimento, para vermos os elementos que constam do Programa do Procedimento, forma e prazo de apresentação de candidaturas, ora bem, quando sai um Aviso de Abertura eu digo, o

Aviso de Abertura está aberto do dia X ao dia Y e a forma é a forma digital de entrega de candidaturas; o preço por m<sup>2</sup> e respetivas condições de pagamento; a descrição dos lotes disponíveis e as suas características, ou seja, são questões que têm a ver com a Candidatura em si, a possibilidade de Candidatura a aquisição de lotes individuais ou múltiplos, conforme confinantes, quando o projeto de investimento o justifique, ou seja, quando há um investidor que precisa para construir de cinco lotes, pode haver aqui esta possibilidade; critérios de avaliação das Candidaturas, que depois vão ser analisadas na Comissão de Análise e outras condições específicas, ou seja, são questões que têm a ver com o próprio procedimento do Aviso de Abertura que queremos que conste, após a aprovação deste Regulamento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Senhora Presidente e Senhores Deputados, dada a questão colocada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, eu proponho um intervalo de 10 minutos para nós tentarmos perceber se existe a possibilidade de burilar um consenso, sobre a redação final do Documento.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fizemos este pequeno intervalo no sentido de perceber também melhor esta análise mais profunda que fez o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, relativamente ao artigo 8.º e ao artigo 11.º e aquilo que percebi, Senhor Deputado veja se é mesmo isso, o Senhor Deputado considera que, a designação de programa de procedimento no artigo 8.º, que tem a ver no fundo com um conjunto de documentos gerais de candidatura, não deveria ter a mesma designação de mesmo programa de procedimento definida no Ponto 2 do artigo 11.º dos critérios de apreciação e isto porque o programa de procedimento aprovado pela Câmara Municipal, onde constam os elementos, forma e prazo de apresentação das candidaturas, preço por m<sup>2</sup>, descrição de lotes disponíveis, possibilidade da candidatura, critérios de avaliação da candidatura e outras condições específicas, trata-se de documentos obrigatórios de uma candidatura e depois, no artigo 11.º análise das candidaturas para efeitos de hierarquização assentará num conjunto de critérios, em que tem como primeiro critério a criação de emprego e qualificação de recursos, fatores económicos, critérios ambientais, demonstração da capacidade financeira e depois o Ponto 2 diz: “Cada critério será avaliado de acordo com a ponderação e parâmetros fixados no Programa do Procedimento”.

No entendimento do Senhor Deputado *Jorge Humberto* e na minha opinião parece-me também correto que, esta dupla designação do programa do procedimento, não estará na sua melhor redação, ou seja, na opinião, corrija-me por favor se eu estou errada, na opinião do Senhor Deputado o artigo 8.º dever-se-ia chamar programa de candidatura, ou documentos gerais de candidatura e depois sim, o programa do procedimento do Aviso que venha a ser aberto oportunamente e tal como disse a Senhora Presidente e também de acordo com cada procedimento que haja intenção de abrir, assim haverá um programa do próprio procedimento relativamente a esse Aviso, com o respetivo critério de ponderação e esse sim, a Câmara Municipal que gere esse Aviso, é que deve ter a aprovação do mesmo.

Não sei se a Senhora Presidente quer dizer alguma coisa sobre isto, se acha que está satisfeita com a redação, se é assim que se deve prosseguir à votação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pela oportunidade, de qualquer forma este Regulamento esteve em consulta pública, foi divulgado por todos, foi consultada também a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, como já referi, fizemos uma análise dos problemas que temos no atual Regulamento e também fizemos a consulta de outros regulamentos de áreas de acolhimento empresarial e pareceu-nos que esta era a redação que melhor servia os interesses do Município, das empresas e portanto, foi esta a versão do Regulamento que foi aprovado em Reunião de Câmara, parece-me que estaremos em condições de aprovar o regulamento, até porque temos que fazer Avisos de abertura, para que possamos entregar os terrenos para construção das empresas, dos investidores, na nova Área de Acolhimento Empresarial.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos colocar o Ponto a votação sem as alterações sugeridas, ou seja, com a sua redação original.

----- Efetuada a votação e estando 42 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 39 votos a favor, aprovar o Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial do Município de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

A Declaração de Voto da CDU na abstenção tem dois motivos muito claros, primeiro porque sabendo que retirando este ponto da discussão da Assembleia iríamos atrasar aquilo que serão as candidaturas que a Câmara Municipal já tem em mente e nós iremos ficar a analisar qual vai ser o procedimento de celeridade deste processo.

Agora há aqui uma coisa que não fica clara e eu quero explicitá-la muito bem, o que diz no n.º 1 do artigo 8.º diz: “O Programa do Procedimento é aprovado pela Câmara Municipal, onde constarão os seguintes elementos: a. Forma e prazo de apresentação

de candidaturas; b. Preço por m<sup>2</sup> e respetivas condições de pagamento; c. Descrição dos lotes disponíveis e suas características; d. Possibilidade de candidatura à aquisição de lotes individuais ou múltiplos confinantes, quando o projeto de investimento o justifique; e. Critérios de avaliação das candidaturas; f. Outras condições específicas.”, mas onde podem constar outros procedimentos que nós não sabemos quais são e por isso daí a nossa abstenção, porque depois n.º 2 do artigo 11.º diz: “Cada critério será avaliado de acordo com a ponderação e parâmetros fixados no Programa do Procedimento.”, o Programa do Procedimentos quais são? Não sabemos, mas sabemos que no Programa do Procedimento constam os seguintes elementos: a. Forma e prazo de apresentação de candidaturas; b. Preço por m<sup>2</sup> e respetivas condições de pagamento; c. Descrição dos lotes disponíveis e suas características; d. Possibilidade de candidatura à aquisição de lotes individuais ou múltiplos confinantes, quando o projeto de investimento o justifique; e. Critérios de avaliação das candidaturas; f. Outras condições específicas”, mas o Programa do Procedimento é mais do que isto e, é por isso que a CDU faz a abstenção.”

----- O Senhor Deputado Municipal **PAULO PINTO** (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Considerando a necessidade de aprovar um novo Regulamento que discipline o processo de atribuição de lotes da nova Zona Industrial;

Considerando ter decorrido a consulta pública e não terem existido quaisquer sugestões;

Considerando que, pequenas alterações propostas pela ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mirandela foram consideradas.

A Bancada do PSD votou favoravelmente este Ponto.”

**4.7 - Proposta de Aprovação da Minuta dos Contratos Interadministrativos dos Serviços Públicos de Água, Saneamento e Resíduos com as Uniãos de Freguesias.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/06/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos Membros do PS e três abstenções dos Membros do PSD, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a Minuta do Contrato Interadministrativo a celebrar com as quatro Uniãos de Freguesia identificadas na supra referida proposta e cujo objeto versa sobre os sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos, conferindo poderes à Senhora Presidente de Câmara para a sua assinatura, conforme proposto.”**

----- O Senhor Deputado Municipal **JORGE HUMBERTO** (CDU) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu esperava que os Senhores Presidentes de Junta que vão celebrar este Contrato, gostava de os ouvir manifestarem-se de sua voz o que é que acham deste Contrato, se foram auscultados, se não foram auscultados, se participaram na elaboração deste Contrato. Mas como faz parte daquilo que é a posição da CDU nesta Assembleia Municipal. Eu queria levantar aqui só um ponto, que acho que faz todo o sentido nós interrogarmo-nos com a finalidade do Ponto em questão e em causa e eu vou passá-lo a citar: *Cláusula n.º 3 - O Município de Mirandela continua a ser a entidade titular e/ou gestora, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, na área territorial em que o serviço de abastecimento de água é efetuado pela União de Freguesias de \_\_\_\_\_; Mantêm-se na esfera do Município todas as obrigações de cumprimento da legislação em vigor, mais precisamente;*

- a) O regime legal de controlo da qualidade da água para consumo humano, previsto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, na sua atual redação;*
- b) Proceder ao reporte de informação da qualidade da água à entidade reguladora competente, ou seja, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);*
- c) Elaborar a proposta tarifária e remetê-la, acompanhada da respetiva fundamentação económico-financeira, à entidade reguladora para efeitos de parecer;*
- d) Remeter o tarifário aprovado à ERSAR, acompanhado da respetiva deliberação municipal;*
- e) Proceder ao reporte das contas reguladas dos serviços de águas à ERSAR, nos termos por esta definidos, acompanhada dos documentos de prestação de contas;*
- f) Proceder anualmente ao reporte de informação do processo de avaliação da qualidade do serviço à ERSAR.”*

E agora está aqui o ponto que eu gostava que os Senhores Deputados, a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, prestassem uma atenção mais cuidada, diz assim o ponto n.º 3: “*O Município de Mirandela pode transferir o cumprimento das obrigações previstas no número anterior, para uma empresa municipal ou intermunicipal, caso estas estejam constituídas, ou se constituam, como responsáveis pelo serviço de abastecimento de água para consumo humano*”.

Eu acredito que toda a gente tenha percebido o que é que isto quer dizer, se não perceberam eu posso explicar de uma forma mais clara, sabemos nós que é intensão, tanto do Partido Socialista, com do Partido Social Democrata, é fazer a verticalização da água e fazendo a verticalização da água estas Uniãos das Freguesias, amanhã, ou daqui a um ano, quando a gestão da água passar para a Resíduos do Nordeste, este contrato que vocês vão assinar hoje, vão para além de pagar as taxas dos resíduos do qual obrigatoriamente estarão sujeitos, porque assim o determina a lei, passarão também a pagar a água que consomem e isto é que deve



estar em causa, por que razão é que este ponto está aqui, visto que é um acordo em que a gestão da água pertence às União das Freguesias, mas no ponto 3 está aberta a porta, para aquilo que será a cobrança da água, seja ela de uma empresa municipal, intermunicipal, ou até mesmo com capitais privados.

Eu deixava aqui esta informação adicional, por isso é que eu aqui manifestei a minha surpresa, em que os Senhores Presidentes de Junta que vão assinar este contrato, se sabem realmente o que é que estão a aprovar e o que é que estão a assinar, porque depois não venham dizer que foram enganados, que fique bem claro.

Este é o papel que me reserva a mim como Deputado eleito da CDU, na defesa daquilo que é o mais básico interesse em que a água deve ser pública e deve ser de todos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que relativamente à Minuta dos Contratos Interadministrativos dos Serviços Públicos de Água, Saneamento e Resíduos com as União das Freguesias, isto tem a ver com as União das Freguesias, mais concretamente com quatro aldeias em particular, trata-se de uma obrigação da ERSAR, ou seja, o Município de Mirandela é responsável e é a entidade titular gestora na área territorial, cujo serviço de abastecimento de água é efetuado pela União das Freguesias e as obrigações do cumprimento da legislação em vigor, o regime legal de controlo da água, o reporte da informação, a proposta tarifária, o tarifário aprovado na ERSAR, o proceder ao reporte das contas e anualmente o reporte da informação do processo de avaliação da qualidade do serviço à ERSAR, ou seja, a Câmara Municipal tem responsabilidade sobre estes pontos todos, apesar de serem as União das Freguesias, neste caso, que fazem a gestão do sistema público de abastecimento de água e por isso mesmo, é obrigatório a Câmara ter um contrato interadministrativo em que a competência da gestão da água é da União das Freguesias, mas é Câmara que é responsável pelo tratamento de todos os dados relativamente a esse abastecimento, ou seja, nós estamos em falta quando não temos um contrato interadministrativo assinado.

Relativamente ao ponto 3, obviamente que este é o modelo que a ERSAR utiliza relativamente aos contratos interadministrativos, porque isto não vincula, nem o Município de Mirandela, nem as União das Freguesias de que vai haver a transferência do cumprimento das obrigações previstas, para uma empresa municipal, ou intermunicipal. Aliás, este Executivo comprometeu-se com a Assembleia Municipal que, no que trata ao sistema público de abastecimento de água, qualquer decisão seria sempre vinculada à decisão da Assembleia Municipal.

Trata-se de um assunto e de um tema importante e portanto, em todas as reuniões que tem havido com a tutela, a Câmara Municipal tem sempre a mesma referência relativamente à questão da água, quem decidirá, obviamente, será numa tutela superior àquilo que é o Executivo municipal e portanto, isto só vincula o facto de que pode transferir, não diz que vai transferir, ou seja, e é importante que o Senhor Deputado leia bem as frases, porque efetivamente esta é uma minuta que consta da tutela.

Entretanto, nós acoplamos aqui a situação dos serviços de saneamento e resíduos. Eu passo a explicar porquê. Desde sempre que a Câmara Municipal faz através da fatura da água a cobrança dos valores de saneamento e resíduos, ou seja, muitos dos sistemas que nós temos estão acoplados, porque é a única forma de nós podermos cobrar esses serviços.

Isto quer dizer que, quando nós não temos a gestão pública de água de abastecimento, temos neste momento quatro aldeias do nosso concelho que pagam a água à União das Freguesias, mas o saneamento e os resíduos é pago pelos restantes consumidores e pelo orçamento da Câmara Municipal. Bem sei que é uma situação que se arrasta há muitos anos, bem sabemos que é uma atitude, que é uma obrigação da Câmara Municipal, mas também nas União das Freguesias assegurar que o pagamento daquilo que é o saneamento e o resíduos, deve ser igual em todo o concelho e por isso seria de todo justo que esse suporte desse custo do saneamento e resíduos, fosse feito aos municípios de todas as aldeias, como todas as outras fazem e portanto esta exceção, julgamos nós, será injusta para todos aqueles que fazem este pagamento, porque a verdade é que a Resíduos do Nordeste continua a faturar à Câmara Municipal a recolha de resíduos e, a verdade é que nós continuamos a pagar às Águas do Norte o saneamento que essas aldeias levam às nossas estações de tratamento.

Este contrato interadministrativo está para a Assembleia Municipal se pronunciar, votar, porque esta é uma questão que já foi várias vezes falada com os Senhores Presidentes, eu respeito sempre a opinião dos Senhores Presidentes, mas a Assembleia Municipal terá forçosamente que ter uma palavra a dizer sobre esta situação, porque a responsabilidade da água é sempre da Câmara Municipal, apesar da gestão ser das União das Freguesias. A responsabilidade de pagamento está a ser obviamente dividida por todos, pelo nosso Orçamento municipal e portanto, eu percebo que haja uma exceção já há muitos anos, mas chegar a altura que esta situação possa ser esclarecida e portanto também coloco isto à discussão de todos, acho que foi claro para todos a situação que temos, sem prejuízo daquilo que é e sem importância que estes municípios destas quatro aldeias têm, permita-me dizer que temos que ser equitativos entre todos, e portanto, esta exceção obviamente que não cria justiça no território, nem social, nem económica e por isso queria também saber a vossa opinião, juntamos os três sistemas porque são os três sistemas que estão em causa, apesar da água se manter na esfera da gestão das União das Freguesias.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu sei ler, sei ler e sei o que diz, obviamente que o Município de Mirandela não diz que vai, mas diz uma coisa mais importante, diz que pode, portanto, para bom entender, meia palavra basta. O Município de Mirandela pode transferir o cumprimento das obrigações previstas no número anterior, e o número anterior foi aquele que eu aqui elenquei. Se a pretensão e obviamente, que não vamos, eu não queria entrar neste discurso do diz que diz, mas olhando para aquilo que têm sido os discursos políticos, por exemplo, o atual Presidente da Resíduos do Nordeste, em várias entrevistas em canais de comunicação, sejam eles regionais, porque provavelmente só terá direito aos regionais, porque para os nacionais a importância que tem será pouca, isso é uma avaliação que eu faço pessoalmente e assumo-a aqui perante estes microfones, que diz que, o mais importante é nós passarmos a que a água passe a ser gerida pela Resíduos do Nordeste e compreendendo eu e percebendo também que a Câmara Municipal de Mirandela nos seus 16,9 %, como disse a Senhora Presidente há pouco, não é força, mas ficará claro que, quando isto estiver em cima da mesa, o Município de Mirandela não vai transferir, mas pode transferir.

E transferindo, os pontos que estão aqui, o a, b, c, e d, vão ser pagos pelas Juntas de Freguesia, ou seja, aquilo que até agora neste Protocolo é uma responsabilidade da Câmara Municipal, emprestar estes serviços às União das Freguesias, passarão a ser as União das Freguesias que passarão a ter esta responsabilidade junto da Resíduos do Nordeste e é isto que está aqui em causa, porque se não fosse isto que estivesse aqui em causa Senhora Presidente, o ponto 3 dizia assim, o Município de Mirandela não vai transferir o cumprimento das obrigações previstas no número anterior, sem o acordo das Juntas ou União das Freguesias, tão simples quanto isto, era mudarmos aqui três letras, o Município de Mirandela não vai transferir o cumprimento das obrigações previstas sem o acordo das União das Freguesias.

E assim, eu estaria aqui calado, iria votar a favor e assim vou votar contra, independentemente de não saber como é que vão votar as União das Freguesias este Ponto, é só isto que está em causa.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu só vinha informar que, realmente as União das Freguesias já fizeram várias reuniões com a Câmara Municipal, neste caso com os Senhores Vereadores, mas não chegamos a entendimento e portanto, eu quero informar que os Presidentes das União das Freguesias, vão votar contra este Ponto, porque não concordam com algumas alíneas que estão transcritas neste Documento e por isso, nós enquanto Presidentes dessas União das Freguesias achamos que essas alíneas não condizem com aquilo que nós pensamos e por isso vamos votar contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto aquilo que ouvimos aqui há uns dois, três anos atrás, o facto de haver um Regulamento que proíbe que cada Junta de Freguesia individual e per si, por conta da Câmara Municipal aceda a fundos comunitários, para a instalação ou a renovação das suas redes de saneamento, de água, eu acho que isso é abusivo, isso é condicionar todo um processo, é como apontar uma pistola sobre a cabeça dos Senhores Presidentes de Junta e das Câmaras Municipais.

Houve uma entidade maior, que foi a Comunidade Europeia, que faz um regulamento e que diz que agora, para poderem aceder a fundos comunitários tem que haver candidaturas em escala, então quer dizer que, têm de ser muitas Juntas de Freguesia, tem de ser uma Câmara com muitas Juntas de Freguesia, a Câmara conjuntamente com outras Câmaras, a fazerem candidaturas para a renovação da rede de saneamentos e de água.

Eu acho que isto é pouco democrático, não valoriza a democracia e temos aqui este exemplo, portanto, a Bancada do PSD, conjuntamente com os Senhores Presidentes de Junta vai votar contra, na qual faremos uma Declaração de Voto.

Eu chamo a atenção, só falta a água ser, depois do próximo arresto que Portugal possa ter, Deus queira que não, depois da luz, só falta a água. Porque os países grandes só querem estes bens maiores, de grande soberania, porque estes é que são rentáveis, o povo está obrigado a dar-lhe toda a rentabilidade. Lembro que a EDP através da luz, virou propriedade de um grupo chinês e só falta a água, se bem se lembram, da última vez em Lisboa era a Softluz e os transportes públicos de Lisboa que estavam a ser privatizados e a solução encontrada com a Geringonça foi que os transportes públicos passaram a ser todos propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, onde as privatizações já não são mais fáceis, porque por conta do Governo, podendo vir outro governo liberal, privatizar o setor público dos transportes em Lisboa, é por isso que eu em algumas coisas também sou comunista. E marco aqui a minha posição.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com efeito, queria expressar à Assembleia Municipal aquilo que é o posicionamento dos Membros que constituem a Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela, esta é uma matéria que não se reveste de natureza ideológica, é uma matéria muito séria, de consciência e olhamos para a água como o maior bem essencial a par de outros e é um bem essencial humano e que no futuro, precisa de ser devidamente acautelado a cada momento, pois vai ser um problema sério, a água, a sua gestão e o seu fornecimento para o futuro.

E nesse sentido, não obstante na cláusula 3.ª dizer expressamente que: “mantém-se na esfera do Município todas as obrigações de cumprimento da legislação em vigor...”, mais precisamente e elas são elencadas da alínea a), à alínea f), contudo, no ponto 3.º apresenta-se um ponto de fuga destas obrigações da Câmara Municipal, quando expressa claramente que: “O Município de Mirandela pode transferir o cumprimento das obrigações previstas no número anterior, para uma empresa municipal, ou intermunicipal...”, com a agravante de mencionar, “...caso estas estejam constituídas...” e dizendo mesmo: “...ou se constituam...”. Portanto, remetendo sempre esta possibilidade para o futuro e o nosso entendimento e o nosso olhar sobre esta matéria, como bem de primeira necessidade e elementar da água e o seu fornecimento, entendemos que este ponto 3, não é suscetível de merecer o acompanhamento dos Membros da Mesa da Assembleia Municipal, na votação favorável deste Documento.

Para nós, o serviço de fornecimento, de gestão e de todas as obrigações elencadas na lei, deve manter-se estritamente na esfera do Município.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu agradeço a oportunidade para esclarecer, mas é bom que fiquem claras três situações que nos responsabilizam a nós e é bom que isso fique claro nesta Assembleia Municipal, por um lado o Regime Jurídico do Serviço de Abastecimento de Água, artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, obriga a que haja um contrato interadministrativo de gestão delegada dos serviços de água. Neste momento a responsabilidade da gestão da água das Juntas de Freguesia, é deste Executivo e por isso tem que haver um contrato de gestão delegada às União das Freguesias, ou seja, a Assembleia Municipal está aqui a colocar a responsabilidade no Município,



quando a gestão efetiva da água e do serviço como foi elencado pelo Senhor Deputado, do controlo da qualidade da água, é única e exclusiva das União das Freguesias, porque a Câmara Municipal não faz interferência nenhuma com o serviço de abastecimento de água das aldeias, que para saberem é, Barcel, Romeu, Navalho e Franco, são quatro aldeias, não são as União das Freguesias todas, porque as outras aldeias dessas União das Freguesias, têm o serviço de abastecimento público de água, monitorizado pela Câmara Municipal, ou seja, este Executivo é responsável pela transmissão dos dados à ERSAR, é responsável pela qualidade da água sem que tenha uma interferência direta na gestão da própria água.

E por isso, quero que fique claro que, este Contrato Interadministrativo e este Ponto n.º 3, é colocado porque é um contrato tipo da ERSAR que coloca este Contrato Interadministrativo, como responsabilidade deste Executivo, não é dos Membros da Assembleia Municipal. Isto é aprovado em Assembleia Municipal, mas a responsabilidade é do Executivo e isso julgo eu, que se trata de uma manifesta responsabilidade injusta de alguma forma, porque efetivamente não há qualquer interferência dos Serviços de Água da Câmara Municipal nestes sistemas.

Por outro lado, em relação aos resíduos e saneamento, ninguém quer prejudicar os habitantes de Barcel, Romeu, Navalho e Franco, mas que fique claro que muito daquilo que é o défice estrutural do sistema de resíduos e do sistema de saneamento, é pago por todos nós, ou seja, estes sistemas não são sustentáveis por si, a taxa de gestão de resíduos, que todos estamos a pagar, estas quatro aldeias são exceção, ninguém quer que este sistema seja único para estas aldeias, ou seja, não estamos a ser justos e equitativos no nosso território. E é bom que fique claro que, não há nada que diga que estas quatro aldeias não têm de ter esse benefício, provavelmente todo o concelho devia ter este benefício, de não pagar resíduos e não pagar saneamento, mas o que é certo é que, o princípio do utilizador/pagador obriga-nos a ser justos em todo o concelho e mesmo dentro das respetivas União das Freguesias, por exemplo, porque é que um habitante de Vila Boa paga taxa de resíduos e taxa de saneamento e um habitante do Franco não para taxa de resíduos, nem taxa de saneamento?

Alguém percebe que isto será possível em 2023, que tenhamos esta discriminação negativa para os outros habitantes todos do concelho?

É bom que fique claro que esta Assembleia Municipal tem que ter esta responsabilidade, porque esta responsabilidade não pode ficar só neste Executivo, ou seja, eu sei que é populista e é interessante, nós estamos de acordo com as isenções, com o facto das pessoas não pagarem, eu concordo, tomáramos nós que ninguém pagasse nada a ninguém, mas o que é certo é que os orçamentos assim não são sustentáveis.

Eu quero de novo afirmar que toda a responsabilidade da gestão da água, de abastecimento das quatro aldeias é da Câmara Municipal, porque não há gestão delegada, quem reporta os dados todos para a ERSAR é a Câmara Municipal e acho de extrema injustiça que isso não aconteça também em relação aos outros habitantes de todo o concelho. Esta é uma situação que já existe há demasiados anos, é verdade, eu compreendo que nenhum momento é bom para que as pessoas comecem a pagar um serviço público do qual usufruem, mas tem que ser em qualquer momento.

Portanto, se por um lado, a gestão de abastecimento público de água tem que haver obrigatoriamente um contrato interadministrativo entre a entidade que gere a água e a entidade responsável pela água, a verdade é que relativamente ao saneamento e resíduos, depois de múltiplas reuniões com as União das Freguesias não foi possível chegar a acordo, mas esta situação tem de ser do conhecimento de todos os Membros da Assembleia Municipal e também, obviamente, porque fazem parte da nossa Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia Municipal e por isso, é bom que este assunto fique hoje muito claro, porque é um assunto extremamente importante e eu também quero partilhar com todos algumas das questões que são colocadas, porque a política não é só feita de coisas boas, também é feita de decisões que não são populares e podem não ser boas, mas são justas e é por aí que eu quero partilhar convosco este sentimento, é a justiça que está aqui em causa e é responsabilidade deste Executivo pela gestão que não é feita pela Câmara Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, vamos lá ver se nós conseguimos chegar aqui a um ponto de concórdia, porque eu não quero ser acusado de estar aqui a cometer um lesa pátria a quem quer que seja, muito menos ao Município de Mirandela e obviamente que aqui o que está em causa Senhora Presidente, não tem a ver com a questão das taxas dos resíduos, Senhora Presidente, não vamos misturar as coisas. Aquilo que está aqui em causa, obviamente que é um serviço prestado na questão do saneamento e dos resíduos, obviamente que estas União das Freguesias assinando este Protocolo e bem, ficam submetidas aquilo que é o parâmetro normal da gestão dos resíduos do nosso concelho, nisso estamos todos de acordo.

Aqui não estamos a criar uma diferenciação positiva, nem negativa, uns pagam e os outros não pagam, eles ficam a pagar na mesma e pelo menos eu e o meu Partido não temos nada contra isso. O que está aqui em causa Senhora Presidente, é este ponto que está aqui, este ponto que a Senhora Presidente pôs aqui e eu até acredito e também sei que é verdade, que este ponto é um *copy/paste* daquilo que quer a ERSAR, nós sabemos ao serviço de quem está a ERSAR. A mim espanta-me muito por exemplo, olhando para a Mesa da Assembleia Municipal, ver Vereadores do PSD que assinaram de cruz e votaram unanimemente isto, porque obviamente que estão de acordo e é pena que a Bancada esteja contra.

Senhora Presidente, eu votava a favor deste documento sem qualquer tipo de objeção se a Senhora Presidente pusesse assim no ponto 3: *“O Município de Mirandela não vai poder transferir o cumprimento das obrigações sem a aprovação das Juntas de Freguesia”*, e eu votava isto com toda a naturalidade.

Agora, quando nós estamos a votar um documento em que diz que a Câmara Municipal pode transferir o cumprimento das suas obrigações, obviamente que nós sabemos que aqui está a porta aberta para que isso vá acontecer e não vai demorar muito tempo, mas não será só a Câmara Municipal de Mirandela, irão ser muitas outras.

O que está em cima da mesa, quer pelo Governo português, quer pelos governos europeus, quer pelo diretório de Bruxelas é privatizar a água, por isto é que estão aqui estes pontos, começamos pela atribuição a empresas municipais, depois a intermunicipais com entrada de capitais privados nestas empresas, onde é que vai ser o fim? Quer que eu lhe diga daqui a dez anos? Estamos todos a pagar água que é privatizada, como acontece em vários países do mundo e concretamente alguns na Europa, que agora já estão outra vez a nacionalizar a privatização que fizeram dos serviços de abastecimento de água, Senhora Presidente.

É isto que está aqui em causa, mais nada, não é as taxas dos resíduos para as União das Freguesias, é a possibilidades da água que é daquelas União das Freguesias, que é deles, passe a integrar aquilo que a Câmara Municipal e a ERSAR passe para as empresas intermunicipais e passarão depois eles a suportar aquilo que são os custos, que agora suporta a Câmara Municipal e bem. Os custos que estão aqui elencados nas alíneas da a) a f).

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais esclarecer o Senhor Deputado de que os Senhores Vereadores do PSD não votaram a favor, conforme o Senhor Deputado afirmou, mas sim abstiveram-se.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu peço desculpa, li mal, foi aprovado por maioria com três abstenções dos Membros do PSD, peço desculpa pelo meu engano.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Clarificando, nem uma versão, nem a outra corresponde inteiramente à verdade, sobre aquilo que se passou na Reunião de Câmara, ou seja, o Senhor Deputado disse que os Senhores Vereadores votaram a favor, o Senhor Vereador disse que votaram contra, a deliberação daquilo que aconteceu na Reunião de Câmara dita o seguinte: *“A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos Membros do PS e três abstenções dos Membros do PSD, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela a Minuta de Contrato.”*

Clarificado, podemos prosseguir.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer uma referência, a Câmara Municipal de Mirandela, como sabem, teve durante muitos anos e os trabalhadores ainda se lembram com saudade desses tempos, tinha uma empresa municipal que prestava o serviço de águas, era os SMA – Serviços Municipalizados de Águas e que depois foi integrada na Câmara Municipal, juntamente com todos os trabalhadores. Os SAM era uma empresa municipal, gerida pela Câmara Municipal, existe em muitos concelhos empresas municipais dedicadas exclusivamente ao serviço de águas, tem algumas vantagens e os trabalhadores recordam com alguma saudade os SMA e pode ser essa estratégia da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, porque efetivamente uma empresa municipal dedicada exclusivamente ao serviço de água tinha vantagens na gestão pública da água.

O Ponto 3 diz assim: *“O Município de Mirandela pode transferir o cumprimento das obrigações previstas no número anterior, para uma empresa municipal, ou intermunicipal”*, mas o Município de Mirandela pode transferir o cumprimentos das obrigações da água, do saneamento e dos resíduos, nós temos os nossos resíduos numa empresa intermunicipal e não pagamos tão pouco, eu bem sei que a água é diferente, por isso eu concordo em absoluto que a água fique na esfera pública.

Eu não sou apologista que a água fique gerida por privados, porque nós depois teríamos de pagar o custo efetivo da água, que nós não pagamos. Agora, efetivamente o nosso sistema de transportes, por exemplo, está na CIM-TTM, a nossa recolha de resíduos está na Resíduos do Nordeste, ou seja, nós temos efetivamente a transferência de competências, da nossa competência para empresas municipais, ou intermunicipais. Obviamente que, se a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal decidirem em sede de Assembleia Municipal, com outros protagonistas naturalmente, que vai haver a transferência de competências do serviço de águas para uma empresa intermunicipal, as Juntas e União das Freguesia só poderão passar se a Câmara Municipal também passar, e portanto, isto não vincula nem a Câmara Municipal, nem as União das Freguesias. Porque se o Município de Mirandela não aderir a um conceito de verticalização da água e ficar com a gestão autónoma da água, obviamente que não há sistema das Juntas e União das Freguesias que passe para a empresa intermunicipal.

Ou seja, eu não sei se estão a entender o cerne desta questão, isto tem a ver com a definição das políticas da água, não terem a ver com estas quatro União das Freguesias em particular, o que se passa com estas União das Freguesias é que não é a Câmara Municipal a fazer a gestão da água, são as próprias União das Freguesias e por isso, quer em questões da água, de saneamento e resíduos tem que haver um contrato interadministrativo, sendo que, a questão do saneamento e resíduos, volto a dizer, é uma questão de justiça territorial.

Em relação ao serviço de água, o serviço de água só passará para a gestão de uma empresa intermunicipal se houver uma aceitação por parte desta Assembleia Municipal, que é esse compromisso que temos desde o início do anterior mandato e vamos mantê-lo.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos contra, duas abstenções e 18 votos a favor, não aprovar a Minuta do Contrato Interadministrativo a celebrar com as quatro União de Freguesia identificadas na supra referida proposta e cujo objeto versa sobre os sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos, conferindo poderes à Senhora Presidente de Câmara para a sua assinatura.**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto



Considerando que, as Juntas de Freguesia não são empregadas da Câmara Municipal, ou de outra entidade para a cobrança de qualquer taxa de resíduos e sem protocolo estabelecido para o efeito;

Considerando que, o aqui proposto é um assunto suficientemente importante, para ser colocado aos eleitores de freguesia em época eleitoral, sob pena de verem defraudadas as suas expectativas e anseios, quando a água é um bem público;

Considerando não ter o *timing* desta decisão, assim como regulamentos impostos de clareza democrática duvidosa.

A Bancada do PSD votou contra.

#### **4.8 - Proposta de Protocolo de Cedência do Edifício Escolar de Mascarenhas à Freguesia de Mascarenhas.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/06/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a Minuta do “Protocolo de Cedência do Edifício da Escola de Mascarenhas à Freguesia de Mascarenhas”, conferindo poderes à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, para a sua assinatura, conforme proposto.”**

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do “Protocolo de Cedência do Edifício da Escola de Mascarenhas à Freguesia de Mascarenhas”, conferindo poderes à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, para a sua assinatura.**

### **Outros Assuntos de Interesse para o Município**

#### **5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Com a extinção da Comissão Municipal de Acompanhamento da Covid-19, que felizmente já não é necessária e depois das intervenções da manhã do Excelentíssimo Senhor Presidente de Junta de Alvites *Eurico Carrapatoso* e do caríssimo amigo *Mário Vilarinho*, que aqui vieram apresentar variadíssimas questões relacionadas com a saúde do concelho, infelizmente a maioria delas do conhecimento dos nossos decisores, mas sem a proatividade que as situações exigiriam. Porque a saúde não tem Partido e porque temos de ser consequentes com a confiança que os munícipes depositaram em nós, ao sermos eleitos.

“Proposta

Eu, *Carlos Alberto Ventura Marques*, Membro desta Assembleia Municipal, venho propor à Mesa a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Saúde da Assembleia Municipal de Mirandela no Concelho.

Na sua composição, artigo 50.º, propõe-se que esta Comissão seja constituída por um Membro de cada Grupo Municipal.

Quanto ao seu funcionamento, o artigo 51.º do nosso Regimento, propõe-se que os respetivos Membros a integrar esta Comissão, sejam de indicação livre de cada um dos Grupos Municipais eleitos.”

----- Foram indicados os seguintes Membros para a Constituição da Comissão de Acompanhamento da Saúde da Assembleia Municipal de Mirandela:

- *Francisco José Esteves* (PS);
- *Luísa Maria Almeida Torres Belchior* (PS);
- *José António Costa Ferreira* (PS);
- *Mário José Medeiros Vilarinho* (PS);
- *Carlos Alberto Ventura Marques* (PSD);
- *Hernâni Torres Moutinho* (CDS/PP);
- *Jorge Humberto Correia Fernandes* (CDU);
- *José Eduardo Evaristo Cabanas* (Independentes).

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Resultou o endosso à Assembleia Municipal para deliberação e aprovação, de uma Proposta de Constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Saúde da Assembleia Municipal de Mirandela, nos termos em que está regimentado nos artigos 49.º, 50.º e 51.º, ou seja, no artigo 49.º, “*Cabe à Assembleia deliberar a criação de grupos de trabalho e comissões*”, no artigo 50.º define a forma como ela deve ser feita e a sua constituição, foi utilizada a figura de livremente as Bancadas Municipais indicarem um Membro a integrar e relativamente às regras de funcionamento da Comissão, como diz o artigo 51.º: “*Cabe à própria Comissão, depois, definir as regras*.”

Colocada a Proposta de criação desta Comissão Municipal da Saúde, nos termos em que foi apresentada e com os propósitos que foi apresentada pelo Senhor Deputado *Carlos Ventura*, vamos submeter a mesma a votação da Assembleia Municipal.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a criação da Comissão de Acompanhamento da Saúde da Assembleia Municipal de Mirandela.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Assim, segundo o artigo 51.º do Regimento, sob o funcionamento desta Comissão no ponto 1: “Compete ao Presidente da Assembleia convocar a primeira reunião e presidir à mesma para fazermos o arranque da Comissão e a definição do seu regulamento, irei convocar a respetiva reunião, de acordo com aquilo que está estipulado no Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela.

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“No passado 25 de junho, foi tornado público o cartaz das nossas queridas festas em honra de N. Sra. Do Amparo.

Quero desde já agradecer todo o trabalho e dedicação, bem como dar os parabéns também a todas as instituições, empresas e pessoas singulares que colaboraram ao longo do ano para que a festa se possa realizar.

Para uns o cartaz está perfeito, para outros poderia estar melhor. Julgo que o cartaz está adequado a todo o panorama atual da nossa sociedade e acredito que, desde que saibamos aproveitar com consciência cívica e tolerância, tudo irá correr da melhor forma e iremos de certo juntar à nossa coleção de memórias os bons momentos passados.

Aproveito também para agradecer todo o apoio do Município e da Junta de Freguesia, bem como agradecer antecipadamente a toda a Equipa Camarária que vai garantir a limpeza e organização extra da nossa cidade durante este período.

Meus colegas desejo-vos a todos uma excelente festa!

Encontramo-nos na Noite dos Bombos!

Grata pela vossa atenção.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que venha falar sobre a intervenção do cidadão *Fernando Pires* que, na parte final da reunião de 28 de abril usou da palavra no ponto da intervenção do público e que colocou em causa as minhas afirmações, a minha pessoa e até a gestão dos trabalhos desta Assembleia que vossa Excelência e respetiva Mesa têm vindo a efetuar com eficiência.

Eu já não estava presente pois tinha outros compromissos anteriormente assumidos, já que nunca imaginei que essa Assembleia durasse tanto tempo. Assim, ausentei-me depois das 16,30 horas e a segunda intervenção do público aconteceu muito depois dessa hora.

Após ontem ter lido a ata da respetiva reunião de 28 de abril, reparei nas palavras que esse cidadão proferiu e senti-me na obrigação de fazer algumas considerações e correções às mentiras e incorreções que usou para se justificar do óbvio e do que apresentei, nessa reunião.

Para ser mais breve, vejamos apenas três pontos:

1 – Aquele jornalista não precisava de vir aqui a falar de aspetos como a sua vida jornalística e de outros aspetos paralelos que em nada retiram a verdade do que eu apresentei. Se sentiu necessidade de vir aqui justificar-se de alguma coisa, ou não lhe comunicaram com correção o que aqui foi dito, (quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto), ou não estiveram atentos aos objetivos e ideias da nossa intervenção. Logo de início falamos em objetivos construtivos. E até admitimos que todos erramos. E que a errar é que se aprende. Tenhamos a humildade de reconhecer os erros e melhorarmos o nosso desempenho. É assim que se constrói cada um de nós, e a sociedade em geral.

2 - Como cidadão tem direito a intervir, mas esse direito não lhe dá outro de tecer comentários, críticas e análises distorcidas sobre os assuntos que se trazem a esta Assembleia. Refiro-me às palavras por ele proferidas, e passo a citar: “...onde é que nós estamos afinal?! Extrair de dois casos uma situação destas?! Isto é grave e vir para a Assembleia Municipal dizer uma coisa destas?! O que é que isto tem a ver com a Assembleia Municipal? Pergunto eu. Rigorosamente nada...” citei.

Ora, quando diz “uma situação destas”, penso que se refere aos dois casos/exemplos que dei. Que aliás, ele, jornalista *Fernando Pires* não desmentiu, até comprovou que aconteceram. Tentou justificar, mas não conseguiu, até agravou a situação e meteu-se por caminhos impróprios.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal: os assuntos que eu tratei nessa intervenção da Assembleia Municipal de 28 de abril estão ou não inseridos e perfeitamente integrados no âmbito dos

deveres dos Deputados Municipais? Claro que estão. De contrário, o Senhor Presidente ou os Senhores Secretários ( e até os Senhores restantes Membros desta Assembleia) me alertavam para isso.

Senhor Jornalista, será que quer substituir a Mesa no que deve ou não permitir a um Deputado Municipal dizer nesta Assembleia? Quer substituir o Regulamento da Assembleia Municipal? Até parece! A nossa intervenção está enquadrada no capítulo I, art.º 2.º, ponto 2, alínea d). E não obstante, está também enquadrado no Capítulo I, artigo 22.º no n.º 2.

3 – *Fernando Pires* diz, a propósito da peça que fez sobre a Comissão Permanente, um dos exemplos por nós referidos, passo a citar: “não falei com o professor *Virgílio Tavares* porque não estava presente, tinha saído mais cedo, foi por isso que não falei”. Citamos.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários da Mesa, Membros da Comissão Permanente, Presidentes de Junta e União de Freguesia presentes nessa reunião da Comissão Permanente de 17 de março, quando é que o Deputado *Virgílio Tavares* saiu dessa reunião? Não foi depois de o Senhor Presidente ter encerrado a reunião? Claro que foi.

Ora, Senhor Jornalista, o que o Senhor afirma a este respeito é que é grave! Pois, quem ouvir as suas palavras, fica a pensar que *Virgílio Tavares* saiu mais cedo, não ficou até ao fim da reunião! O que mente descaradamente, pois só saiu depois de terminada a reunião. Estão a ver a falta de rigor e falta de cuidado que não tem com o que faz ou diz?

Depois refere-se “ao episódio do orçamento para 2021” e diz: citamos- “entretanto o meu trabalho jornalístico é sempre com os Líderes Municipais, é óbvio que se houver um Líder Municipal que diz que o seu Partido votou favoravelmente, há com certeza alguns que até se abstêm, mas eu não vou ter que falar com todos os elementos que se abstêm, como compreendem.” Citei.

Senhor Presidente, o Jornalista *Fernando Pires* anda equivocado, distraído há muito tempo. O CDS, no mandato anterior e naquela altura do orçamento para 2021 estava representado pelos Deputados *Virgílio Tavares* e *José Cunha*. O Líder Municipal do Grupo do CDS, durante esse mandato todo, 2017-2021, foi sempre *Virgílio Tavares* como toda a gente sabe. Até porque o Senhor Deputado *Faustino Cunha* ascende ao lugar depois de *Ricardo Fidalgo* e *Leticia Salvador* terem passado pela Assembleia e terem renunciado.

Um jornalista local que não se apercebe que o Líder Municipal durante um mandato, era *Virgílio Tavares*, e que ainda hoje, pensa erradamente, que era *Faustino da Cunha*, não anda distraído? Ele não falou com o Líder Municipal do Grupo do CDS, apesar de ele dizer e citamos de novo” o meu trabalho jornalístico é sempre com os líderes Municipais”. Quanto a telefonemas do Senhor *Fernando Pires* para o Líder Municipal do Grupo do CDS, este já nem se lembra quando foi o último! Se é que os houve!

Se, efetivamente, eu não tivesse razão naquilo que afirmei nessa reunião de abril, e, por lapso, me tivesse enganado, estava aqui e agora a pedir as minhas desculpas. Mas não, pelo contrário, mantenho tudo o que disse sobre a falta de rigor e de ética jornalística, bem como sobre a falta de pluralidade de tratamento igual em relação a todos os Grupos representados nesta Assembleia e na Comissão Permanente.

Dia 28 de abril, *Fernando Pires* levantou-se contra o que eu tinha dito no início dessa reunião, e até pôs em causa a oportunidade do assunto neste local, Assembleia Municipal de Mirandela. E teceu afirmações que, logo a seguir, dias 3 e 5 de maio se contradiz a si próprio, na Rádio Terra Quente.

Dia 3 de maio dá a notícia: “Ação do Ministério Público contra Câmara de Mirandela suspende provisoriamente obras no Parque Eólico”. Coloca, na notícia, reações de *Paulo Pinto* do PSD, *Jorge Humberto* da CDU, *Rui Pacheco* do PS.

Dia 5 de maio, sai a notícia na Rádio Terra Quente, pelas 12,04 horas, sobre a Prestação de Contas do ano de 2021, levado à Assembleia Municipal de 28 de Abril. Inclui as palavras de: *Rui Pacheco* do PS que justifica o voto favorável; Já o PSD votou contra e *João Reis* explica; *Jorge Humberto*, o único deputado da CDU absteve-se e explica porquê...

Em ambos os casos, Diz: “da parte do CDS, os dois Deputados Municipais que terminaram a reunião não prestaram declarações à Comunicação Social.”

Então, dia 28 do 4 diz que o seu trabalho jornalístico é só com os Líderes Municipais, porque não contactou o Líder Municipal em funções do Grupo do CDS via telefone? Não lhe apeteceu, certamente.

Além disso, porque omitiu o sentido de voto do Grupo do CDS na notícia sobre a Prestação de Contas?

Mas há mais: Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Membros desta Assembleia, vejam só se o que vou dizer não é realidade: esta Assembleia Municipal de Mirandela tem, no seu seio, 5 Grupos Municipais constituídos. Não é assim? O Grupo do PS, o do PSD, o do CDS, o da CDU e o Grupo dos Independentes.

Nestas duas notícias do dia 3 e dia 5 de maio, *Fernando Pires* não referiu uma palavra sobre o Grupo dos Independentes. Pura e simplesmente ignorou a sua existência. Isto não é falta de ética jornalística? E falta de rigor? Tenho ou não tenho razão em chamar o assunto a esta Assembleia?

Vou ficar por aqui neste assunto.

Temos consciência que não queríamos atingir ninguém na sua sensibilidade. Nós apenas queríamos que a verdade e o rigor, a ética jornalística estivessem sempre presentes quando se fazem notícias sobre esta Assembleia, sobre a Comissão Permanente ou outras instituições. Porque estão em causa valores essenciais numa sociedade e, ainda mais, está em causa a transmissão correta da informação sobre os acontecimentos de hoje para as gerações futuras.

Termino agradecendo à Senhora Presidente que foi clara quando eu fiz a intervenção em 28/4 e que disse: “naturalmente que estou solidária com essa posição”. Foram as palavras da Senhora Presidente, isto se alguém transmitisse, certamente já diria muito e não era preciso todas estas coisas. Foi clara e esclarecedora a Senhora Presidente.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Afinal quem quer a paz? Quem procura a paz?

Foram recentemente divulgados pelo Instituto de pesquisa para a paz de Estocolmo/SIPRI dados sobre as despesas militares em 2022, que constata o seu aumento pelo oitavo ano consecutivo, atingindo um recorde de 2.240 mil milhões de dólares. Se dúvidas

existissem, os dados confirmam quem no mundo tem estado na dianteira e é responsável pelo fomento das despesas militares. Do total, cerca de 40 % foram da responsabilidade dos EUA, 877 mil milhões de dólares. Em conjunto, os EUA com os seus aliados da NATO foram responsáveis por cerca de 55 % dessas despesas, totalizando 1232 mil milhões de dólares. Tal significa que, a NATO gastou mais de quatro vezes o que a China gastou – 292 milhões – e mais de 14 vezes o que a Rússia gastou – 86,4 mil milhões.

Salienta-se igualmente que só os países da Europa membros da NATO – logo, sem os EUA e o Canadá – gastaram em despesas militares mais que a China e quase quatro vezes mais que a Rússia. Se juntarmos apenas alguns dos seus aliados mais diretos, como o Japão, a Austrália e Israel, os EUA/NATO com estes três países totalizaram 1337 mil milhões de dólares, ou seja, cerca de 60 % das despesas militares mundiais.

Insaciáveis na sua escalada belicista, os EUA e a NATO exigem e insistem em ainda maiores aumentos, uma constante desde a Cimeira da NATO de 2014, em Gales, e novamente anunciados no quadro da preparação da sua próxima Cimeira, que se realiza a 11 e 12 de julho de 2023, em Vilnius, na Lituânia. Responsáveis pelo fomento e pelo maior montante das despesas militares no mundo, os EUA, a NATO e os seus aliados são afinal os responsáveis pela promoção do militarismo, da corrida armamentista, da ameaça do uso e do uso da força nas relações internacionais, da guerra.

Também por isso, assumem grande importância e significado as iniciativas realizadas sob o lema «Parar a guerra! Dar uma oportunidade à paz!», a quinta vez que o movimento da paz sai à rua em pouco mais de um ano. Importância e significado que se revelam tão mais evidentes, quanto os que se posicionam a favor da paz têm de enfrentar aqueles que, diariamente e até à exaustão, fazem a apologia da guerra, destilando a mais descarada mentira, deturpação, caricatura e dando rédea solta às conceções mais reacionárias e belicistas, ao ódio fascista.

Quando por todo o mundo aumentam as vozes e as iniciativas que procuram abrir o caminho da paz, os mercenários da guerra continuam a animar a campanha de desinformação, com que procuram lançar um manto de névoa sobre a realidade, tentando ocultar quem sempre esteve e continua a estar do lado da paz e quem sempre esteve e continua a estar do lado da guerra. São os EUA, a NATO e a UE que continuam a boicotar, a rejeitar ou a desvalorizar os apelos, iniciativas e propostas para uma solução política para o conflito na Ucrânia, como se verifica com as iniciativas protagonizadas pela China, Brasil, países africanos ou Vaticano. Na verdade, o imperialismo norte-americano, com o alinhamento da NATO e da UE, não quer parar a guerra que trava na Ucrânia e, pelo contrário, continua a apostar no seu prolongamento, porque necessita dela, sendo aliás o primeiro e principal responsável pela sua eclosão em 2014.

É de grande importância continuar a desenvolver e a ampliar a luta pela paz, pela verdade, contra o militarismo, o fascismo e a guerra, pela amizade e cooperação entre todos os povos do mundo.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Duas notas muito breves, em jeito de opinião/sugestão, devido às intempéries que se fizeram sentir na primeira quinzena do mês de junho, as trovoadas, que danificaram a maior parte dos caminhos agrícolas, certamente isto é transversal a todas as Juntas de Freguesia e as Juntas de Freguesia se estiverem como a de Frechas estão descapitalizadas e para fazer face às necessidades de arranjos de caminhos agrícolas, inclusivamente em muros e algumas calçadas, queria deixar aqui uma sugestão e um pedido ao Executivo e também aos Senhores Vereadores da Oposição, que encontrassem uma fórmula para poderem ajudar as Juntas de Freguesia, fosse através de um subsídio extraordinário, de cinco mil euros para cada Junta de Freguesia, se assim o entenderem, ou através de horas de máquinas, eu deixava isso ao critério do Executivo e dos Senhores Vereadores da Oposição, que em Reunião de Câmara deliberassem e que ajudassem efetivamente as Juntas de Freguesia nesta altura tão difícil, como vocês sabem não foi só no nosso concelho, mas também nos outros concelhos vizinhos e já estão a tomar medidas nesse sentido.

Uma outra sugestão que eu também queria deixar, era relativamente ao *spot* publicitário que está no GAM, acho que está um bocadinho desfasado e desatualizado. A Feira da Alheira merece uma dignidade mais elevada, porque é um setor importante para Mirandela e na minha opinião estão um bocado desatualizados, há expositores que já faleceram, a Feira já tem hoje outro formato, aparece o *Jet Sky* que já está esquecido em Mirandela, hoje o que está na moda é a canoagem, a Marca Mirandela também se preocupou em colocar em carros que já nem têm valor comercial, como a Senhora Presidente referiu relativamente aos bancos, hoje pagam concertos de algumas viaturas, em que o concerto da viatura é superior ao valor comercial da mesma e a Marca Mirandela que se preocupou em colocar em todas as viaturas, esqueceu-se de por no *spot* publicitário.

Faça a atualização também da Marca Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção tem um formato de recomendação ao Executivo, penso que é oportuna esta intervenção nesta Assembleia Municipal pois já se falou muito aqui neste Senhor.

*Camilo António de Almeida da Gama de Lemos de Mendonça*, o nome é extenso, eu serei pequeno para descrever os grandes feitos e a dimensão humana da pessoa, homem sobejamente conhecido pelas várias gerações passadas. Saliento a seguinte passagem histórica, empreendedor e persistente.

Em 1964, como um dos membros do setor de desenvolvimentista do regime, foi o grande impulsionador e liderou a Fundação no concelho de Mirandela do Empreendimento do Complexo Agro-Industrial do Cachão. Projetado para suportar uma verdadeira revolução agrícola, que colocaria a agricultura transmontana a nível das melhores congéneres europeias que, para além de um Complexo destinado à agroindústria, o empreendimento incluía a extensão do regadio a uma vasta área suportada pela construção de 130 barragens de terra.

Homem do Estado Novo, que apesar de político e próximo de *Marcelo Caetano*, optou pelo exílio voluntário no Brasil, regressando a Portugal doente e confinado a uma cadeira de rodas, onde acabou por falecer pouco tempo depois. Homem singelo, com ideias complexas, singela é a forma como é lembrado em Bragança e Carrizada de Ansiães, com uma placa toponímica em cada localidade. Singela é, em minha opinião, a forma como nós, mirandelenses, o lembramos, a existência de um busto, o busto é



da autoria de *Hélder Carvalho*, junto à Escola Secundária, sustentado por um cubo de pedra, no qual apenas se encontra inscrito o seu nome. O cubo que sustenta o busto tem uma dimensão razoável, é demasiado grande e despido para nele constar apenas o seu nome gravado, mas é demasiado pequeno para gravar os feitos de um homem, um humano com a certeza do amor à terra e do acreditar na capacidade das nossas gentes e da nossa terra, na dimensão agrícola.

A minha recomendação, é que se aproveite o cubo de pedra e que se coloque a melhor informação para ser transmitida às gerações futuras, que todos os dias, na ida para a escola, passam em frente ao seu busto. Assim também estamos a ensinar e a instruir.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De forma muito rápida, até porque não há grandes questões, são intervenções mais genéricas, a Comissão Municipal de Saúde, o Cartaz das Festas da Cidade e de Nossa Senhora do Amparo, relativamente à guerra e à paz, um tema abordado pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, julgo que todos os argumentos são dados e revertidos por um amigo de todos, o Jornalista *Fernando Pires*, creio que se chegará a um consenso e à harmonia relativamente a estas comunicações, até porque julgo que há matérias importantes que queremos ver debatidas neste fórum, essa também poderá ser importante para esclarecimento, mas acho que deve efetivamente haver esse esclarecimento pessoal junto do visado.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia já não está na sala e portanto, julgo que não estará interessado na resposta, acabamos de votar uma medida que retira do Orçamento Municipal verbas que fariam falta para outras situações, a todas as Juntas de Freguesia. Os Senhores Presidentes de Junta votaram contra a medida de pagamento justo àquilo que é o custo da Câmara Municipal, naturalmente que o Orçamento Municipal tem de ser gerido de forma equitativa, e portanto, saberemos obviamente verificar os apoios necessários e aquilo que temos orçamentado para os realizar.

Relativamente ao *spot* publicitário no GAM, não posso concordar mais, já foram dadas indicações para ser substituído e portanto, concordo em absoluto e vamos pedir a sua substituição.

Quanto à Marca Mirandela, concordo em absoluto com aquilo que foi dito.

Em relação às viaturas, a verdade é que também acontecerá naturalmente aquilo que acontece com os bancos de jardim, também dizer que estamos a aguardar quatro viaturas elétricas, já tivemos um Parecer favorável do Tribunal de Contas, a aquisição das viaturas demora muito mais tempo e por isso, agradecer também este alerta.

Relativamente ao Senhor Deputado *Luís Mosquito*, efetivamente *Camilo Mendonça* é um visionário, faz parte da nossa boa memória da agricultura transmontana e os sonhos dele que se tornaram realidade através de um assunto que estivemos a discutir aqui hoje, aquilo que é o Complexo Agro-Industrial do Cachão, o plano de regadio que ele teve em mente, da produção à comercialização e a mais-valia da transformação ficar no território, efetivamente foi um visionário, à época dele, mas hoje fazíamos falta homens pensadores como ele relativamente à agricultura e à agroindústria.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir não autoriza a transmissão da sua intervenção, nesse sentido solicitamos aos serviços de transmissão a interrupção temporária da intervenção do município *Manuel Brízido*.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, pergunto quando vão fazer o muro, ou não têm dinheiro? Amanhã nas motas ponha alguém à entrada da ponte a fazer um peditório.

Senhor Presidente, sabia que o parque foi feito para pessoas e não para animais, deu-se conhecimento à Câmara Municipal e ninguém fez nada, têm medo de perder amigos e votos, mas os votos ganham-se nas campanhas e perdem-se, se não compram-se...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Eu peço desculpa Senhor *Manuel Brízido*, eu peço aos Senhores Deputados para assumirem os seus lugares e que respeitem aquilo que está a ser dito na intervenção do público. Muito obrigado.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, no que escrevi ao Ministério Público, tentei não me esquecer de nada e citar tudo aquilo que citei.

Senhor Presidente, para se fazer um parque tem que se falar com os moradores. Quem falou connosco? Ninguém. E dizer o que se lá vai colocar e se os equipamentos fizerem barulho, a Câmara Municipal tem de tomar medidas para resolver as situações. Onde era a Casa do Futebol Clube do Porto, tenho conhecimento que havia ali um café que tem um nome que eu não sei, que faziam ali

muito barulho, do conhecimento que eu tenho foi que uma senhora, que lhe dou os parabéns sem a conhecer, deu um “murro em cima da mesa” e o problema foi resolvido e eu pergunto aqui, mais uma vez, porque é que o meu problema não é resolvido?

Senhor Presidente, não sei qual a decisão exatamente da excelentíssima Senhora Procuradora, mas vou dizer aqui nesta Assembleia que iremos até onde for possível, temos apoio já de pessoas que iremos mesmo até ao Tribunal, direitos do homem.

Senhor Presidente, a Senhora Presidente está a causar muitos danos de saúde à minha mulher, espero bem que Deus não se esqueça de si e que lhe dê o que merece.

Senhor Presidente, espero que a Senhora Presidente a quem incumbiu de falar da situação que está relacionada com a tirolesa, que não venha a condicionar essa pessoa de se pronunciar.

Senhor Presidente, esta situação vai deixar marcas, já se refletem exatamente na minha mulher e o Senhor é testemunha disso.

Senhor Presidente, vou deixar aqui bem claro, ontem uma carrinha “Saber Saúde”, que veio do Rego de Vide para o Cobro, parou cerca de 30 minutos no meio da aldeia do Cobro, pergunto porque é que não foi até ao outro lado da aldeia? A minha mãe até precisava de fazer medição da tensão. Pergunto, esta carrinha está limitada no consumo de gasóleo? É que se esta carrinha está limitada no consumo de gasóleo, há outras que gastam gasóleo desproporcionadamente sem necessidade e então para que é que serve exatamente o GPS que foi colocado nas mesmas?

Senhor Presidente, na próxima Assembleia vou trazer a esta Assembleia um problema que é muito caricato, ainda não o trouxe hoje porque ainda me faltam algumas peças e estou à procura delas.

Senhor Presidente, quanto à tirolesa, agora as culpas já caem sobre quem cá não está, mas a culpa não morreu solteira e toda a gente tenta “sacudir a água do capote”.

Senhor Presidente, já fui apontado de que tenho medo de falar para a televisão, não tenho medo de falar para a televisão, irei fazê-lo quando eu quiser e quando eu quiser fazer vai ser para desmontar exatamente este Executivo.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *EDUARDO CACHOPAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Mais uma vez eu estou aqui, da última vez que eu estive aqui a Senhora Presidente falou que quando ganhou as eleições e foi para a Câmara, que existia uma Ata onde dizia que o pátio que eu reivindico, que me pertence, toda aquela zona ali estava como público e eu pergunto, se eu como proprietário se não tenho o direito de saber o que é que se passou em toda essa situação? Tenho direito às cópias do documento que existe, uma Ata em que fala sobre o meu espaço que diz que é público, espero que a Senhora Presidente me forneça as fotocópias dessas Atas, mesmo que existam esses documentos, como a Senhora Presidente diz, só podem ser forjados, porque nem eu, nem a minha mulher assinamos qualquer documento.

É urgente que vossa excelência me envie essas fotocópias, porque tenho o direito de saber os contornos dessa situação, por outro lado não desejo a ninguém, num espaço que me pertence e que de uma forma tirana, eu vivo permanentemente ali sobressaltado, é gente a passar, são papeis deitados ao chão, é “sala de Chuto”, piriscas por todo o lado, animais que dejetam, chamo a atenção às pessoas e ainda sou mal tratado, fui ameaçado já mais que uma vez, fui assaltado duas vezes, enfim, um inferno. Se se pode chamar e o nome mais correto é que eu vivo ali num inferno permanente e tudo porque há uma premissa entre a Câmara e o empreiteiro *Rogério Romão*, de partilhar aquele espaço como espaço público, com interesses vários, que é os interesses que a Câmara tem, de conseguir uma passagem de uma rua para a outra, sem gastar um cêntimo e o empreiteiro Romão para vender bem os seus apartamentos, disse às pessoas que podem entrar pelas duas ruas, passando por cima de mim, da minha mulher, dos meus filhos, daquilo que é meu.

Senhora Presidente, o Município tem que se reger por valores de transparência, tem que parecer ser sério e ser sério, respeitar as decisões dos tribunais, coisa que não é norma com este Executivo, mas ainda assim eu mantenho a proposta que fiz na última vez que estive aqui, podermos fazer um acordo negocial, só com a Câmara, não quero nada com o irmão da minha mulher que eu nem lhe chamo cunhado, mas a minha posição mantém-se.

Espero que a Câmara Municipal tome uma posição séria sobre este assunto, porque senão só me resta mover uma ação cível ao Município e ao empreiteiro Romão, quer por danos morais, quer por danos patrimoniais.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Município *MARIA ANTÓNIA CARVALHO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Em junho de 2017, no Salão Nobre do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, foi apresentado aos confrades e demais presentes, através de um vídeo, o projeto em formato 3D, sobre a Requalificação da Envolvente do Santuário, desenvolvido pela Arquitecta *Celene Marta*, funcionária da Câmara Municipal de Mirandela.

As referidas obras estavam previstas iniciarem no mês de agosto desse mesmo ano, o que veio a acontecer.

AA  
HB.  
7-1-2

Em 2017, ano de eleições autárquicas, resultou na mudança do Executivo Camarário, que logo a seguir a tomada de posse optou pela interrupção das obras já em curso.

O projeto inicial incluía um Restaurante, um Edifício Polivalente, um Armazém, WC e ainda uma intervenção num espaço já existente, para um Museu que serviria para expor relíquias e variadíssimas peças que estão mal-acondicionadas por falta de um espaço digno, onde estariam a ser exibidas com mais dignidade, podendo ainda contribuir para uma fonte de receitas para a Confraria (conforme Anexos I e II).

O novo Executivo Camarário alterou o projeto, diminuindo substancialmente o valor da empreitada, cabimentada e orçamentada pelo anterior executivo. Assim foi excluído do mesmo a construção do Restaurante, do Edifício Polivalente, o Armazém, WC e ainda a intervenção do futuro Museu.

Para além de não terem sido edificadas as estruturas anteriormente referidas, ainda foram demolidos o WC dos jardins, um edifício utilizado para a realização da Quermesse no período das festas, que servia ainda para arrumos.

Atualmente a zona exterior do Santuário está bonita, no entanto o interior (passando os portões), encontra-se pouco recomendável.

As condições não são dignas para aquele espaço religioso, por todas as razões, mas principalmente por estarmos a falar da Padroeira da Cidade. O recinto está degradado. O salão, cuja demolição estava prevista no projeto inicial, neste momento encontra-se interdito por falta de segurança, dado que o teto abateu.

As poucas obras realizadas dentro do recinto, estão mal executadas, tendo por esse facto ocorrido o abatimento do piso que permite o acesso das viaturas.

Se a ideia inicial seria dar visibilidade e transformar o Santuário de Nossa Senhora do Amparo apelativo para a população e para quem nos visita, acabaram por não conseguirem os objetivos pretendidos inicialmente.

Sinto necessidade como Confrade em esclarecer as circunstâncias e os factos sobre a aquisição do terreno, atualmente designado por Praça do Santuário, terreno esse oferecido por vários beneméritos conforme consta nos Anexos III, IV e V.

Perante tudo o que aqui expus surgem-me as seguintes dúvidas:

1. Que acordo foi celebrado entre as entidades: Executivo Camarário, Confraria Nossa Senhora do Amparo e Diocese Bragança-Miranda; sobre a cedência do terreno?
2. Se houve, e acredito que houve “CEDÊNCIA” do terreno, quais foram os benefícios acordados atribuir à Confraria de Nossa Senhora do Amparo, tanto mais que a referida Confraria continua a ser responsável pelo pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis, cujo valor ronda os 170,00 euros (cento e setenta euros) anuais?
3. Quais as razões que levaram o Executivo camarário a alterar o projeto que já estava cabimentado e orçamentado?
4. Por que motivo não foi dado conhecimento público sobre as alterações ao projeto e o mesmo não ter sido afixado junto da obra?

E para concluir, questiono o facto de na Pedra Inaugural, colocada no terreno e bem visível, constar a gravação com a indicação “SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DO AMPARO”, enquanto no verso consta somente “PRESIDENTE DA CAMARA DE MIRANDELA” e “BISPO DIOCESE BRAGANÇA-MIRANDA”, e estranhamente não é mencionada a “CONFRARIA NOSSA SENHORA DO AMPARO”, como seria de toda a justiça, por ter ocorrido uma cedência e a Confraria continuar a ser a proprietária do terreno que deu lugar às obras.

Os meus sinceros agradecimentos pela atenção dispensada;

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *CRISTINA PASSAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

De facto eu não era para intervir, mas ainda bem, porque se não trazia um testamento e assim vou tentar ser muito sucinta.

Eu não poderia ir embora sem deixar de agradecer à Senhora Presidente, o facto de não ter retirado o Ponto do Regulamento da área de Acolhimento da Zona Industrial da Ordem do Dia, isto porque foi devidamente trabalhado. A Senhora Presidente permitiu que o Ponto não fosse retirado e por isso nós queremos agradecer-lhe enquanto entidade que representa os empresários, quero-lhe deixar um agradecimento porque se ele não fosse votado hoje iria atrasar e muito, teria de se fazer uma revisão por uma situação que já devia ter sido pensada e introduzida aquando o documento esteve em consulta pública, pelo que consideramos que essa situação iria prejudicar gravemente os nossos empresários, que há muito tempo esperam que este documento seja aprovado pela Assembleia.

Posto isto, também agradecemos a análise que fizeram ao documento, mas quando o bom é inimigo do ótimo, nós podemos dizer que se não ficarmos com 20, 19 já não é mau. Por isso, agradecemos imenso o voto de confiança, para quem votou favoravelmente o documento e vai permitir que de uma vez por todas os empresários possam, depois dos Avisos serem apresentados, submeter as suas candidaturas para serem analisadas e que efetivamente o tecido empresarial de Mirandela possa avançar.

Posto isto e visto que estou aqui, também iria perguntar à Senhora Presidente e visto que é uma fotografia que já centenas de partilhas sobre a Estação dos Caminho-de-Ferro e a sua requalificação, ficaria a pergunta para quando a abertura aos mirandenses da Estação depois da sua requalificação, porque de facto, enquanto mirandense gostaria muito de saber, mas enquanto Confraria da Alheira ainda gostaria de saber mais.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhora Múncipe *Cristina Passas*, mas permita-lhe dizer o seguinte, não particularmente a si, mas a todos os munícipes que se inscrevem que, devemos ter sempre o cuidado do equilíbrio entre aquilo que está regulamentado na lei, Intervenção do Público e aquilo que estabelece que é, solicitar esclarecimentos em concreto sobre questões do Município, deve mos ter sempre o cuidado de perceber quando estamos a falar como munícipe, ou como representante de uma entidade e isso não pode acontecer, da mesma forma que lhe digo, eu não posso pedir a palavra enquanto Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros e usar o “fato” de Deputado Municipal para vir falar pelos Bombeiros.

Só esse equilíbrio, com certeza que tem direito à sua defesa da sua posição.

----- A Senhora Múncipe *CRISTINA PASSAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Secretário, eu vou-lhe trazer uma Ata desta Assembleia em que isto aconteceu.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já aconteceu diversas vezes consigo Senhora Múncipe, por isso é que eu estava a chamá-la a atenção, porque é uma situação recorrente vir falar em nome da ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mirandela e não em seu nome *Cristina Passas*, munícipe de Mirandela.

Creio que percebeu e é acolhedora da lei, porque já foi Membro desta Assembleia.

----- A Senhora Múncipe *CRISTINA PASSAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, mas a mim por acaso o Senhor Secretário tem razão, chama-me sempre a atenção, nos outros casos não.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

Será seguramente a sua visão que acolho, mas estou consciente da imparcialidade com que vou exercendo as minhas funções de Secretário da Mesa.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *BETINA TEIXEIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A minha intervenção está relacionada com um tema transversal e de Interesse a toda a Assembleia Municipal e Comunidade em Geral:

“As Comemorações do **Dia Internacional do Orgulho LGBT+**.

No dia 28 de junho comemorou-se, em todo o mundo, o **Dia Internacional do Orgulho LGBT+**.

Este dia foi criado, e é celebrado, a 28 de junho, em homenagem a um dos episódios mais marcantes da luta da Comunidade LGBT+ pelos seus direitos: a **Rebelião de Stonewall**.

Em 1969, esta data marcou a revolta da Comunidade LGBT+ contra uma série de invasões da polícia de Nova Iorque, a bares que eram frequentados por esta Comunidade, tendo, algumas pessoas, sido presas e outras sofrido represálias por parte das autoridades.

A partir desse acontecimento, foram organizados vários protestos a favor dos direitos da Comunidade LGBT+.

Ficou, assim, instituída a comemoração deste dia, que tem como principal objetivo, consciencializar a população sobre a importância do combate à homofobia, para a construção de uma sociedade livre de preconceitos, e igualitária, independentemente da identidade de género e orientação sexual de cada pessoa.

Este dia é, também, um reforço para lembrar as pessoas, que todos se devem orgulhar da sua sexualidade e não sentir vergonha daquilo que são, salientando que não importa a orientação sexual de uma pessoa, o importante é haver respeito pelo Ser Humano e que todos os seus direitos sejam garantidos.

Neste sentido, congratulo o Executivo liderado pela Excelentíssima Senhora Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, que decidiu aceitar o desafio proposto: pela Comissão Organizadora da 4.ª Marcha LGBT+ do distrito de Bragança | Núcleo Antifascista de Bragança | Federação da Juventude Socialista de Bragança e Bloco de Esquerda de Bragança, de assinalar este dia com o ato simbólico de hastear a Bandeira LGBT+ no Paço dos Távoras, por forma a não esquecer a Comunidade LGBT+ existente no concelho de Mirandela. Mostrando, desta forma, que é um Município inclusivo, e que apoia a Comunidade na sua libertação interior, é solidário com a luta daqueles que de diferentes formas ainda são condenados por serem quem são, quem sentem ser, e por quem amam!

Existe a sensação, que relativamente a este assunto já está tudo feito, mas não é verdade!

Vejamos:

No dia 21 de abril de 2023, e repito: no dia 21 de abril de 2023: a Assembleia da República aprovou os projetos-lei que proíbem e criminalizam as "práticas de conversão" sexual, atentatórias contra pessoas LGBT+, através das denominadas "terapias de conversão sexual". Isto aconteceu há apenas 2 meses atrás!



Atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo ainda são criminalizados em mais de 64 países do mundo, e apesar dos avanços legislativos dos últimos anos, em alguns deles essa penalização é a pena de morte! Sim a pena de morte! Sendo que, pelo menos seis desses países onde se aplica a pena capital são Estados-Membros da ONU.

Há, portanto, um longo caminho a percorrer!

Não se esqueçam e tenham bem presente, que poderão estar sentados ao lado de uma pessoa que não é heteronormativa, mas que por razões várias, não assume a sua identidade de género e orientação sexual, e talvez nunca venha a assumir.

Deixo esta mensagem de uma pessoa anónima, do nosso Concelho! Fazem-me chegar várias mensagens, esta é uma delas:

“.... Muito orgulho em ti e no caminho que tens desbravado e ajudado a desbravar...”.

É por ela e por tantas outras, como ela, que estou aqui hoje, e que as nossas lutas valem e continuam a valer a pena existirem!

Não se lembrem apenas destas causas, quando tomam conhecimento, às vezes até por terceiros, de que: “afinal o meu filho, a minha sobrinha, o meu melhor amigo, a vizinha do lado, o canalizador que arranjou os tubos lá de casa, a minha médica, o meu professor, ...! Afinal, também são LGBT+!”

Termino com uma frase de Ernest Gaines para reflexão:

*“Por que é que, culturalmente, nós nos sentimos mais confortáveis vendo dois homens segurando armas do que dando as mãos?”*

----- A Senhora Presidente **JÚLIA RODRIGUES** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao município **Eduardo Cachopas**, dizer que efetivamente há direito de consulta, proponho que faça um pedido à Câmara Municipal, tal como já tinha dito na anterior Assembleia Municipal, propus que houvesse uma reunião para avaliação e solicitar os documentos no Gabinete de Apoio ao Município, de forma a que a Divisão de Obras Municipais e Urbanismo possa recolher e enviar a informação, respeitando o RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. Só não percebi, o Senhor disse que, “*não é norma deste Executivo respeitar as decisões do tribunal*”, não conheço nenhuma decisão do tribunal, que o Executivo tenha sido oficiado e não tenha cumprido e por isso, obviamente que estaremos disponíveis para esclarecer tudo aquilo que precisará de esclarecer e por isso, agradeço que durante a próxima semana, ou então nós contactaremos no sentido de verificarmos todos os processos que dizem respeito a um processo.

Quanto à intervenção da Município **Maria Antónia Carvalho**, efetivamente o projeto foi apresentado em junho de 2017, era um projeto global, em agosto de 2017 deu-se início às obras e concluíram-se as obras tal qual estavam programadas, o projeto na sua totalidade, na sua especialidade estava feita a primeira fase, ou seja, tudo aquilo que estava financiado foi a primeira fase, a única alteração que este Executivo fez foi não cortar as árvores todas que estavam previstas cortar na frente do Santuário para o rio, aí foi a única alteração que houve, foram gastos aproximadamente 1,7 milhões de euros.

Relativamente à segunda fase, que evidentemente foram aquelas situações que falou, as casas-de-banho são uma prioridade absoluta, está em fase de estudo prévio e não estavam sequer financiadas. Relativamente à questão de que houve alteração do projeto, não é verdade, o projeto foi executado, a primeira fase de acordo com aquilo que estava em projeto e daquilo que estava financiado e portanto, não houve qualquer alteração do projeto, falta agora acabar a segunda fase, que vamos candidatar a este Quadro Comunitário de Apoio.

Quanto ao terreno como sabe, houve uma disponibilização do Senhor Bispo da Diocese Bragança/Miranda, que permitiu que a Câmara fizesse as obras na envolvente do Santuário e portanto, o terreno não foi cedido à Câmara, nem vendido, a propriedade mantém-se tal qual estava no início e por isso não houve cedência, houve foi autorização para a Câmara poder executar as obras financiadas. Já referi que não houve qualquer alteração de projeto, relativamente à gravação, o Santuário de Nossa Senhora do Amparo, na altura foi a placa condicente com aquilo que foi porque o Senhor Bispo ia à inauguração, de qualquer forma também informar que foi feita uma outra vertente desta empreitada que foi a Qualificação do bairro Vale da Cerdeira, que está em execução.

Relativamente à município **Cristina Passas**, evidentemente que a aprovação deste Regulamento de Acolhimento na Zona Industrial, até sob o ponto de vista de município é importante e é importante que as empresas tenham à sua disposição estes lotes. Relativamente à abertura da Estação dos Caminho-de-Ferro, já está em fase de conclusão, no entanto, no seu interior estamos ainda na parte dos acabamentos, que demorará algum tempo, de acordo com aquilo que está programado, mas, saberão a seu tempo, uma data prevista para a sua abertura.

Quanto à intervenção da município **Betina Teixeira**, dizer que, vivemos num Município inclusivo naturalmente, eu respeito muito as opções individuais de cada um e respeito também aquilo que é a coragem de assumir perante uma Assembleia Municipal em transmissão *online*, tudo aquilo que faz parte de cada um de nós e portanto, julgo que, se todos nos respeitarmos uns aos outros e estivermos felizes com as nossas opções, estaremos numa sociedade bem mais feliz, mais produtiva e mais inclusiva.

----- O Senhor Município **MANUEL BRÍZIDO** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Porque é que a Senhora Presidente não me respondeu. Vou ao tribunal fazer uma queixa contra a Senhora Presidente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal **FRANCISCO ESTEVES** disse:

Não está previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela o Senhor Município voltar a intervir. Senhora Presidente quer responder?

----- A Senhora Presidente **JÚLIA RODRIGUES** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não. Não foram colocadas perguntas, foi feita uma ofensa pessoal e portanto, eu não vou responder.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Depois do cumprimento deste Ponto, resta-me encerrar esta Assembleia Ordinária, desejar-vos a todos umas ótimas férias dentro da medida do possível. Boas reflexões, boas leituras, com muita saúde para todos.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 19 horas e 15 minutos.

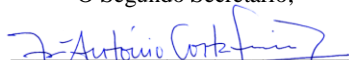
O Presidente da Assembleia Municipal;

  
Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

  
José António Costa Ferreira